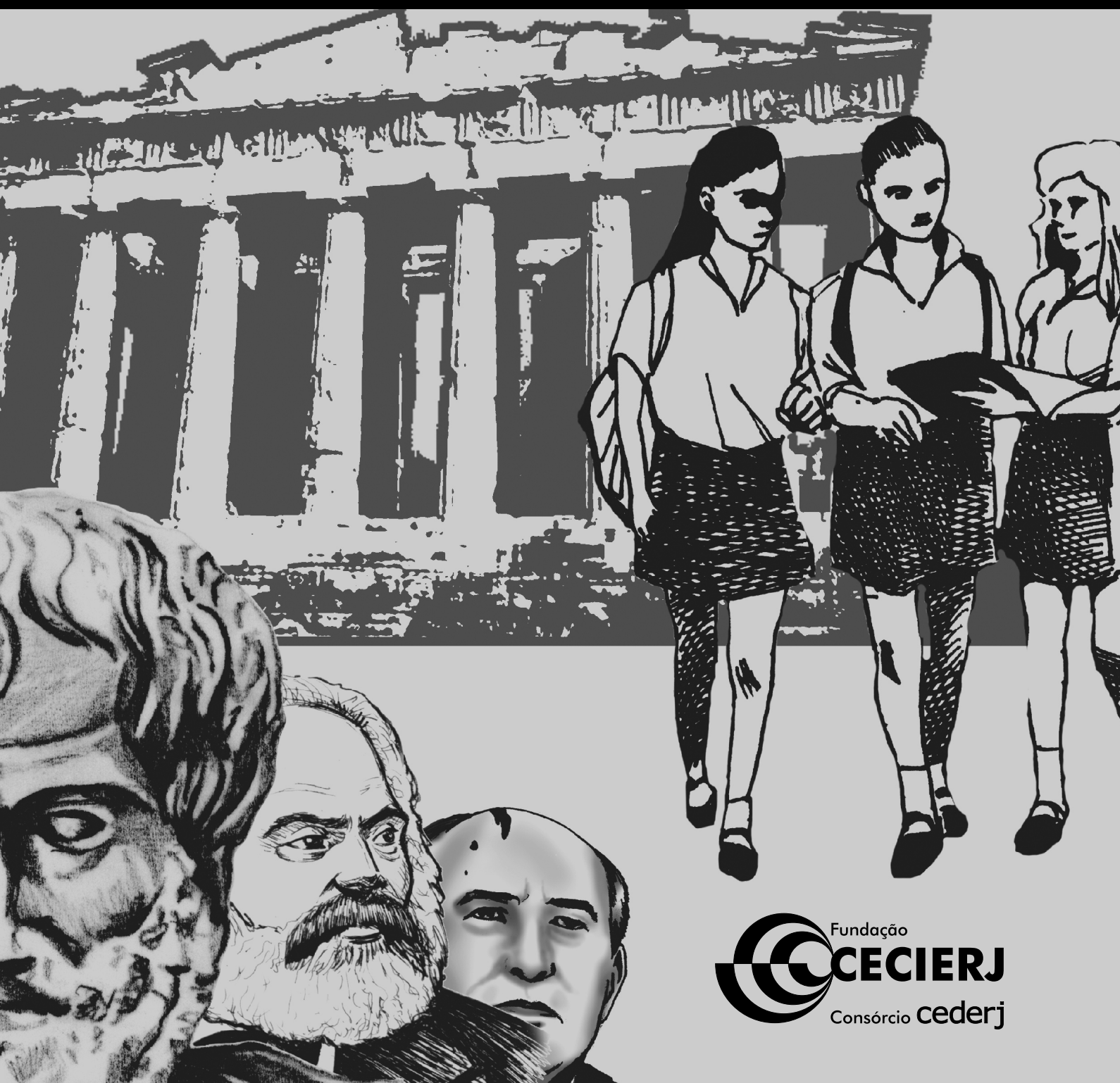


Bertha de Borja Reis do Valle  
Marly de Abreu Costa

Volume | 1

## Políticas Públicas em Educação







Fundação

**CECIERJ**

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

# Políticas Públicas em Educação

Volume 1

Bertha de Borja Reis do Valle

Marly de Abreu Costa



**GOVERNO DO  
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Ministério  
da Educação



Apoio:



**FAPERJ**

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo  
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

# Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

## Presidente

Masako Oya Masuda

## Vice-presidente

Mirian Crapez

## Coordenação do Curso de Pedagogia para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental

UNIRIO - Adilson Florentino

UERJ - Vera Maria de Almeida Corrêa

## Material Didático

### ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Bertha de Borja Reis do Valle

Marly de Abreu Costa

### COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

### DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Ana Tereza de Andrade

### COORDENAÇÃO DE LINGUAGEM

Maria Angélica Alves

Cyana Leahy-Dios

### COORDENAÇÃO DE AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Débora Barreiros

### AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Ana Paula Abreu Fialho

Aroaldo Veneu

## Departamento de Produção

### EDITORA

Tereza Queiroz

### COORDENAÇÃO EDITORIAL

Jane Castellani

### COPIDESQUE

José Meyohas

### REVISÃO TIPOGRÁFICA

Cristina Freixinho

Elaine Barbosa

Patrícia Paula

### COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Jorge Moura

### PROGRAMAÇÃO VISUAL

Bruno Gomes

Renata Borges

### ILUSTRAÇÃO

Sami Souza

### CAPA

Sami Souza

### PRODUÇÃO GRÁFICA

Patricia Seabra

Copyright © 2005, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

V181p

Valle, Bertha de Borja Reis do.

Políticas públicas em educação. v.1 / Bertha de Borja Reis do Valle; Marly de Abreu Costa. - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

128p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 85-7648-198-7

1. Políticas públicas. 2. Educação. 3. Legislação. 4.

Cidadania. 5. Democracia. I. Costa, Marly de Abreu. II. Título.

CDD: 379

2009/2

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.

# Governo do Estado do Rio de Janeiro

**Governador**  
Sérgio Cabral Filho

**Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia**  
Alexandre Cardoso

## Universidades Consorciadas

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**  
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO**  
Reitor: Ricardo Vieir Alves

**UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
Reitor: Roberto de Souza Salles

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
RIO DE JANEIRO**  
Reitor: Aloísio Teixeira

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL  
DO RIO DE JANEIRO**  
Reitor: Ricardo Motta Miranda

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO**  
Reitora: Malvina Tania Tuttman



## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	<b>7</b>
<b>Aula 1</b> – O que é política? O contexto político mundial	<b>9</b>
<i>Bertha de Borja Reis do Valle / Marly de Abreu Costa</i>	
<b>Aula 2</b> – Cenários políticos da Educação brasileira	<b>21</b>
<i>Bertha de Borja Reis do Valle / Marly de Abreu Costa</i>	
<b>Aula 3</b> – Cidadania e democracia: ideais políticos?	<b>31</b>
<i>Bertha de Borja Reis do Valle / Marly de Abreu Costa</i>	
<b>Aula 4</b> – Educação no Brasil: condicionantes e perspectivas políticas	<b>43</b>
<i>Bertha de Borja Reis do Valle / Marly de Abreu Costa</i>	
<b>Aula 5</b> – Políticas públicas e gestão democrática da Educação	<b>55</b>
<i>Bertha de Borja Reis do Valle / Marly de Abreu Costa</i>	
<b>Aula 6</b> – O momento atual das políticas públicas da Educação brasileira	<b>69</b>
<i>Bertha de Borja Reis do Valle / Marly de Abreu Costa</i>	
<b>Aula 7</b> – A Lei Darcy Ribeiro	<b>83</b>
<i>Bertha de Borja Reis do Valle / Marly de Abreu Costa</i>	
<b>Aula 8</b> – As diretrizes e as bases educacionais do Brasil	<b>95</b>
<i>Bertha de Borja Reis do Valle / Marly de Abreu Costa</i>	
<b>Aula 9</b> – Educação básica: aspectos históricos e políticos	<b>109</b>
<i>Bertha de Borja Reis do Valle / Marly de Abreu Costa</i>	
<b>Referências</b>	<b>123</b>



## Apresentação

Querido cursista!

Prezado(a) aluno(a)

Que bom saber que você escolheu esta disciplina para enriquecer a sua formação!

Você está recebendo as aulas referentes à disciplina eletiva **POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO**. Você terá a oportunidade de refletir e de trocar idéias com seus amigos sobre as questões políticas da Educação em nosso país.

Estas aulas foram elaboradas por nós, que fazemos parte de um grupo de pesquisadores da cidade do Rio de Janeiro, lotados no Núcleo de Gestão e Avaliação (NUGA), da Faculdade de Educação da UERJ. Juntos, vimos discutindo há vários anos a educação básica, em todos os seus níveis e modalidades, e o ensino superior no Brasil e participando de diversos fóruns de debates em defesa da educação pública e de qualidade para todos. Contamos ainda com a colaboração dos Professores José Luiz Cordeiro Antunes e Suely Pereira da Silva Rosa, que têm também grande experiência em políticas públicas e nos deram várias informações importantes.

Esperamos que estes textos colaborem para a sua melhor compreensão das políticas públicas em nosso país.

Boa leitura!

Bertha e Marly

Apresentação



# O que é política? O contexto político mundial

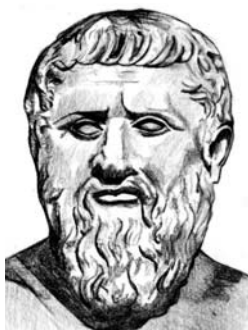
**Meta da aula**

Apresentar o cenário político mundial da segunda metade do século XX.

Após a leitura desta aula, esperamos que você seja capaz de:

- Identificar a abrangência do campo de estudo da Ciência Política e a inserção dos fatos políticos na mídia.
- Comprovar, por meio de pesquisa, como as idéias políticas influenciam as decisões governamentais e as políticas públicas de todos os campos de conhecimento.

## INICIANDO NOSSA PRIMEIRA AULA...



**PLATÃO**  
**(427-347 A.C.)**

“Grande filósofo e idealista grego. O mais notável dos discípulos de Sócrates, que transforma na personagem central dos seus diálogos. A teoria das idéias de Platão sustenta que o nosso conhecimento é apenas a reminiscência de idéias universais e eternas, como a sombra projetada no interior de uma caverna – segundo a sua própria alegoria. A política foi um dos grandes domínios da reflexão platônica. Na sua República utópica, o governo da cidade deveria ser entregue aos filósofos. O platonismo exerceu uma enorme influência na evolução da Filosofia idealista posterior e foi a ideologia da aristocracia grega” (RIUS, 19–, p. 155).

Você já deve ter ouvido alguém dizer “Tenho horror à política” ou “Não quero saber de política”. Mas, afinal, o que é política? Ou melhor, de que política essas pessoas estão falando?

Nesta primeira aula, temos como objetivo que você compreenda a abrangência do campo de estudo da Política, não confundindo essa Ciência com a prática dos políticos que, às vezes, não cumprem de modo adequado o seu papel social. Você verá, historicamente, como as idéias políticas têm influenciado as decisões dos governos em todos os campos de conhecimento e conhecerá algumas políticas públicas de Educação em nosso país.

## O QUE É POLÍTICA?

É comum encontrarmos em vários textos a palavra “política”, as expressões “ciência política” ou “teoria política”, o que pode gerar algumas confusões. Segundo Giner (1986, p. 184), o “objeto da ciência política não apresenta grandes dificuldades: é a ciência da autoridade dos governantes, do poder”.

A noção de política não é recente; ela existe desde a Grécia Antiga. Você se lembra de ter lido sobre as idéias e reflexões de Platão? Nas primeiras aulas da disciplina Fundamentos da Educação, você estudou o pensamento humano na Antiguidade ocidental. As reflexões de **PLATÃO**, discípulo de Sócrates, foram apresentadas e comentadas em várias aulas.

Em *A República*, o filósofo grego idealizou um sistema político que previa a adoção de um sistema de Educação caracterizado pela igualdade de condições de todos os cidadãos. Assim, o “diálogo de *A República* é, como todos sabem, uma descrição de uma república ideal, que tem por objetivo a realização da justiça entendida como atribuição a cada um da obrigação que lhe cabe, de acordo com as próprias aptidões” (BOBBIO, 1976, p. 45).

E **ARISTÓTELES**? Discípulo de Platão, é considerado um gênio em todos os campos do conhecimento humano, e nos legou uma grande obra: *A Política*. Ele “foi o primeiro a colocar que o regime econômico dava origem às desigualdades sociais, porém concordava com a escravidão por achá-la necessária à sociedade” (RIUS, 19-- , p. 51).

Você também já leu sobre Aristóteles nas aulas de Fundamentos da Educação.

Veja quantos séculos separam a Grécia Antiga dos fatos históricos que culminaram com as lutas pela independência dos países da América colonizados pelos europeus – iniciadas em 1776, com a independência das 13 colônias inglesas da América do Norte, que deu origem aos Estados Unidos, com a Revolução Industrial (1760-1830) e com a Revolução Francesa (1789). Nesse longo período histórico, a visão política das populações era estática. Baseava-se na idéia de que o governante teria poderes e obrigações complementares e que sua soberania estaria acima dos direitos dos súditos.

Não se esqueça de que a Revolução Francesa levou ao poder a burguesia e começou a provocar mudanças ideológicas no povo, as quais somente a partir do século XIX, foram notadas nas diferentes tendências políticas formadas em oposição aos efeitos dessa revolução, ao liberalismo, à grande indústria e mesmo ao capitalismo.

No século XIX, **MARX** e **ENGELS** criaram um modelo próprio de explicação científica para as lutas políticas do proletariado, por meio da análise dialética da perspectiva social da classe dos trabalhadores, e participaram ativamente das lutas políticas. A partir da crítica à economia da época e ao



#### ARISTÓTELES (384-322 A.C.)

“A teoria clássica das formas de governo é aquela exposta por Aristóteles em

*A Política*: é clássica e foi repetida durante séculos sem variações sensíveis. (...) *A Política* está dividida em oito livros: destes, dois – o terceiro e o quarto – estão dedicados à descrição e à classificação das formas de governo. (...)

Vale notar que em *A Política* encontramos muitas definições de “constituição”. Uma delas está no livro terceiro: “A constituição é a estrutura que dá ordem à cidade, determinando o funcionamento de todos os cargos públicos e, sobretudo, da autoridade soberana” (BOBBIO, 1976, p. 55).



#### MARX (1818-1883)

“Cientista social, historiador e revolucionário, Marx foi, certamente, o pensador socialista que maior influência exerceu sobre o pensamento filosófico e social e sobre a própria história da humanidade. Embora em grande parte ignorado pelos estudiosos acadêmicos de sua época, o conjunto de idéias econômicas, sociais e políticas que desenvolveu conquistou, de forma cada vez mais rápida, a aceitação do movimento socialista, após a sua morte, em 1883” (BOTTOMORE, 1988, p. 238).



#### ENGELS (1820-1895)

“Entre 1845 e 1850, a colaboração de Marx e Engels foi muito estreita. Engels rompeu com seu pai e dedicou-se integralmente às atividades políticas em Bruxelas e Paris. O projeto dos dois pensadores era convencer os comunistas alemães do acerto de sua posição e forjar laços internacionais com movimentos operários de outros países. (...) Depois da morte de

Marx, em 1883, Engels passou a maior parte de seu tempo organizando e publicando o segundo e o terceiro volumes de *O Capital*, obra que consagrou os dois pensadores. (...) Ele foi responsável pela difusão do marxismo como visão do mundo, dentro do movimento socialista” (BOTTOMORE, 1988, p. 127).

### SOCIALISMO UTÓPICO

“Socialismo não-científico, baseado em teorias idealistas, que não tinham em conta a realidade social concreta e as possibilidades de a transformar. Os socialistas utópicos são a expressão dos problemas de sua própria época: da necessidade de suprimir a injustiça gerada pela sociedade capitalista; do insuficiente desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista e de suas contradições; da inexistência de uma teoria científica do desenvolvimento social” (RIUS, 19--., p. 157).

### MATERIALISMO HISTÓRICO

“Teoria marxista do desenvolvimento da sociedade. O materialismo histórico considera a produção de bens materiais necessária à existência dos homens – a estrutura econômica da sociedade – como força principal que determina toda a vida social dos homens e condiciona a transição de um regime social a outro. (...) A história não é obra dos grandes homens, mas dos trabalhadores, força principal do processo de produção e criadores dos bens materiais, necessários à subsistência da sociedade” (RIUS, 19--, p. 154).

**SOCIALISMO UTÓPICO**, elaboraram uma teoria de formação, desenvolvimento e dissolução da sociedade capitalista, criando o **MATERIALISMO HISTÓRICO**. Além disso, tornaram-se os principais representantes da ideologia comunista no pensamento moderno.

O início do século XX apresentou um cenário mundial convulsi-vo, marcado pela dominação do ideário comunista em várias regiões da Europa, culminando com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), liderada pela Alemanha. O crescimento do comunismo e a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), tendo Moscou, capital da Rússia, como o grande centro do poder dos comunistas, contribuiu para a bipolarização do mundo em socialistas e capitalistas.

O fim da Primeira Guerra trouxe paz ao mundo? Infelizmente, não. Anos depois, a Alemanha e seus principais aliados, Japão e Itália, dominados pelo pensamento antijudaico e sob a liderança de Hitler, levaram o mundo à Segunda Guerra Mundial, que durou de 1937 a 1945. Nesse triste fato da História – o Holocausto – foram sacrificados, nos campos de concentração, mais de seis milhões de judeus, incluindo crianças. Foi o fato histórico-político mais importante do século XX.

As duas Guerras Mundiais, ocorridas na primeira metade do século XX, deram origem à Organização das Nações Unidas (ONU) que, por meio de carta assinada por 50 países, em 25 de junho de 1945, declarava em seu preâmbulo a disposição de seus integrantes de “salvar as gerações vindouras do castigo da guerra; a reafirmar a fé nos direitos humanos, na igualdade de direitos de homens e mulheres, de nações grandes e pequenas”(ONU, Carta Mundial, 1945).

Um dos primeiros grandes feitos da ONU foi, por meio de uma resolução em 1947, o estabelecimento do Estado judeu. Assim, em 14 de maio de 1948, foi proclamado o Estado de Israel. A partir de então, a população judaica pôde instalar-se na terra de Israel. Eram 650 mil judeus, muitos deles sobreviventes do Holocausto, espalhados por diferentes países, que passaram a formar uma comunidade organizada, com instituições políticas, sociais e econômicas bem definidas. O fim da Segunda Guerra Mundial levou os habitantes de Israel a concentrarem seus esforços na construção de uma nação pela qual haviam lutado tão longa e arduamente.

A sede permanente da Organização das Nações Unidas localiza-se em Nova York, em território considerado neutro. Até hoje, a ONU tem entre seus membros todas as nações livres do mundo, com exceção da Suíça. Nos últimos anos do século XX, os países-membros já eram 185. É uma referência na luta pelos direitos sociais e políticos de todos os povos.

Leia a tirinha a seguir, com uma cena da Maninha, personagem que representa as crianças curiosas e que gostam de fazer muitas perguntas aos adultos.

### Maninha assiste a uma aula



As informações que a mídia transmite deixam dúvidas sobre as possibilidades de paz e de respeito aos direitos humanos e sociais.

Você deve estar percebendo que, nos diferentes momentos históricos, a Ciência Política incumbe-se da crítica aos fatos histórico-sociais, de forma a contribuir para o delineamento de projetos e ações governamentais e sociais que conduzam ao bem-estar. Esta ciência política trabalha com os cenários atuais.

### ATIVIDADE



1. Vamos lembrar alguns fatos históricos recentes? Como estão as relações políticas entre árabes e judeus? E a situação do Iraque, após a queda de Saddam Hussein?

Você tem lido nos jornais e revistas as matérias sobre esses fatos políticos mundiais? Procure nos jornais da última semana as notícias dos fatos políticos ocorridos em outros países e faça comentários com seu tutor e com seus colegas do pólo.

---



---



---



---



---

#### COMENTÁRIO

*Em suas leituras, você deve ter visto que o estado de guerra persiste em alguns países. A ONU tem sido solicitada a se manifestar sobre os seguintes conflitos: invasões armadas de países mais poderosos sobre outros, – sob diferentes pretextos políticos (como no caso do Iraque), guerrilhas violentas e sem controle, – promovidas por grupos de oposição (por exemplo, o caso do Haiti). Há, ainda, o auxílio da ONU em relação a catástrofes da Natureza, geradoras de mortes e destruição: furacões, terremotos, maremotos (como as tsunamis, no oceano Índico). No final de 2004, ondas marítimas gigantes provocaram a morte de mais de 150 mil pessoas, gerando epidemias, fome e destruição de várias cidades de mais de dez países.*

### CENÁRIO MUNDIAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Como estava o mundo ao final da Segunda Guerra Mundial? A ebulição de idéias políticas e as transformações sociais e tecnológicas que marcaram a segunda metade do século XX foram acompanhadas de grandes transformações políticas, resultantes da divisão dos países em dois grandes blocos: comunista e capitalista.

A Alemanha, derrotada pelos países aliados, foi dividida pelo muro de Berlim, em agosto de 1961. A intenção era impedir a circulação das pessoas entre um “mundo” e o “outro”, ou seja, dos países comunistas (URSS, China, Coréia do Norte, Vietnã) para os países capitalistas da Europa ocidental.



As décadas seguintes foram dominadas pela Guerra Fria, um movimento caracterizado pela separação dos países em dois blocos econômico-político-sociais: o comunista, dominado pela Rússia, e o capitalista, sob a liderança dos Estados Unidos da América.

Um fato político marcante, que até hoje repercute aqui no continente americano, foi a ascensão de **FIDEL CASTRO** ao governo cubano (1959). Após uma revolução, apoiada pelos comunistas russos em parceria com o grupo liderado pelo argentino **ERNESTO CHE GUEVARA**, a força guerrilheira desembarcou em Cuba, e Fidel Castro assumiu o poder.

A ditadura castrista perdura até hoje, mesmo após o declínio da URSS. Em relação à Educação, Cuba é um país sempre citado, por ter conseguido acabar com o analfabetismo e apresentar altos índices de produtividade educacional, destacando-se no campo da pesquisa científica e dos esportes.

Leia a notícia abaixo, publicada no jornal O Estado de S. Paulo, sobre a chegada de Fidel Castro ao poder, em Cuba:

#### Forças de Castro em Havana

O Presidente Fulgencio Batista renunciou ao governo de Cuba nas últimas horas do dia 31 de dezembro, fugindo para a República Dominicana, onde se asilou. Com ele fugiram cerca de 40 pessoas, todas elas figuras proeminentes do regime, as quais temem represálias dos homens de Fidel Castro. Batista deixou governando o país uma Junta Militar, a qual nomeou o Dr. Carlos Pedra, Presidente da Corte Suprema, presidente provisório. Fidel Castro, em transmissão radiofônica procedente de Santiago de Cuba, exigiu, no entanto, a rendição incondicional da Forças Armadas e ameaçou continuar a revolução, a menos que o governo fosse entregue ao Dr. Manuel Urrutia, que ele proclamou presidente provisório do país. Pouco depois do meio-dia de hoje, as vanguardas de Castro, dirigidas pelo argentino Ernesto Che Guevara e por Camilo Cienfuegos, entraram em Havana. A capital está aparentemente calma, depois de um dia de saques, desordens, tiroteios e caça aos homens de Batista, que não conseguiram fugir. A procura dos partidários do antigo regime continua. Por ordem de Castro, e até que se empossasse Urrutia na presidência, uma greve geral paralisa todas as atividades na capital (1959).

#### FIDEL CASTRO

Fidel Alejandro Castro Ruz nasceu em 13 de agosto de 1926, em uma província cubana. Em 1945, ingressou na Universidade de Havana, onde graduou-se em direito. Com um grupo de aproximadamente 120 revolucionários, tentou tomar o Quartel Moncada em Santiago de Cuba, em 1953, sendo derrotado e preso. Durante seu julgamento, pronunciou a famosa frase: “La historia me absolverá.” Condenado a 15 anos de prisão, foi libertado dois anos depois, graças a uma anistia. Foi exilado para o México, onde conheceu Che Guevara. Em 8 de janeiro de 1959, Castro entrou triunfalmente em Cuba, onde está até hoje exercendo o cargo máximo do país.

#### ERNESTO CHE GUEVARA (1928-1967)

Médico argentino formado pela Universidade de Buenos Aires, iniciou-se politicamente na oposição ao ditador argentino Juan Perón. Tornou-se um importante líder político sul-americano e participou de movimentos revolucionários em diferentes países, além do seu: México, Cuba e Bolívia. Logo após a vitória de Fidel Castro, Che Guevara foi encarregado da política econômica em Cuba. Transferiu os laços econômicos tradicionais com os Estados Unidos para o bloco soviético, que apoiava inteiramente a revolução cubana. Seu sonho era estender os ideais políticos marxistas para toda a América Latina. Esteve no Brasil em 1961, quando foi condecorado pelo presidente Jânio Quadros, pouco antes da renúncia deste. Em 1967, mudou-se para a Bolívia, a fim de apoiar os revoltosos contra a ditadura militar naquele país. Foi assassinado em uma emboscada na região boliviana de Vallegrande. Sua morte foi colocada em dúvida durante vários anos, devido ao desaparecimento de seu corpo. Somente 30 anos depois, em 1997, seus restos mortais foram encontrados. Foi sepultado com pompas de herói na cidade cubana de Santa Clara. Che Guevara é apontado como um ícone das revoluções do século XX, pela sua coerência política.

### GRAMSCI (1891-1937)

Antonio Gramsci nasceu em Cagliari (Itália). Foi aluno da Faculdade de Letras de Turim, onde passou a fazer parte de grupos socialistas, desenvolvendo atividade jornalística e dirigindo o jornal *Il Grido Del Popolo*. Em 1920, participou do movimento de ocupação das fábricas. Em 1922-1923, representou o Partido Comunista da Itália na Conferência da Internacional Comunista, com a tarefa de manter as ligações entre o Partido Comunista italiano e os demais partidos comunistas europeus. Foi eleito deputado em 1924, mas, apesar das imunidades parlamentares, em 1926 foi detido e recolhido à prisão, condenado a confinamento penal por cinco anos. Em 1928, foi condenado a 20 anos de prisão. Foi na Casa Penal Especial de Turi (Bari) que começou a redigir os *Cadernos do Cárcere*. Seramente doente, foi transferido para a enfermaria de uma outra prisão. Em 1934, obteve atendimento ao pedido de liberdade condicional e foi transferido para um hospital em Fiesole (1935); após uma outra crise grave, foi internado em Roma, onde faleceu em 1937.

### Dicas de estudo

Para você conhecer alguns dos ideais que vigoravam no período anterior à tomada do poder pelos revolucionários castristas, veja o filme *Diários de motocicleta*, co-produção internacional, dirigida pelo cineasta brasileiro Walter Moreira Salles. O filme focaliza a juventude de Che Guevara e sua trajetória até tornar-se um dos líderes do movimento revolucionário na América Latina.

A polarização político-filosófica entre as correntes socialistas – de origem marxista – e as liberais, algumas de forte cunho conservador, outras priorizando discursos progressistas de liberdade e igualdade, continuou em vigor até os anos 80. Enquanto isso, os dois blocos políticos deixavam transparecer o temor de uma guerra nuclear, que poderia arrasar o mundo em poucos minutos. No campo específico da Educação, as idéias socialistas eram altamente influenciadas pelo pensamento de **GRAMSCI** e **ALTHUSSER**.

### ALTHUSSER (1918-1990)

Louis Althusser, nascido em Argel, foi um dos mais importantes filósofos franceses do século XX. Sua obra faz parte de uma renovação teórica do marxismo ocidental, que protagonizou juntamente com outros autores franceses. Em 1939, ingressou na Escola Normal Superior, de Paris. Pouco depois, foi mobilizado para a guerra, onde foi feito prisioneiro pelos alemães em 1940. Foi libertado em 1945, depois de quase cinco anos em um campo de concentração alemão. O período de prisão lhe trouxe uma psicose maníaco-depressiva. Relativamente recuperado, após internação em um hospital psiquiátrico, retornou à Escola Normal, passando a dar aulas de Filosofia. Aderiu ao Partido Comunista francês, onde iniciou sua amizade com Michel Foucault, Bachelard, Derrida, dentre outros importantes intelectuais. Nas décadas de 1960-1970, Althusser sustentou a tese da supremacia da luta de classes na reprodução da sociedade capitalista e destacou em sua obra uma crítica ao economicismo, o que fez do althusserianismo uma presença forte nos meios acadêmicos. Sua obra mais conhecida no Brasil é *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, na qual a escola se insere como um destes aparelhos.

No final da década de 1980, fatos políticos de repercussão mundial abalaram a até então divisão dos países nos dois grandes grupos: os seguidores do ideário capitalista americano e os adeptos do pensamento comunista soviético.

O declínio da Guerra Fria entre os dois grandes líderes político-econômicos – União Soviética e Estados Unidos – contribuiu para acelerar um processo de transformação no equilíbrio de forças, que se mantinha desde o término da Segunda Guerra Mundial.

Em 1984, com a ascensão da liderança de Mikhail Gorbachev na URSS, inicia-se a **PERESTROIKA**, com reflexos políticos não só para seu próprio país, mas também para o mundo. Setenta anos após a implantação do comunismo, esse líder soviético passou a pregar uma nova revolução, que geraria profundas mudanças em todos os campos no final do século XX. Em seu país, liderou a transição soviética da economia planificada, defendida pelos comunistas, para a economia de mercado, praticada pelos capitalistas. Gorbachev era obcecado pela idéia de modernização.

Um encontro histórico, em Genebra (1985), de Gorbachev com o presidente dos Estados Unidos – Ronald Reagan – resultou em uma declaração conjunta, por meio da qual os líderes políticos se comprometiam a não deflagrar jamais uma guerra nuclear. A Guerra Fria, assim, pôde ser extinta quatro anos depois, em 1989, por Gorbachev e George Bush, presidente americano na época. Em 1990, Gorbachev recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Em 1991, este líder soviético renunciou à presidência, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas se dissolveu. Os países que a compunham passaram a assumir seus próprios destinos políticos.

Em 9 de novembro de 1989, um fato histórico ocorreu na Europa, como consequência do movimento de discussões gerado pela *Perestroika* e pela criação da Comunidade Econômica Européia: a queda do muro de Berlim, que separava a Alemanha em duas nações. A unificação germânica e as discussões sobre a união européia foram retardadas. Em 1990, fez-se a unificação política alemã. No ano seguinte, Berlim se tornou a capital do país.

A unificação da Alemanha, o fim da Guerra Fria e a criação da União Européia eram as grandes expectativas de paz entre todas as nações.

Depois disso tudo, o mundo pôde respirar com tranquilidade? Infelizmente, não. Outros fatos políticos abalaram as relações mundiais no início dos anos 90. Entre eles, a guerra contra o Iraque, presidido por Saddam Hussein, que teve origem na invasão do Kuwait por aquele país. A Organização das Nações Unidas considerou a invasão como uma agressão à soberania de um de seus países-membros, uma ofensa à democracia mundial. Meses antes, a ONU já determinara o bloqueio econômico ao Iraque, como forma de pressioná-lo a desocupar o país vizinho. Como tal medida não surtiu o efeito desejado, em janeiro de 1991 iniciou-se a Guerra do Golfo Pérsico, sob a liderança dos Estados Unidos, que duraria cerca de 40 dias, terminando com a vitória dos países aliados.

## PERESTROIKA

*Perestroika* significa “reestruturação”. Como sistema, está intimamente ligada ao socialismo. Leia o que disse Mikhail Gorbachev: “Estamos olhando para dentro do socialismo, e não para fora dele, à procura das respostas para todas as perguntas que surgem. Avaliamos igualmente nossos sucessos e erros por padrões socialistas. Aqueles que esperam que nos afastemos desse caminho ficarão muito desapontados. Cada etapa da *Perestroika*, e o programa como um todo, está totalmente baseada no princípio de mais socialismo e mais democracia” (GORBACHEV, 1987, p. 38).

A Guerra do Golfo Pérsico acentuou as divergências históricas entre árabes e judeus, dificultando ainda mais a implementação de políticas econômicas e sociais nos países envolvidos. Além disso, provocou vários desastres ecológicos, devido à explosão de poços de petróleo; destruiu vários sítios arqueológicos de inestimável valor histórico, que estavam sendo pesquisados; exacerbou sentimentos nacionalistas até então adormecidos.

O ano de 1991 terminou com o cenário mundial totalmente diverso no Leste Europeu, causado pelo fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a independência da Geórgia, Letônia, Estônia e Lituânia e a criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), reunindo a Rússia e as demais Repúblicas soviéticas, numa tentativa de criar um mercado comum. Apesar da adoção de uma moeda comum – o rublo –, a criação desse mercado continua difícil até hoje, devido ao caos econômico da transição do comunismo para o livre mercado. A queda do império soviético, porém, tem gerado problemas nacionais, étnicos, políticos e econômicos, recrudescendo os nacionalismos e os ódios religiosos.

Depois de um longo período de crescimento, os países socialista-comunistas mergulharam em uma crise que vem provocando mudanças ideológicas e geopolíticas. Os 70 anos em que viveram fechados em um regime de força, representado por um império gigantesco com quase 300 milhões de habitantes e uma extensão territorial que abrigava 11 fusos horários, fizeram surgir vários movimentos separatistas, provocando a desintegração da República Soviética.

A onda neoliberal, propagada por quase todas as nações a partir da década de 1980, revalorizou os princípios teóricos do capitalismo. Os ideais de sociedade na política neoliberal colocam o desenvolvimento espontâneo da economia de mercado como meta de perfeição para a sociedade.

Em contrapartida, o antigo conflito entre árabes e judeus que, em 1993, por meio do chamado acordo Gaza-Jericó – a Declaração de Princípios sobre os Acordos Internos de Autonomia – leva-nos a entrever alguns acordos de paz e de reconhecimento de territórios ocupados, caminha para a estagnação ou mesmo para o retrocesso. Israel afirma que não aceitará a criação de um Estado palestino nem a divisão de Jerusalém, o que provocou um tremor no mundo árabe e um novo ciclo de violência entre judeus e muçulmanos.

Com efeito, o desmantelamento soviético encerrou a era dos Estados-nação, surgidos após a Revolução Francesa, dotados de uma população aparentemente homogênea, em que as distorções econômico-sociais não eram tão visíveis quanto são hoje.

Paralelamente, foi tomando forma, nos países europeus, a necessidade de extinção das barreiras políticas e econômicas que os separavam, ampliando o processo iniciado em 1957, com o Tratado de Roma. Este tratado, assinado por seis países – França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo –, criou a Comunidade Econômica Européia, com objetivos financeiros, para fazer frente ao peso comercial dos Estados Unidos, gerando um conjunto de forças produtivas e de relações de produção econômica.

O Tratado de Maastricht (assinado por 15 países em 9 de dezembro de 1991) determinou o ano de 1993 como o início da União Européia. Com as fronteiras abertas para os cidadãos de todos os países-membros, priorizando uma economia de caráter integrador e a adoção de uma única moeda (o euro), as discussões políticas se voltaram para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social dos europeus, conduzindo a lutas comuns pela preservação do meio ambiente e pela defesa dos direitos humanos: saúde, habitação, segurança, transporte e Educação.

Atualmente, vivemos em sociedades pluralistas, convivemos com o **MULTICULTURALISMO**. A mobilização do homem e dos capitais questiona a lógica territorial na qual se baseia nossa sociedade. A confrontação Leste-Oeste retraiu durante algum tempo esse movimento, do qual pode ser esperado todo tipo de conseqüências.

#### **MULTICULTURALISMO**

Refere-se à coexistência enriquecedora de diversos pontos de vista, interpretações, visões e atitudes provenientes de diferentes culturas.

### **CONCLUINDO NOSSA AULA...**

Esse rápido olhar político sobre a segunda metade do século XX nos permite relembrar com mais clareza os acontecimentos contemporâneos da política. Por conseguinte, é conveniente que haja um novo enfoque das Ciências Sociais, com conseqüências sobre as políticas educacionais. Evidentemente, há necessidade de novos conceitos de Estado, nação, democracia, cidadania, Educação e de repensar sobre a formação político-pedagógica do professor desta nova era.

## ATIVIDADE FINAL

Após a leitura da descrição desses acontecimentos políticos mundiais do século XX, que tal refletir sobre os fatos ocorridos no início deste século XXI?

Será que os ataques terroristas ocorridos nos Estados Unidos, na Espanha e em vários outros países têm trazido mudanças políticas para todos nós? E a guerra no Iraque?

Procure ler o noticiário recente dos jornais e revistas. Converse com seus colegas de pólo e com o tutor sobre as perspectivas de mudanças sociais no mundo em que vivemos. Faça um resumo escrito das leituras e discussões sobre as políticas mundiais.

### RESPOSTA COMENTADA

*Você deve ter concluído que quer seja no capitalismo, quer no socialismo, o que está faltando é humanizar as relações humanas em todo o planeta. O que lemos diariamente nos jornais é noticiário sobre guerras, ataques terroristas, violação de direitos. As políticas econômicas estão se sobrepondo às políticas sociais. Assim, o futuro da Humanidade poderá ser comprometido com o aumento da violência e das injustiças sociais e econômicas.*

## RESUMO

A política permeia todas as atividades humanas através dos tempos. Você se informou sobre fatos histórico-políticos recentes ocorridos no mundo que mudaram o cenário social da Humanidade, como a Segunda Guerra Mundial e todas as suas decorrências, dentre elas a construção do muro de Berlim e a Guerra Fria. Atualmente, os fatos mundiais mais comentados são os ataques terroristas. A tendência política atual é a de organização dos países em blocos político-econômicos, como é o caso da União Européia.

## INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, vamos estudar o cenário político brasileiro, dando ênfase às políticas educacionais das décadas de 1980 e 1990, que culminaram com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

## Cenários políticos da Educação brasileira

# AULA 2

### Meta da aula

Apresentar o cenário político brasileiro nas primeiras décadas do século XX e suas implicações no contexto educacional.

Esperamos que, após o estudo desta aula, você seja capaz de:

- Identificar fatos históricos relacionados com a Educação brasileira no século XX.
- Analisar politicamente os princípios e fins da Educação nacional, explicitados na LDB.

## INICIANDO NOSSA AULA...

O passado histórico do Brasil nos mostra um povo engessado por séculos de colonização, cujas riquezas foram levadas para a Europa e o comércio centrado no tráfico negreiro. Você se lembra de como as diferentes tentativas de revolução foram abafadas pelos colonizadores portugueses?

Mesmo após a Independência do Brasil, durante todo o Império as ideologias políticas que estavam em discussão em diferentes países pouco afetavam as realidades social e educacional brasileiras.

As políticas educacionais do Brasil sempre se mostraram inconsistentes, ao sabor dos políticos de prestígio do momento. Na verdade, a história brasileira não registra, ao longo do período colonial ou do Império, preocupação com políticas públicas de Educação. Somente no século XX é que podemos registrar as primeiras lutas por uma escola de qualidade para todos.

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Inicialmente denominada Universidade do Rio de Janeiro, teve seu nome modificado para Universidade do Brasil em 5 de julho de 1937. Mas foi somente em 17 de dezembro de 1945, graças ao decreto-lei nº 8.393, que conquistou sua autonomia administrativa, financeira e didática. Finalmente, em 1965, a Lei nº 4.831, de 5 de novembro, de autoria do marechal Castelo Branco, determinou nova mudança na denominação da instituição, que passou a chamar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro, nome que manteve até o dia 30 de novembro de 2000, quando recuperou na Justiça o direito de utilizar o nome Universidade do Brasil (<http://www.ufrj.br>, acessado em 24/5/05).

## CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

Como foi o cenário político no Brasil nas primeiras décadas do século XX?

A criação da **UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO**, em 7 de setembro de 1920, foi o principal acontecimento da Educação brasileira das duas primeiras décadas do século XX.

O Movimento da Escola Nova, liderado pelos reformadores da época – Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo –, levou à criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, com o objetivo de influir na implantação de novas políticas nesse campo.

Em 1930, a 14 de novembro, logo no início da Era Vargas, foi criado o Ministério da Educação e Saúde. Entretanto, os intelectuais renovadores da Educação citados anteriormente não tiveram suas propostas políticas de transformação da Educação brasileira apoiadas pelo movimento de 1930, que iria culminar com o período de ditadura de Getúlio Vargas e o autoritarismo do Estado Novo (1937-1945).

Do Manifesto dos Pioneiros, em 1932, ao Manifesto dos Educadores, em 1959, houve uma história de lutas por uma escola melhor. Nos anos seguintes, as reformas educacionais previstas nas Leis 4.024 (de 1961, que estabelecia as diretrizes e bases da Educação nacional), 5.540

(de 1968, que fixava as normas do Ensino Superior) e 5.692 (de 1971, que implantou o ensino de 1º e 2º graus) sofreram, e ainda sofrem, críticas severas de todos os setores, principalmente as duas últimas, por terem sido promulgadas no período mais duro do regime militar implantado no Brasil em 1964.

Convém lembrar que, nos anos 60, acreditávamos ingenuamente que a Educação era a alavanca do desenvolvimento e não enxergávamos os limites da prática pedagógica. Na década seguinte, as idéias da **TEORIA DA REPRODUÇÃO** abrandaram o entusiasmo com que muitos educadores haviam abraçado o binômio educação-desenvolvimento.

Lembrar os anos 60 e 70 é rememorar um período marcado por movimentos estudantis – reflexo das dificuldades por que passavam os educadores inseridos na massa brasileira oprimida pelo movimento militar de 1964. O ano de 1968 será sempre um marco na história política do Brasil, pelo endurecimento das ações da ditadura. No campo social, foi um período marcado pela influência, velada e oprimida por força da repressão da ditadura, das idéias de Karl Marx, **MARCUSE**, Althusser e Gramsci.

### TEORIA DA REPRODUÇÃO

A reprodução do sistema de ensino como instituição relativamente autônoma permite a reprodução da cultura dominante, e essa reprodução cultural reforça, como poder simbólico, a reprodução contínua das relações de força no seio da sociedade. Bourdieu e Passeron defendem essa tese com rigor e esforço de conceitualização teórica (BOURDIEU; PASSERON, 1988).

### MARCUSE (1898–1979)

Marcuse completou o serviço militar durante a Primeira Guerra Mundial. Estudou Filosofia em Berlim e Freiburg. Tinha muito interesse nas relações entre a Filosofia e a Política, e tornou-se figura destacada da Escola de Frankfurt. Depois da Segunda Guerra Mundial, fixou residência nos Estados Unidos. Engajou-se em temas e interesses do marxismo clássico, o que o levou a tornar-se um destacado porta-voz e um dos principais teóricos da Nova Esquerda nos anos 60 e 70. Foi Marcuse quem socializou as críticas da Escola de Frankfurt à cultura, ao autoritarismo e ao burocratismo, sobretudo na América do Norte. Suas contribuições mais importantes incluem uma nova formulação da relação entre Marx e Freud, uma análise crítica do socialismo de Estado e do capitalismo industrial, uma avaliação da inércia moderna como forma de dominação e o esboço de uma nova estética (BOTTOMORE, 1988).

No início dos anos 80, inicia-se uma revisão do exagero das teorias reprodutivistas, com uma postura menos ingênua e mais realista frente ao papel social da Educação. Percebe-se, com clareza, que há limites econômicos, ideológicos, culturais e de classe, que fazem com que a Educação não possa dar conta de tudo o que desejávamos. Há uma distância entre a adesão intelectual às idéias progressistas e a inserção na prática progressista. A mudança só ocorre quando a prática político-pedagógica ultrapassa a reflexão e passa à ação.



### ATIVIDADE

1. Procure um amigo que tenha vivido no Brasil nos anos 60. Converse sobre as lembranças desse período histórico. Faça as seguintes perguntas:

- Você se lembra do período da ditadura militar no Brasil?
- Todos os fatos políticos e sociais eram publicados nos jornais e revistas?
- Havia liberdade para expor idéias?

Se você quiser, pode acrescentar outras perguntas. Registre as respostas dadas. Depois, faça um resumo escrito das respostas. Verifique com seus colegas de pólo as respostas que eles obtiveram nas entrevistas feitas e compare com as suas. Comente com o tutor.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### COMENTÁRIO

*A ditadura militar no Brasil, que durou de 1964 até meados dos anos 80, foi marcada pelo desaparecimento de presos políticos, pelo exílio de personalidades importantes de nossa vida intelectual e política, como Paulo Freire e Darcy Ribeiro, e pela censura a todas as publicações que pudessem ter algum vínculo com o ideário socialista. Uma lembrança marcante dessa época, com relação à censura à produção artística, foi o fato ocorrido durante o III Festival Internacional da Canção, realizado no Rio de Janeiro. Geraldo Vandré, prestigiado músico da época, compôs e cantou uma belíssima canção – Pra não dizer que não falei das flores –, entusiasticamente aclamada pelo público. O júri, porém, classificou-a em segundo lugar. O sucesso do cantor foi abafado por seu exílio imediato no Chile. Anos depois, a canção voltou às paradas de sucessos e foi consagrada como hino de resistência à ditadura militar.*

Você já cantou alguma vez esta canção? Veja a beleza poética de seus versos:

Caminhando e cantando e seguindo a canção  
 Somos todos iguais, braços dados ou não  
 Nas escolas, nas ruas, campos, construções  
 Caminhando e cantando e seguindo a canção  
 Vem, vamos embora  
 Que esperar não é fazer  
 Quem sabe faz a hora  
 Não espera acontecer. (...)

Que tal procurar o restante da letra e cantar junto com seus amigos?

## CONTEXTO NACIONAL DA EDUCAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

O início da década de 1980 foi marcado por movimentos sociais, pela organização de diferentes categorias em associações, mobilização dos professores por melhores salários, melhores condições de trabalho, melhor formação profissional, melhor Educação. Surgem, em todo o Brasil, entidades nacionais representativas dos educadores, além de inúmeros sindicatos e associações estaduais e municipais que passaram a congregar grupos de professores de acordo com a especificidade de sua atuação pedagógica.

As Conferências Brasileiras de Educação (CBE) constituíram, nos anos 80 e no início da década seguinte, mais um fórum de debates das questões educacionais, em que as políticas públicas de Educação foram temas de simpósios e painéis.

A “década perdida”, como os economistas chamaram os anos 80, foi, do ponto de vista político e social, a década da busca da cidadania. Iniciou-se com grande movimentação da sociedade civil, organizando-se em associações e sindicatos, e liderando greves e lutas por melhores salários e condições de vida. As eleições diretas para governador, em 1982, após vários anos de eleições indiretas, levaram os brasileiros às urnas para eleger seus candidatos.

Fato marcante na primeira metade dessa década foi o movimento popular pelas eleições diretas para presidente. A campanha Diretas Já mobilizou milhões de brasileiros em todo o país. Os comícios da campanha, realizados em várias cidades, entre o final de 1984 e o início de 1985 (principalmente no do Rio de Janeiro, realizado na Candelária),

reuniram milhões de brasileiros e colocaram nos palanques figuras públicas de diferentes tendências políticas unidas na luta pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que levaria os brasileiros ao voto direto para presidente da República. Inutilmente, porém. O máximo que o povo organizado conseguiu foi a retirada de candidaturas de diferentes partidos de oposição ao governo e a aglutinação de forças em torno do nome do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves.

Uma canção, que você também já deve ter ouvido, marcou esse momento. Foi a música de Milton Nascimento e Wagner Tiso, *Coração de estudante*, que virou hino do movimento Diretas Já.

Vamos cantar também esta canção?

Quero falar de uma coisa  
Adivinha onde ela anda?  
Deve estar dentro do peito  
Ou caminha pelo ar.  
(...)  
Coração de estudante  
Há que se cuidar da vida  
Há que se cuidar do mundo  
Tomar conta da amizade  
Alegria e muito sonho  
Espalhados no caminho  
Verdes, planta e sentimento  
Folhas, coração, juventude e fé.

Que tal procurar a letra e cantá-la com os amigos?

A vitória de Tancredo Neves no Congresso foi tranqüila, com larga margem de votos dados pelos congressistas da época. Infelizmente, Tancredo adoeceu pouco depois e faleceu em 21 de abril de 1985, não chegando a tomar posse como presidente da República. Deixou para o vice-presidente, José Sarney, a tarefa de levar adiante o plano da Nova República que, dentre outras coisas, sugeria: Constituinte para 1986, congelamento de preços da cesta básica de alimentos, negociação da dívida externa e escola universal e gratuita em todos os níveis.

A segunda metade da década correspondeu ao governo de José Sarney e foi marcada economicamente por uma crise inflacionária nunca experimentada pelo Brasil. Foi ainda durante o governo Sarney que se instalou a Assembleia Constituinte, para elaborar a Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada pelo Congresso Nacional

e sancionada pelo presidente em 5 de outubro de 1988, foi denominada Constituição Cidadã por Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Esta Constituição apresentou, pela primeira vez na história das Constituições brasileiras, um capítulo inteiro dedicado à educação pública.

Em 1989, como determinava a Constituição Cidadã, realizou-se finalmente a eleição presidencial, pelo voto direto e secreto, após quase 30 anos. Assim, em outubro de 1990, o presidente Fernando Collor de Mello anunciou à nação o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), cuja versão preliminar foi divulgada às universidades e redes de 1º e 2º graus pelo Ministério da Educação. Esse programa tinha como objetivo a valorização profissional do professor e o combate ao analfabetismo. Previa estreita colaboração inter e intragovernamental e a conjugação de esforços da sociedade civil, dos sindicatos e dos empresários para atingir a meta de alfabetizar 70% dos analfabetos do país em cinco anos.

Apesar de o PNAC apresentar em sua concepção aspectos altamente positivos, sua implementação atropelava a proposta: as verbas de 1990, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – órgão do Ministério da Educação que coordenava o programa juntamente com a Secretaria Nacional de Educação Básica (Seneb) – foram repassadas com meses de atraso, gerando grande confusão e descontentamento, principalmente porque os critérios de repasse não foram explicados de maneira clara. O PNAC não chegou a apresentar resultados nem priorizou o ensino público. A distribuição de verbas beneficiou mais as entidades não-educacionais do que o ensino regular.

Nos anos 80 e 90, o campo educacional brasileiro dividiu-se em duas correntes: uma declaradamente socialista, que defendia a universalização em todos os graus de ensino da escola pública e gratuita, e outra, de caráter liberal, que propunha liberdade para o ensino e discutia amplamente as concepções de ensino público e de verbas públicas. Os anos 90, embora com menos ênfase, mantiveram ambas as tendências.

E quanto à legislação de ensino? No final do século XX, ainda vigoravam no Brasil todas as leis de Educação impostas pelo regime dos militares, principalmente a Lei 5.692/71 (Lei cinco meia nove dois, como ficou conhecida), que implantou o 1º e 2º graus, promulgada nos anos mais severos da ditadura.

## A LEI DARCY RIBEIRO

A Constituição Cidadã, cercada das expectativas populares de que mudaria o Brasil, propunha uma série de leis complementares para serem discutidas e promulgadas *a posteriori*. Para os professores, as diretrizes e as bases da Educação, um dos temas a serem transformados em lei, já eram assunto de debates em congressos e seminários muito antes da promulgação da Constituição.

Já em 1986, por ocasião da Conferência Brasileira de Educação, realizada em Goiânia, as diretrizes desejadas pelos educadores brasileiros estavam explícitas no documento “Carta de Goiânia”. Em abril de 1988, na Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), o professor Dermeval Saviani discursava e divulgava o texto no qual propunha as modificações necessárias à Educação brasileira, o qual gerou intensas discussões e deu origem a um projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e à organização do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB.

O projeto original propunha uma reorganização do sistema educacional, o fortalecimento da escola pública e a gestão democrática das instituições públicas de ensino. A necessidade de planos de carreira para os professores era atendida em diferentes artigos que abordavam não só as questões salariais como também sua formação, propondo, inclusive, a existência de uma base comum nacional nos currículos de todos os cursos de formação de professores.

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB – formado por 26 entidades nacionais sindicais, estudantis, científicas – lutou intensamente para que a escola pública fosse fortificada e para que as verbas a ela destinadas fossem suficientes para mantê-la dignamente e torná-la eficiente. A luta foi árdua e contínua, mas o projeto construído durante oito anos pela sociedade civil foi vetado no Senado Federal. Em dezembro de 1996, o projeto do senador Darcy Ribeiro, discutido no Congresso Nacional e aprovado pelo presidente da República, tornou-se a Lei 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esta lei foi chamada Lei Darcy Ribeiro. Nas próximas aulas, vamos destacar sua importância.

## CONCLUINDO NOSSA AULA...

Como você viu nesta aula, a construção de políticas públicas de Educação que atendam aos interesses da população não tem sido fácil para os educadores brasileiros. O ideal de uma escola que conduza todas as crianças, jovens e adultos à realização social, profissional e de cidadania plena ainda é meta a ser alcançada pelo povo brasileiro.

### ATIVIDADE FINAL

- a. Recorte de jornais um noticiário e dois artigos sobre Educação publicados nos últimos 30 dias. Faça uma síntese escrita dessas matérias.
- b. Agora leia os artigos 3º e 4º da Lei 9.394/96 (Lei Darcy Ribeiro), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Eles contêm os princípios e fins da Educação nacional. Analise cada um deles e veja se estão sendo atingidos pelas políticas públicas de Educação de seu estado e de sua cidade.
- c. Escreva um resumo da análise que você fez e entregue ao tutor.

#### COMENTÁRIO

*Você deve ter reparado que o noticiário dos grandes jornais está mais centralizado em declarações do ministro da Educação e nas discussões sobre o Ensino Superior. Os artigos da LDB que você leu determinam uma educação voltada para a construção da cidadania plena, o que não pode ainda ser constatado na maioria dos sistemas de ensino em nosso país. Precisamos conhecer nossos direitos e lutar por eles.*

### RESUMO

Você se informou sobre fatos políticos ocorridos no Brasil no século XX, que mudaram o cenário de nosso país. Estudou também os acontecimentos políticos que mudaram o rumo de nossa história, como o golpe militar de 1964, que nos levou a mais de 20 anos de domínio das forças armadas, e o movimento Diretas Já. Estes fatos históricos culminaram com o retorno à democracia. As eleições diretas para presidente da República e a Constituição promulgada em 1988, a Constituição Cidadã, trouxeram, como consequência para a Educação, uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

## **INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA**

Na próxima aula, você concentrará seu estudo na compreensão de conceitos muito debatidos no dia-a-dia, como cidadania, democracia, governabilidade e globalização. Vamos conversar um pouco mais sobre a Educação em nosso país e as perspectivas atuais em nosso campo de atuação.

## Cidadania e democracia: ideais políticos?

# AULA 3

### Meta da aula

Apresentar os condicionantes políticos e sociais da Educação.

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- Conceituar cidadania e democracia.
- Conhecer a proposta educacional de Paulo Freire.
- Identificar as influências políticas na Educação brasileira

## INICIANDO NOSSA AULA...

Na aula anterior, você viu como as políticas públicas se relacionam com o contexto socioeconômico e político de cada época histórica. Você não acha que a democracia plena ainda é um ideal político a ser atingido? E o que significa cidadania? As duas concepções se completam? Como os educadores podem ser influenciados por elas? Agora vamos conhecer os condicionamentos sociais e políticos que atingem a Educação e as concepções de cidadania e democracia.

## O QUE É SER CIDADÃO?

O contexto social no campo da Educação nos leva a olhar o estado atual das relações políticas no mundo e perceber que a luta da **HEGEMONIA ECONÔMICA** pelos Estados Unidos e seus aliados, dentre os quais o Brasil, “repercute no desenvolvimento tecnológico, repercute na composição da classe trabalhadora, repercute no papel do estado e, também, repercute na organização da educação nacional – incluída aí a formação do educador” (FREITAS, 1991, p. 8).

Para o início deste milênio, as previsões feitas a partir dos estudos realizados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) no final dos anos 90, juntamente com a Organização das Nações Unidas, são de um Brasil menos pobre. Um dos indicadores usados para realizar essa análise foi a escolaridade da população, incluindo-se aí as taxas de alfabetização de adultos e a qualificação profissional dos trabalhadores. Tais dados revelam que a importância dos investimentos em Educação e, particularmente, na formação dos professores torna-se cada vez mais evidente.

Na atual conjuntura, vemos um desafio à nossa frente: a criação de novas estratégias de desenvolvimento social que permitam acelerar o processo de democratização da cidadania para todas as regiões do país.

Você deve estar se perguntando: O que é democratização da cidadania? Lembre-se de que os direitos sociais e políticos, embora tenham amparo nas leis, não estão ainda ao alcance de todos. Somente reunindo esforços para que a consciência de cidadania cresça entre a população poderemos esperar mudanças no quadro de desigualdades comprovadas pelas estatísticas. Dessa maneira, estaremos cumprindo o preceito constitucional contido no artigo 1º de nossa Constituição Cidadã, que diz:

### HEGEMONIA ECONÔMICA

A palavra “hegemonia” significa preponderância, supremacia, superioridade. “A *hegemonia global* pode ser definida como uma situação na qual um estado-nação desempenha um papel predominante em organizar, regular e estabilizar a economia política mundial. A utilização da força armada sempre foi uma parte inseparável da hegemonia, mas o poder militar depende dos recursos econômicos à disposição do Estado” (DU BOFF, 2005).

“A República Federativa do Brasil (...) constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.”

As concepções de democracia e cidadania são complementares – é difícil imaginar uma sem a outra – e têm sofrido mudanças ao longo da história. Sofrem influências das crises políticas nacionais e internacionais, que provocam transformações nas relações de poder dentro e fora de cada país.

Na política, a idéia de cidadania é bem ampla, e sua evolução se deu no bojo das mudanças de concepção dos direitos do homem, que evoluíram dos direitos legais para os políticos e, destes últimos, para os direitos sociais.

Todo cidadão tem o direito de ser consultado sobre a direção política da sociedade e tem o dever de contribuir para essa consulta geral. Entretanto, esse cidadão está adstrito aos resultados dessa consulta. Esse é o papel dos processos eleitorais, em que, por meio do voto, aprovam ou não uma proposta de governo.

Além das eleições diretas, outra ação de cidadania é a promoção de audiências públicas pelos poderes constituídos e a respectiva participação dos cidadãos. Como nas eleições, o resultado dessas consultas deve ser respeitado pelo cidadão e concretizado pelos poderes públicos.

Os projetos de lei devem ser democraticamente construídos e amplamente discutidos por toda a sociedade. Ao se concretizarem como leis, homologadas pelo Poder Legislativo e sancionadas pelo Poder Executivo, tornam-se normas determinantes de ações e procedimentos a serem cumpridos. A cidadania está calcada na regra da lei e no princípio da igualdade. Quando uma lei se torna obsoleta ou é superada por outras leis ou por novas demandas sociais, deve ser rediscutida, para que sofra emendas ou perca seu efeito.

O princípio da igualdade deve ser visto como justiça social, não se confundindo com uniformidade, mas como garantia de identidade.

### ATIVIDADE



1. Escreva com suas palavras o que você entende por cidadania. Diga se você se considera um cidadão, justificando seu ponto de vista.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### COMENTÁRIO

Muitas pessoas acham que o dever de cidadania se restringe a votar, participar como eleitor da escolha de representantes dos Poderes Executivo e Legislativo. O papel do cidadão vai além disso. Veja o que Leonardo Boff nos ensina sobre cidadania:

*(...) é o processo histórico-social mediante o qual a massa humana consegue forjar condições de consciência, de organização e de elaboração de um projeto que lhe permitem deixar de ser massa e passar a ser povo, com sujeitos históricos capazes de implementar o projeto elaborado. (BOFF, 1994, p. 23).*

## CIDADANIA PLENA: CONCEPÇÕES

Atualmente, percebemos a substituição da concepção dos direitos naturais – trabalho, educação e saúde – pelo sentido de direitos a serem adquiridos na competição e por esforço pessoal.

Já não se entende mais, como direito do cidadão, a educação, a saúde, o trabalho. Diz-se, por oposição, que o cidadão deve ter condições de igualdade para ter acesso a estes benefícios, mas ele deve demonstrar competência para obtê-los, para competir no mercado e conquistá-los. Desloca-se, portanto, a concepção de direitos do cidadão para outro ponto, para a competição, reforçando-se o individualismo na obtenção destes direitos. (FREITAS, 1991, p. 12).

O que se observa é que a mundialização do mercado “debilita e reduz a cidadania nacional” (BOFF, 1994, p. 24). A idéia de mundialização pode ser relacionada às mudanças de concepção de nação ocorridas desde o início do século XX, quando se via a necessidade de um mercado nacional, comum, com uma população homogênea. Essa concepção evoluiu para a idéia de mercado multinacional, atendendo a diferentes populações. Hoje, defende-se um mundo sem fronteiras nacionais, com a mundialização da economia, da cultura, da Educação e da Ciência. É a origem da tão falada globalização de que tratam os noticiários da imprensa no nosso dia-a-dia.

Essa concepção nos leva à diminuição do Estado. Em consequência, como nos diz Boff, “o neoliberalismo que se implantou após a implosão da ordem socialista possui altíssimas taxas de exclusão, seja no nível internacional, seja no interior dos próprios países” (BOFF, 1994, p. 24).

Essa etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial, surgida principalmente a partir dos anos 80, pode ser caracterizada como “mundialização do capital”, denominação para o fenômeno da globalização. Estamos diante de um novo regime de acumulação capitalista, um processo de internacionalização do capital, com características próprias e particulares.

Diante desse contexto, é preciso reforçar que a construção da cidadania começa com uma base social, e não se realiza apenas em relação ao Estado – cidadania plena – no que diz respeito às leis, defendendo seus direitos e cumprindo seus deveres, mas também diante de outro cidadão – concidadania – que se expressa por meio da solidariedade e da cooperação (BOFF, 1994).

Para que se alcance essa dimensão de concidadania, em que o **COMPANHEIRISMO** deve ser desenvolvido por meio da solidariedade e do diálogo, é preciso um trabalho político-pedagógico de Educação integral, em que se pratique um processo de conscientização dos cidadãos, tornando-os sujeitos capazes de assumir sua autodeterminação, como nos ensinou Paulo Freire (1921-1997), considerado um dos educadores brasileiros mais notáveis do século XX.

Sua obra tem sido difundida em todo o mundo. Há homenagens a ele em vários países, sob a forma de títulos, nomes de bibliotecas e de escolas. Uma dessas homenagens, que Paulo Freire lembrava com muito carinho, é uma enorme escultura de pedra, erguida em uma praça da

#### COMPANHEIRISMO

Palavra de origem latina, *cum panis*. Etimologicamente, significa pessoas que dividem o mesmo pão.



Paulo Freire

cidade de Estocolmo, em que ele aparece sentado junto com Mao Tsé-tung, Pablo Neruda e outros intelectuais. Sua principal obra – *Pedagogia do oprimido* – foi traduzida para mais de 20 idiomas, desde o japonês, o híndi e outras línguas orientais até o iídiche, sueco, holandês e outras línguas de países europeus.

Muito se tem escrito e estudado no Brasil e no mundo sobre Paulo Freire. O cerne de seu pensamento está em dois pontos: a conscientização e a educação como prática da liberdade. Nesse sentido, ele pretendia educar o povo para a participação consciente e crítica na realidade política do país, e assim, por meio de seus livros, mostrava como lutar contra as “explorações opressoras e enganadoras”, como ser um cidadão pleno.

A alfabetização, entendida por ele não apenas como leitura de palavras, mas como leitura de mundo, realiza-se a partir da reflexão dos alunos sobre sua capacidade de refletir acerca de suas vivências, seu próprio trabalho e sobre a transformação da realidade. Ler e escrever passam a ser uma necessidade para sair de dentro de si mesmo, para conhecer o que está à volta. É o despertar da consciência, do pensamento crítico e da cidadania.

Segundo Freire, por meio do diálogo do educador com seus educandos, dos educandos entre si, e de todos com as realidades naturais e culturais da comunidade, as populações caminhariam para o autogoverno e para a participação na construção da vida coletiva, porque o diálogo permite chegar a termos coletivos que beneficiem a todos.

Paulo Freire afirmava também que só se faria um trabalho educativo para a democracia se o processo de alfabetização não fosse *sobre* – verticalmente – ou *para* – assistencialmente – o homem, mas com os educandos e com a realidade. Freire propôs uma educação que estimulasse a colaboração, a decisão, a participação e a responsabilidade social e política. Nesse sentido, atento à categoria do saber que é apreendido pelo conhecimento de seus problemas e os de sua comunidade local, o autor já explicitava seu respeito ao conhecimento popular, ao senso comum.

#### Dicas de estudo

Paulo Freire aborda a questão da leitura em um livro muito conhecido *A importância do ato de ler* – em três artigos que se completam, editado pela Cortez. O estilo dialógico de Freire torna a leitura desses textos muito agradável. Que tal ler os artigos e depois trocar idéias com seus colegas de pólo?

Cardoso (1993), discutindo a transição do autoritarismo para a democracia no Brasil, aborda também a questão da tomada de consciência e aponta a prática da dominação “marcando os dominados na sua subjetividade” e na “sua visão de mundo”. Sobre o assunto, conclui: “A boa consciência não é a consciência ingênua ou espontânea, mas a consciência crítica que dê conta dos problemas gerais que afetam a sociedade” (p. 265).

Assim, a pluridimensionalidade do mundo em que vivemos exige que seja desenvolvida, em cada cidadão, não apenas a consciência crítica voltada para o jogo político, mas uma múltipla consciência – epistemológica, ética e política – que nos possa conduzir a uma sociedade democrática, como nos afirma **ERNESTO LACLAU** (1989).

No caso da Educação brasileira, a tomada de consciência do problema, por parte da população em geral e dos professores em particular, inicia-se na constatação do dia-a-dia das escolas e com a convivência com a população escolarizável. Os dados estatísticos apenas comprovam matematicamente as dimensões da situação real.

Uma das notícias recentes sobre a qualidade do ensino brasileiro foi o desempenho dos estudantes de nosso país no último Programa Internacional de Alunos (Pisa – 2003). O Pisa é uma pesquisa feita por amostragem, na qual se aplicam testes de conhecimentos de leitura, Matemática e Ciências. Participam estudantes de 15 anos de idade, independentemente da série que estejam cursando, de cerca de 41 países. A amostra brasileira foi feita com 4.452 jovens estudantes das redes pública e privada. O órgão internacional responsável pelo programa é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e, no Brasil, o responsável é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Este trabalho é realizado a cada três anos e, para o próximo Pisa, que será em 2006, já estão cadastrados 58 países.

O desempenho dos estudantes brasileiros colocou o nosso país em último lugar em Matemática e em penúltimo lugar em Ciências e em leitura. Fomos classificados entre os cinco piores desempenhos escolares do mundo, acompanhados por México, Indonésia, Tailândia e Tunísia. Os melhores países da amostra da pesquisa foram Finlândia, Coreia do Sul e Liechtenstein.

### ERNESTO LACLAU

Professor da Universidade de Essex, na Inglaterra, desenvolveu, juntamente com Chantal Mouffe, uma versão radical de uma teoria marxista, a qual chamaram de “pós-marxismo”. Este trabalho traz uma crítica metodológica histórica e a desconstrução conceitual do “marxismo clássico”, o que os habilita a identificar o motivo pelo qual a teoria marxista clássica não pôde prever ou explicar adequadamente o comportamento das lutas sociopolíticas ou das “classes econômicas”.



### ATIVIDADE

2. Pesquise na internet mais informações sobre os resultados do Pisa-2003 em três países, além do Brasil. Escreva um resumo dessa pesquisa. Apresente ao tutor o trabalho realizado.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### COMENTÁRIO

*O Pisa-2003 revelou que o desempenho dos estudantes reflete os investimentos sociais e políticos na educação escolar. Ficou comprovado que nem sempre os estudantes dos países considerados mais ricos, como os Estados Unidos, a França, a Inglaterra e outros, estão entre os de melhor desempenho escolar do mundo, o que nos faz concluir que a importância dada pelas populações e seus governantes à qualidade da educação oferecida aos jovens nem sempre está entre as políticas prioritárias dos governos.*

## DEMOCRACIA: UM IDEAL POLÍTICO

Hoje, nosso planeta passa por um turbilhão que tem provocado discussões intensas sobre qual seria o grande regulador das políticas: o mercado ou o Estado. Como consequência, crescem os debates sobre democracia/totalitarismo e suas diferentes visões.

Como você viu na aula anterior, já no final do século XX não podíamos mais pensar o mundo dividido simplesmente em direita e esquerda ou, como mais comumente ouvimos, em socialismo e neoliberalismo. Há que se perceber que, entre um extremo e outro, existem diferentes tendências influenciando os pensadores que, neste momento, estão escrevendo e refletindo sobre as questões políticas da atualidade.

Nos debates políticos, ficam em jogo, muitas vezes, o conceito de democracia e as diferenças, às vezes sutis, entre ditadura e totalitarismo. A ditadura, como poder da força que impõe idéias, que persegue os que pensam de forma diferente e que implanta o medo de agir, é encontrada no comportamento de governos, que se eternizam no poder. Na sociedade em geral, encontramos criaturas que, ao assumirem cargos de chefia, transformam-se em ditadores, manipulando o poder que lhes foi concedido. Já o totalitarismo parte da hegemonia de uma idéia que aniquila completamente as idéias dos “traidores” e elimina idéias diferentes, implantando o medo de pensar e a falta de esperança no futuro.

A respeito desse assunto, Frei Betto (1990) diz que a crise do socialismo real colocou o conceito e as discussões sobre democracia no centro do debate das concepções de socialismo, e isto representa novos desafios à educação política.

Assim, diante dos cenários políticos que temos visto, cabe perguntar: sobreviverá a democracia como ideal político no século XXI? O que pode ser feito por cada um de nós?

Essas perguntas estão sendo feitas por muitas pessoas, mas não têm uma resposta positiva imediata, nem por parte dos pesquisadores de todo o mundo, nem pelos cidadãos comuns.

Razões de preocupação não faltam: crise geral da política em todos os países, interrogações sobre o futuro das relações internacionais e renascimento de fanatismos.

Você não acha que o conceito de paz, simplesmente como ausência de guerra, no momento em que tantos conflitos explodem simultaneamente no mundo, fica vazio de sentido? Haverá espaço ainda para os ideais socialistas? E mais, toda comunidade socialista é democrata?

## CONCLUINDO NOSSA AULA...

Democracia e socialismo não são sinônimos. Democracia implica igualdade, liberdade, participação, solidariedade, diversidade. Está, portanto, além de toda e qualquer proposta já pensada para a Humanidade.

Tanto os marxistas como os liberais se dizem democratas. Os primeiros buscam, muitas vezes, coincidir socialismo com democracia, e

diminuem sua abrangência. Os segundos não permitem sua entrada no terreno da economia.

Na análise de Frei Betto (1990), existe uma democracia formal que determina *como* deve ser a participação popular nas decisões, mas não *o que* deve ser decidido. É um governo *do* povo, mas será ou não *para* o povo. Para ele, a democracia substancial se centraliza nos fins; os meios para alcançá-los são irrelevantes. Caracteriza-se como um governo *para* o povo.

A síntese dessas duas posições é, ainda, uma utopia, pois nenhum regime político jamais conseguiu a democracia como valor e método.

### ATIVIDADE FINAL

Procure nos dicionários o significado da palavra “democracia”. Depois, interprete a tirinha a seguir e escreva um comentário sobre a situação apresentada.

**Maninha e seu irmão estavam caminhando, de volta da escola, e conversando...**



---

---

---

---

---

---

**COMENTÁRIO**

*As estatísticas comprovam que, apesar de a Constituição Federal determinar em seu artigo 1º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, há desigualdades econômicas entre as regiões do país e entre as diferentes classes sociais, gerando condições de vida diferenciadas, que fazem o acesso aos bens coletivos ser mais difícil para um grande número de brasileiros, chegando uma parte da população a níveis de grande miséria.*

**RESUMO**

Nesta aula, você estudou os conceitos de cidadania e de democracia, as diferentes concepções de cidadania, as características de um cidadão. Você leu sobre Paulo Freire e a preocupação que este educador tinha com a escola brasileira, que ainda está distante de um ideal de escola democrática, com igualdade de direitos para todos.

**INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA**

Na próxima aula, vamos estudar os condicionantes políticos e sociais da Educação no Brasil. Você vai ler sobre as influências do neoliberalismo nas políticas públicas e as perspectivas atuais das políticas educacionais brasileiras.



# Educação no Brasil: condicionantes e perspectivas políticas

## AULA 4

### Meta da aula

Apresentar os condicionantes políticos e sociais da Educação brasileira.

## objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- Conceituar governabilidade e globalização.
- Identificar as perspectivas atuais da Educação no Brasil.

## INICIANDO NOSSA AULA...

As reflexões sobre democracia, que você estudou na aula anterior, emergem com vigor no debate político e estão intimamente relacionadas às discussões acerca da governabilidade. Oliveira (1995) entende por governabilidade a “capacidade de governar apoiada em tendências muito concretas na sociedade e dirigida no sentido de um processo de liquidação das desigualdades sociais” (p. 61). Um outro conceito, relacionado com o de governabilidade, está presente em todas as discussões políticas do momento e intimamente relacionado com o grande desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação. Você já deve ter percebido que estamos nos referindo à globalização.

## GOVERNABILIDADE E GLOBALIZAÇÃO

É necessário frisar que hoje os acontecimentos mundiais são relatados pela mídia, em tempo real, como você pode acompanhar diariamente nos telejornais, e vivenciados por milhões de pessoas. Podemos perceber que outros fatos advirão do exacerbamento dos nacionalismos, do crescimento dos conflitos religiosos e do recrudescimento de movimentos racistas. Já encontramos novas tendências: formação de blocos de aliados políticos e econômicos e emergência de regimes supranacionais, algumas com reflexos em nosso país. Veja o caso da União Européia, dos países do Cone Sul (Mercosul), dos países africanos de língua portuguesa, dos países norte-americanos (Nafta) e, mais recentemente, ainda em calorosa discussão, a Aliança do Livre Comércio das Américas (Alca), da qual o Brasil faz parte, colocando-se em contraponto com as propostas norte-americanas. Todo esse movimento deixa ainda sem resposta a dúvida que permeia as discussões políticas: a remoção das fronteiras conduzirá a novos modelos de governabilidade?

As experiências mundiais de fronteiras e a criação de blocos de países aliados econômica e politicamente conduzirão, obviamente, à revisão dos conceitos de governo e de liderança e provocarão mudanças sociais e legislativas. A comunidade européia já está vivenciando esta experiência. As modificações no comportamento das populações e da qualidade de vida são evidentes nos países em que as ações já estão sendo implementadas. O reflexo das mudanças está nos meios de comunicação, nas rodovias e ferrovias, nos transportes, nos eventos culturais e na educação escolar. O intercâmbio entre os países facilitou a troca de

experiências em todos os setores, embora a barreira das línguas ainda precise ser superada.

Nesse novo cenário mundial, o processo de inovação ou alternância das relações econômicas e políticas internacionais vem sendo chamado de globalização, processo que se apresenta como o grande desafio político deste século, pois, como argumentava Fiori, em 1995,

(...) o *trade-off* que se anuncia neste final de século entre globalização e governabilidade democrática tem quase tudo a ver, em última instância, com o fato de que os comportamentos que mais ameaçam hoje a nossa governabilidade têm origem fora das fronteiras e da alçada dos nossos governos nacionais (FIORI, 1995, p. 172).

A emergência de regimes supranacionais, como a comunidade européia, que está se organizando para a unificação da moeda e da língua, – além de derrubar as fronteiras e discutir seus problemas comuns – é o efeito mais visível da globalização. **HABERMAS** (1995) vê esse processo como uma forma de escapar ao impasse criado pela remoção das fronteiras e à conseqüente ameaça do **ESTADO-NAÇÃO**.

Alguns estudiosos da sociologia política, como Anthony Giddens, apontam o lado perverso da globalização. Neste processo, a associação das inovações tecnológicas e da automação, aliada ao progresso das telecomunicações, exige cada vez menos empregados e maior e melhor qualificação profissional de cada um. Os custos caem, e o desemprego cresce. Ao mesmo tempo, a demanda por mais educação e por melhores currículos escolares aumenta.

Boff (1995) prescreve a importância de uma pedagogia para a globalização, em virtude da emergência do novo paradigma: a comunidade planetária, que deverá estar muito mais voltada para a ecologia, como “uma nova forma de organizar o conjunto de relações dos seres humanos entre si, com a natureza e com seu sentido neste universo” (p. 18).



#### HABERMAS

Filósofo alemão contemporâneo, Jürgen Habermas nasceu em Düsseldorf, em 1929 (...) Ensinou Filosofia e Sociologia em várias universidades alemãs, até aposentar-se em 1994. Para Habermas, o papel da filosofia é apenas o de emprestar coerência ao relato dos resultados da ciência no que diz respeito à História e aos dilemas e perspectivas da atualidade. (...) Sua contribuição mais recente nesta área foi *Entre os Fatos e as Normas* (1996), onde apresenta fundamentos da lei e dos direitos fundamentais, e faz uma vigorosa abordagem do papel da lei e do estado constitucional, e uma descrição do contexto social requerido para a democracia (COBRA, 2005).

#### ESTADO-NAÇÃO

“(...) a função da idéia de nação é a de criar e manter um comportamento de fidelidade do cidadão em relação ao Estado. Nesta acepção, a nação não existe – pois nela o indivíduo não vive como vontade racional, mas apenas como objeto de indução. Logo, só existe o Estado, sendo a nação um artificialismo engendrado pela burguesia para garantir o mercado nacional à expansão industrial, necessitando para isso unificar o povo em torno da idéia da nação e centralizar o poder através do Estado, introduzindo a ideologia do estado-nação, para mascarar um sistema de dominação, justificando com as razões da nacionalidade o exercício do poder centralizado e burocrático” (REZK, 2005).

O alargamento das fronteiras já se faz notar no campo educacional, por meio da luta pela democratização da escola básica como valor universal, do fortalecimento e da criação de entidades representativas do magistério de caráter mundial, das quais o Brasil tem participado, enviando delegações aos congressos realizados e trocando produção de conhecimento sobre a formação e a situação dos professores dos diferentes países envolvidos.

No contexto das iniciativas da ONU para obter a participação, insumos e a representação de todas as regiões do mundo para traçar estratégias de ação conjunta que atendam à modernização e à globalização, além da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990), tivemos, na última década do século XX:

- a Década Mundial de Desenvolvimento Cultural, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) – 1988-1997;
- a Década Mundial de Desenvolvimento, promovida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – 1991-2000;
- a Conferência sobre Meio Ambiente, no Rio de Janeiro (ECO-92);
- a Conferência Internacional sobre População, no Cairo (1994);
- a Conferência Internacional da Mulher (1995).

Na V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinte V), realizada em Hamburgo em julho de 1997, foi discutida a possibilidade da participação de todos os países na construção do desenvolvimento sustentável e equitativo, além da promoção de uma cultura de paz, baseada na liberdade, na justiça e no respeito mútuo. O documento-base para a Confinte V, que subsidiou os debates, enfatizava o desenvolvimento de algumas tendências favoráveis à mudança das políticas e práticas da Educação, tais como: a descentralização da gestão educacional, a melhoria do ambiente de aprendizagem (incluindo aí currículos e materiais didáticos), a formação inicial e a capacitação em serviço dos professores, a melhoria da remuneração dos docentes etc.

A criação da Comissão Internacional sobre Educação no Século XXI pretende responder a uma série de questões sobre as novas funções a serem assumidas hoje pelos professores, que, cada vez mais, são confrontados com as informações tecnológicas; as necessidades de formação contínua em serviço e pré-serviço para desenvolver as qualidades

profissionais e humanas dos docentes; a motivação dos jovens para a escolha do magistério e a garantia de prestígio social para os profissionais da Educação.

### ATIVIDADE



1. Organize com seus colegas um grupo de discussão para debater a situação da Educação brasileira neste início de século. Conceitue governabilidade e globalização e suas influências na Educação brasileira. Registre, por escrito, as idéias desenvolvidas no debate e o que pode ser feito em sua cidade para melhorar as práticas educativas.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### COMENTÁRIO

*Certamente você verificou que os conceitos de governabilidade e globalização admitem diferentes abordagens, a partir das vivências de cada um. As idéias sobre a situação educacional em nosso país devem contemplar uma análise da governabilidade das nossas cidades e as mudanças sociais e tecnológicas que ocorrem no mundo, determinando um novo professor, ajustado às transformações tecnológicas, porém crítico em relação às políticas educacionais.*

## AS INFLUÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Vamos fazer agora uma breve exposição sobre como o neoliberalismo vem exercendo sua influência, comentando algumas das políticas em ação no campo educacional, que pretendem inserir o Brasil, cada vez mais, no cenário do mundo moderno.



**MERQUIOR  
(1940-1991)**

José Guilherme Merquior nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Formou-se em Filosofia e em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez carreira diplomática no Itamaraty e foi embaixador do Brasil na Unesco, em Paris. Dominou com brilhantismo diferentes campos de conhecimento: Literatura, Ciência Política, Sociologia, Estética, Antropologia. Doutourou-se em Literatura Brasileira na Universidade de Sorbonne, em Paris. Estudou também na London School of Economics, onde foi influenciado pelas idéias do pensamento liberal. Foi um defensor aguerrido do liberalismo e um crítico severo do marxismo. Em seus 51 anos de vida, escreveu numerosas obras, algumas em outras línguas.

Você sabe que a busca por um Brasil moderno não é isolada do resto do mundo. Como o mundo está sendo varrido por revoluções modernizadoras, a valorização da economia de mercado, a modernização e a competitividade perpassam os vários continentes. Nesse cenário, a América Latina foi invadida por uma onda neoliberal que vem tentando apontar caminhos para o desenvolvimento, enfatizando a desregulação do mercado de trabalho.

Embora as influências do socialismo sejam flagrantes em quase toda a literatura pedagógica dos últimos anos no Brasil, a sucessão de propostas educacionais tem pendido mais para o liberalismo, sem que consigamos acompanhar sua aplicação e, muito menos, avaliá-las.

Como você já percebeu, as considerações que formulamos apresentam um cenário político-educacional bastante complexo e impreciso, em que diferentes temas e tendências político-ideológicas se alternam, ora em primeiro plano, ora como pano de fundo. Muitas vezes encontramos idéias de cunho socialista, mas que não são aplicáveis de imediato; outras vezes são propostas liberais disfarçadas por um populismo que empolga as massas.

Neste ponto de nossa aula, é importante que você reflita um pouco sobre esse ideário neoliberal de que tanto se fala, para conhecer melhor suas propostas e perceber as alternativas que se delineiam nas propostas de Educação.

O neoliberalismo se apóia no jogo do mercado, o qual, embora necessário à criação da riqueza e do desenvolvimento, não garante a liberdade porque “não é capaz por si só de prover uma série de requisitos e oportunidades para o exercício mais pleno e mais significativo da individualidade de muitos” (MERQUIOR, 1983, p. 94).

**MERQUIOR** (1990) afirma que o liberalismo “não é uma doutrina antiestado. É uma doutrina antiestatismo”. E continua esclarecendo: “Trata-se de saber qual é o tipo de Estado que você precisa para aumentar a liberdade.” Mais adiante, conclui: “Acredito que, no ideário liberal, a chamada revolução educacional seja a prioridade gritante. Absolutamente gritante” (p. 15).

A proposta liberal estimula a cultura da liberdade e resulta em um grau historicamente alto de desenvolvimento econômico. Isso não será conseguido sem, no mínimo, classes médias razoavelmente instruídas e massas alfabetizadas. A interpenetração entre desenvolvimento, Educação

e liberdade tem de ser concretizada nas ações governamentais, por meio de políticas de Estado e não de governo.

Os neoliberais fazem críticas à igualdade, que, segundo eles, embora favorável, reduz as oportunidades de participação individual, limitando, portanto, a liberdade. E essa posição vai influenciar sua visão de escola, pois acham que, embora a Educação seja um direito civil, o sistema escolar deve ser mudado, de maneira a proporcionar uma espécie de representação proporcional de todos os grupos, na qual todas as pessoas tenham oportunidades de desenvolver suas habilidades e realizar seus desejos. A igualdade é vista como condição, não como meta. Dessa forma, é possível aos homens fazer escolhas que permitam a emersão das desigualdades.

No caso brasileiro, os dados estatísticos apontam para uma escola incompetente para atender à massa de alunos que nela ingressa. A repetência, a evasão, a distorção idade-série, a qualidade do trabalho docente e outros fatores têm sido apontados, em diferentes pesquisas, como responsáveis pela situação degradante do nosso ensino em todos os níveis.

Os neoliberais argumentam que, quando o sistema universaliza o ensino gratuito – em nome da igualdade, independentemente da condição financeira dos alunos ou de suas famílias –, contribui para aumentar a desigualdade de oportunidades, uma vez que as famílias de baixa renda, de modo geral, só têm acesso à escola de baixa qualidade. As famílias de maior renda podem optar por escolas particulares de qualidade. Concluímos, assim, que não basta universalizar o ensino gratuito, é preciso que ele ofereça qualidade. Uma escola pública tem de ter tanta ou mais qualidade que uma escola particular, pois seu alunado talvez não tenha em casa recursos complementares às atividades escolares, como ocorre com as crianças oriundas da classe média.

Na visão liberal,

Se você não educa a massa, você finge que está melhorando a vida dela, mas está aprofundando o fracasso que separa os brasileiros. Outra razão (...) é a eficiência (...), o que se desperdiça em termos de talento no Brasil, porque não se educa a criança. É uma coisa trágica. (...) uma cultura capitalista, baseada como é, na inovação, requer talento (MERQUIOR, 1990, p. 150).

No ideário liberal, os homens são iguais como seres humanos, mas diferentes em suas habilidades e aspirações. Em nome da liberdade, é preciso que não se neguem as diferenças e as desigualdades.

## **POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PERSPECTIVAS ATUAIS**

Como você deve vir acompanhando pelos jornais, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem apresentado propostas na área da Educação, notadamente com relação às questões do analfabetismo, da reforma universitária e da avaliação institucional, como é o caso do “provão”, atualmente Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Muitas dessas políticas públicas de Educação dão continuidade a propostas do governo anterior (Fernando Henrique Cardoso). Ao mesmo tempo, os governadores e prefeitos brasileiros clamam por mais recursos financeiros, para que possam colocar em prática as políticas públicas que promovam a melhoria da Educação em suas regiões.

Crescem as indefinições em torno da Educação Infantil, do Ensino Médio, da Educação Profissional, da Educação de Adultos, da Pós-graduação, numa sucessão de propostas políticas e de idéias, muitas vezes desorganizadas e repetitivas, como veremos nas próximas aulas.

No âmbito das circunstâncias políticas atuais, pode-se associá-las às perspectivas de continuação (ou não) dos cenários já descritos, ou à preponderância de um deles, a fatores que poderão atuar como condicionantes:

- a) a capacidade dos governos federal, estaduais e municipais de implementarem ações conjuntas que assegurem a integração e a qualidade do ensino em todos os níveis, incluindo-se a formação dos professores como etapa indispensável;
- b) o crescimento político dos municípios, investindo em projetos de Educação Infantil e Ensino Fundamental, com resultados a curto e médio prazo;
- c) a organização de movimentos da sociedade para exigir uma escola melhor e professores mais bem formados e mais valorizados;
- d) a tomada de consciência pelo conjunto dos professores da potencialidade de seu papel político e social e de que sozinhos não reverterão o quadro da Educação no Brasil.

As ações governamentais só poderão garantir a melhoria da qualidade da Educação no país se conseguirem atender às demandas, apontadas com base em análises das necessidades expressas nos resultados das pesquisas realizadas pelo próprio MEC e por diferentes programas de pós-graduação. Isso depende do grau de governabilidade que conseguirmos atingir.

A governabilidade, aliada ao crescimento da consciência de cidadania e de democracia, expressa-se mais enfaticamente em nível municipal, devido às diversas experiências bem-sucedidas de prefeituras de diferentes partidos políticos. Em outro nível, já se registram, no Brasil, inúmeras experiências em que o envolvimento de grupos sociais e de organizações não-governamentais tem sido vitorioso na luta por uma escola melhor e por melhor formação de seus professores. Dessa forma, o crescimento do sentimento de concidadania e a luta por uma sociedade menos desigual e mais democrática, com tendência a crescimento em vários pontos do país, fortalecerão esses movimentos da sociedade.

Hoje, um grande problema enfrentado pelos governos estaduais e municipais e um desafio para os professores são os reflexos da pouca aprendizagem dos que freqüentam a escola, comprovada pelas diferentes avaliações já realizadas pelo Saeb, e que já se fazem notar até na produtividade da indústria nacional, comprometendo a competitividade de nossas fábricas em tempos de globalização da economia.

O desenvolvimento da consciência crítica dos professores irá conduzi-los à certeza de que sem o envolvimento da sociedade não será possível reverter o quadro caótico de incontáveis escolas e de muitos cursos de formação para o magistério, nem os dados estatísticos de nosso ensino, nem mesmo se lhes assegurarem salários e condições de trabalho adequados.

## **CONCLUINDO NOSSA AULA...**

O futuro não acontece por acaso, ao contrário do que a maioria das pessoas imagina. Ele é construído com base nas percepções sobre o presente e nas ações de resposta a essas percepções. As opções adotadas hoje na reformulação de um curso de formação de professores só começarão a ganhar visibilidade no mínimo em cinco anos, quando os primeiros formandos já estiverem em atuação. Acrescente-se a isso o fato

de que professores são formadores de cidadãos, o que aumenta os efeitos da formação profissional que esses cursos proporcionam.

Ao mesmo tempo que as preocupações com o analfabetismo, a repetência e os métodos pedagógicos permeiam as discussões sobre a escola, também deveriam ser incluídas nessas discussões as preocupações com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, não como elementos neutros, mas como instrumentos do processo de crescimento industrial, de acumulação de capital e de possibilidades de um futuro mais democrático. Esse desenvolvimento tecnológico só será alcançado com profissionais bem preparados, que tenham estudado em escolas básicas de qualidade.

Os professores, em contrapartida, não ignoram as antenas parabólicas, os vídeos, o fax, os computadores. Mesmo nas menores cidades, não há desconhecimento da internet, das novas tecnologias. Elas, porém, precisam ser incorporadas com competência à rotina das escolas e à formação dos professores, para que todos os profissionais do magistério e seus alunos sejam incluídos no mundo digital, o que certamente resultará em melhoria de aprendizagem.

Os relatórios do Saeb, por sua vez, revelam as condições dos recursos pedagógicos das escolas brasileiras: a grande maioria dos nossos alunos estuda em escolas que dispõem de recursos pedagógicos básicos para seu funcionamento, mas que não são utilizados pela maioria dos professores e alunos.

As instituições de Ensino Superior têm papel decisivo na definição do cenário educacional brasileiro para os próximos anos, principalmente na formação de novos professores e na atualização e aperfeiçoamento de todos os profissionais da Educação.

## ATIVIDADE FINAL

Leia alguns parágrafos dos textos que foram publicados no *Jornal do Brasil* de 6 de dezembro de 2004. Um deles foi escrito pelo atual ministro da Educação, Tarso Genro. O outro é de autoria de Cristóvão Buarque, que foi ministro da Educação em 2003, primeiro ano do governo Lula. Ambos expõem suas idéias sobre a Educação brasileira e a reforma universitária. Destaque as idéias que você achar mais interessantes e depois faça um quadro comparativo do pensamento destes dois brasileiros, apontando as perspectivas atuais da Educação brasileira.

## **Público, gratuito e de qualidade**

Tarso Genro

“O processo de globalização colocou nosso país e a universidade diante de uma encruzilhada. De um lado, o caminho da desregulamentação e da mercantilização do ensino. De outro, um projeto que percebe a educação superior como um direito público, gratuito e comprometido com a qualidade. (...)”

Na década de 60, o movimento estudantil saiu às ruas e enfrentou a ditadura militar, empunhando a bandeira da reforma universitária. Hoje, essa luta é retomada por um governo popular e democrático a partir de um amplo processo de debate e consulta à academia, aos movimentos sociais, às entidades empresariais e de trabalhadores que resultará numa proposta de Lei Orgânica.

São pelo menos cinco as razões que motivam a reforma: o fortalecimento da universidade pública, o combate à mercantilização do ensino, a democratização do acesso, a garantia da qualidade e a busca de uma gestão democrática e eficiente. (...)”

As instituições estatais e privadas devem integrar um sistema público de ensino superior (...). Democratizar o acesso é tema central da reforma para garantir aos jovens de baixa renda a oportunidade de chegar ao ensino superior.”

## **Mudanças para o século XXI**

Cristóvão Buarque

“(...) A capacidade de transformar está ameaçada pelo descompasso entre as técnicas criadas na universidade e a dinâmica com a qual o conhecimento avança fora dela e pelo isolamento das soluções encontradas por ela para atender às necessidades da humanidade, principalmente as das camadas pobres. Essa perda da capacidade de realizar suas finalidades decorre de quatro fatores: o conhecimento avança mais depressa do que a universidade pode acompanhar; avança mais fora do que dentro da universidade; o conhecimento universitário perdeu sintonia com as necessidades do mundo; e, finalmente, a universidade não consegue se ajustar às mudanças dos instrumentos de ensino. (...)”

A universidade precisa redefinir seu conceito de público e de privado. A reforma será incompleta se continuar considerando público o curso da universidade estatal e privados os cursos da universidade particular. (...)

A reforma deve ainda considerar os avanços da teleinformática e atualizar os conceitos de campus, uso do tempo e presença física. O ensino a distância vai levar a universidade a todas as partes, oferecendo acesso a alunos de qualquer cidade, e permitindo que sigam cursos ministrados por professores de outras universidades.”

#### COMENTÁRIO

*Os dois autores escreveram sobre a reforma universitária brasileira, que está em discussão. Ambos defendem o direito de acesso à universidade por todos os cidadãos brasileiros. As argumentações e os fatores citados por eles, porém, se diferenciam, como você leu nas transcrições.*

## RESUMO

As políticas sofrem diversas influências que condicionam a sua realização. Você compreendeu diferentes conceitos: democracia, cidadania, globalização e governabilidade. As leituras a esse respeito conduzem a reflexões sobre o ideário liberal em comparação com o pensamento socialista, que vimos na aula anterior. Finalmente, é visível que a democracia tem de ser construída por todos os cidadãos de uma nação.

## INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, você verá quais assuntos da Educação estão sendo mais discutidos no momento e terá uma visão global dos problemas que têm sido motivo de discussão e de pesquisa nos meios acadêmicos.

# Políticas públicas e gestão democrática da Educação

## AULA 5

### Meta da aula

Analisar as políticas públicas de Educação do atual momento político brasileiro.

## objetivos

Após a leitura desta aula, você deverá ser capaz de:

- Analisar o Plano Nacional de Educação (PNE), no que diz respeito aos obstáculos enfrentados pela Educação no Brasil.
- Reconhecer a importância da gestão democrática da Educação.
- Identificar as pesquisas atuais sobre as políticas públicas de Educação.

## **INICIANDO NOSSA AULA...**

Na aula anterior, você refletiu sobre cidadania, democracia, governabilidade, globalização... Quantas coisas importantes você está aprendendo nestas aulas, não é?

Agora, vamos tratar das políticas públicas de Educação mais recentes em nosso país. Vamos analisar os impasses e os desafios que a Educação brasileira está enfrentando e conversar um pouco sobre alguns assuntos que estão em discussão entre os professores, tais como o Plano Nacional de Educação, os Planos Estaduais e Municipais de Educação e a gestão democrática da Educação.

## **RELEMBRANDO A HISTÓRIA**

Para que possamos compreender as políticas públicas recentes, precisamos reorganizar nosso pensamento através da história de nosso país. Nela encontramos fatos que não só determinaram a forma de organização do Estado, como também determinaram as políticas educacionais adotadas pelo Brasil.

A visão histórica, que você estudou nas aulas anteriores, lembra-nos a luta pelo processo de implantação do sistema capitalista, imputando à sociedade diferentes concepções de educação. Esse processo foi traduzido em diferentes leis que buscam consolidar as idéias dominantes e também apontou para a compreensão de como se desenvolveram os sistemas educacionais.

Ao longo da História, a escola tem estado atrelada aos interesses do Estado, representando, com isso, a classe dominante que molda a produção de conhecimento, como maneira de construir e consolidar uma forma de pensar, de agir, de usar os objetos, de fazer política, de falar e de viver, garantindo, assim, o consenso de que é a representante de todos nós.

Recorde que você estudou, na escola básica, fatos da História: a dominação dos brancos europeus, principalmente os portugueses, mas com influências espanholas, francesas, inglesas e holandesas, devido às tentativas de dominação por estes povos; o massacre da cultura dos povos indígenas, nativos de nossas terras e aqui instalados muito antes da chegada de Cabral; a violência aos direitos humanos, que caracterizou o período escravagista.

A dominação dos colonizadores modelou a escola e tem feito com que ela continue contribuindo na formação do consenso, disseminando a ideologia do grupo dominante, que se reorganiza no poder e mantém os seus interesses como se fossem os interesses de todos.

Os fatos políticos ocorridos em nosso país no século XX, que culminaram com a abertura democrática nos anos 80, levaram a educação a ocupar novos espaços no cenário nacional, em busca de um caminho que efetivasse o anseio da própria população brasileira por melhores condições de vida.

Os educadores brasileiros, como você já deve ter ouvido, têm permeado a luta por esse novo cenário, baseados no lema: “Lutar por uma escola pública, democrática, laica, de qualidade social para todos.”

Em todos os movimentos sindicais e associativos de profissionais da educação brasileira, esta expressão tem sido repetida. No fim dos anos 70 e durante a década de 1980, os debates sobre a democratização do Estado e a liberdade de expressão começaram a tomar conta das associações representativas da sociedade civil, fortalecidos pelos movimentos sindicais, que elaboraram vários atos de contestação, como as greves por melhores salários e condições de trabalho, ajudando a repensar a organização social brasileira.

Estes movimentos serviram de pressão aos deputados e senadores por ocasião da elaboração da Constituição Federal, apresentando propostas à Carta Magna. A Carta de Goiânia, elaborada pelos professores e estudantes que participaram da IV Conferência Brasileira de Educação, em 1986, foi um marco histórico, já que trouxe contribuições do professorado que acabaram incluídas, sob a forma de princípios, na Constituição promulgada em 1988. Este foi um momento importante de participação da sociedade civil organizada, que se fez presente também nas discussões sobre o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), fazendo chegar à Comissão de Educação da Câmara Federal inúmeras propostas.

Na próxima aula, estudaremos com mais detalhes a história deste movimento de construção da LDB. Agora nos preocupamos apenas em situar as questões atuais das políticas públicas e alguns aspectos que consideramos importantes para esta aula.

## O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado para vigorar por uma década, é uma lei – Lei 10.712, de 9 de janeiro de 2001 – prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reafirmando a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que, em seu artigo 214, diz:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

- I – erradicação do analfabetismo,
- II – universalização do atendimento escolar,
- III – melhoria da qualidade do ensino,
- IV – formação para o trabalho,
- V – promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Compete aos estados e municípios (artigo 2º da Lei 10.712) fomentar a construção dos seus respectivos planos: Plano Estadual de Educação (PEE) e Plano Municipal de Educação (PME), criando as bases necessárias para a sua formulação. A sociedade civil organizada entende que deve ser salvaguardada a conquista dos direitos sociais e resguardadas as políticas públicas educativas das discontinuidades políticas, dados a rotatividade e os desmandos de diferentes governos.

Todos os estados brasileiros estão elaborando ou já elaboraram seus Planos Estaduais. O mesmo ocorre com os municípios. Eles também devem ter seus Planos Municipais de Educação. Você sabe dizer se a sua cidade já tem o Plano Municipal de Educação? Foi elaborado com a participação da sociedade? Procure mais informações.

Na construção democrática da sociedade, os planos devem ser elaborados pelo conjunto da sociedade e pelo poder público (nacional, estadual, municipal), fixando objetivos, diretrizes e metas para todos os níveis e modalidades de ensino. Seu objetivo maior, então, é o de garantir aos cidadãos que a educação escolar, como política social, direito de todos e um dever indeclinável do Estado, seja oferecida com qualidade, permitindo, assim, o acesso e a permanência da população na escola. Várias, entretanto, podem ser as formas para a sua elaboração e materialidade. Deste modo, ora são construídos de forma mais democrática, garantindo os processos participativos, ora por comissões criadas pelo poder público.

Anteriormente à aprovação da lei que implantou o Plano Nacional de Educação, muitos foram os debates, as reuniões, as assembleias e os seminários para a elaboração de um plano construído e referendado pelos profissionais da educação, estudantes e associações representativas da sociedade. A partir deste movimento social, o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira, como ficou conhecido o Projeto de Lei 4.155/98, cujo relator foi o Deputado Ivan Valente – passou a ser

uma das mais importantes produções político-educacionais de nossa história. Ao ser apresentado à Câmara dos Deputados, no dia 10 de fevereiro de 1998, ele compeliu o governo Fernando Henrique Cardoso – que, como os fatos comprovam, não tinha interesse num plano efetivo – a desengavetar o seu projeto, apresentando-o ao Parlamento (Projeto de Lei 4.173/98) no dia seguinte. Tal cronologia conferiu à tramitação do PNE uma situação inusitada: o projeto de FHC foi anexado ao da Sociedade na discussão e deliberação da matéria no Congresso (VALENTE, 2001, p. 11).

As duas propostas, a da sociedade brasileira e a do Governo Federal, foram elaboradas com base em um amplo diagnóstico da situação do povo e do país. No entanto, as injunções políticas no Congresso Nacional, na Comissão de Educação, por intermédio do relator responsável, deputado Nelson Marchesan, levaram a proposta da sociedade brasileira a um projeto substitutivo.

O projeto foi encaminhado para brevíssima participação social no debate; para as audiências públicas, foram convidados as autoridades e os técnicos vinculados às posições oficiais. As emendas de diversos parlamentares e a pressão da sociedade civil permitiram, na realidade, que pequenos avanços fossem conquistados, principalmente no que se refere ao financiamento da educação.

O PNE, proposta da sociedade brasileira, previa que seriam aplicados em Educação 10% do **PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)**. Mesmo afastando-se do percentual previsto pelas discussões da sociedade civil, dos professores e estudantes organizados no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, o PNE do governo previa o alcance de 7% do PIB, o que, face às dificuldades que estavam sendo enfrentadas, consistiu em uma das suas principais virtudes, e foi considerado uma grande vitória política.

#### **PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)**

O PIB é o valor de toda a produção de bens e serviços ocorrida dentro das fronteiras do país, sem considerar a nacionalidade dos que se apropriaram dessas rendas, sem descontar rendas eventualmente enviadas ao exterior e sem considerar as recebidas do exterior, daí o qualificativo de “interno” (In: [http://www.economiabr.net/economia/6\\_pib.html](http://www.economiabr.net/economia/6_pib.html), acessado em 14/01/2005).

Após a aprovação do substitutivo (Lei 10.172/2001) pelo Congresso Nacional, para espanto de todos os que estavam acompanhando a evolução das discussões – tanto parlamentares ligados ao governo quanto os da oposição –, o Executivo Federal, ignorando toda a discussão realizada pela comunidade educacional, vetou nove metas previstas no projeto de lei aprovado pelos congressistas. Foram elas:

- atender, pelo Programa de Garantia de Renda Mínima, a 50% da clientela nos três primeiros anos da vigência do PNE e a 100% até o sexto ano;
- ampliar a oferta de ensino superior público numa proporção de, pelo menos, 40% das matrículas totais;
- criar, no âmbito federal, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior com, pelo menos, 75% dos 18% vinculados ao ensino;
- ampliar o crédito educativo para atingir, no mínimo, 30% da clientela do ensino superior privado, com prioridade para os de menor renda;
- triplicar, em dez anos, os recursos de financiamento público à pesquisa científica e tecnológica, por meio de agências federais e estaduais;
- implantar, em um ano, planos de carreira para os profissionais técnico-administrativos;
- elevar, na década, pelo esforço conjunto da União, estados, Distrito Federal e municípios, o percentual de gastos públicos em relação ao PIB, aplicados em Educação, para atingir o mínimo de 7%, por meio da ampliação anual de 0,5% nos quatro primeiros anos e de 0,6% no quinto ano;
- no prazo de dois anos, alocar valores anuais, por aluno, que correspondam a padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos nacionalmente;
- garantir recursos do Tesouro Nacional para pagamento de aposentados da área de educação fora dos recursos vinculados ao ensino.

Como se pode perceber, a maior parte dos vetos do presidente dispõe sobre a utilização de recursos, prazos e financiamentos para a garantia do acesso à educação escolar e possível inclusão dos cidadãos para a implementação de metas a serem observadas pela União, pelos estados e municípios. Sem essas garantias, o PNE, em vigor até o ano 2011, transformou-se em mera carta de intenções. É importante observar que dois vetos tratam da questão dos profissionais da educação: dizem respeito ao plano de carreira para os profissionais técnico-administrativos e recursos do tesouro para os aposentados da área de Educação.

O Plano Nacional de Educação está organizado em capítulos que abordam:

- os níveis de ensino (educação básica e educação superior);
- as modalidades de ensino (educação de jovens e adultos, educação a distância e tecnologias educacionais, educação tecnológica e formação profissional, educação especial e educação indígena);
- o magistério da educação básica;
- o financiamento e a gestão da Educação.

Estes assuntos abordados no Plano Nacional de Educação são subdivididos em itens e, para cada um deles, são apresentados o diagnóstico em nível nacional, suas diretrizes e os objetivos e metas a serem alcançados até 2011.

### ATIVIDADE



1. Procure na internet, no site [www.mec.gov.br/acs/ftp/pne.pdf](http://www.mec.gov.br/acs/ftp/pne.pdf) o texto completo do Plano Nacional de Educação e escolha um assunto de seu interesse.

a. Leia o diagnóstico e as diretrizes deste item que você escolheu.

b. Verifique os objetivos e as metas previstos. Você considera que tais objetivos serão alcançados em todo o território nacional?

c. Escreva as metas que você achar mais importantes e faça um resumo dos principais obstáculos enfrentados pela Educação no Brasil. Discuta seu texto com seus colegas de pólo e com o tutor.

---

---

---

---

---

---

---

---

### COMENTÁRIO

*Você deve ter observado que muitas dessas metas serão alcançadas pelas cidades em desenvolvimento socioeconômico. As cidades com maior deficiência de recursos, porém, dificilmente chegarão ao ano de 2011 atingindo os patamares educacionais determinados no PNE.*

## A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Ao refletir sobre gestão democrática, sob os aspectos relacionados com a legislação de Educação, você verificará que, somente a partir da Constituição Federal de 1988 encontrará a expressão “gestão democrática” em um texto legal. Nem nas constituições anteriores, nem na legislação de ensino em vigor até essa data, pode-se encontrar esta referência.

A partir de 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Carta Magna, está explícito no artigo 206, que determina os princípios do ensino, que devemos ter “a gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) repete, em seu artigo 3º, com ligeiras modificações, os princípios determinados pela Constituição de 88 e, no inciso VIII, preceitua “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”.

Mais adiante, vamos verificar que o artigo 14 determina os princípios que os sistemas de ensino deverão seguir para definir as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades: a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Sob o ponto de vista jurídico, a gestão democrática não só é um princípio do ensino público, como também deverá ter normas definidas pelos sistemas educacionais. Devemos registrar também que, embora a lei mencione o respeito às peculiaridades de cada sistema, determina que, nestas normas de gestão democrática, os profissionais da educação deverão participar da elaboração do projeto pedagógico da escola e as comunidades escolar e local participarão de conselhos escolares. Dessa forma, fica instituída a democratização das relações de poder e o projeto escolar terá de se comprometer com a qualidade do ensino e com os anseios da comunidade.

Obviamente, uma gestão escolar, com base nos princípios da democracia e na qualidade do ensino, resultará em real aprendizagem pelos alunos. Entretanto, para que se consolidem princípios, métodos, práticas e relações de gestão tanto eficientes quanto democráticas em todas as escolas brasileiras, faz-se necessário que outras determinações legais também sejam cumpridas, entre elas a organização em regime de

colaboração entre a União, os estados e os municípios, articulando os diferentes níveis e sistemas. Um exemplo de trabalho no campo da Educação, neste regime de cooperação, é a experiência que você está vivendo como aluno/a deste curso. O Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ) é o resultado da cooperação entre o governo do estado, as universidades estaduais (UERJ e UENF) e as universidades federais sediadas no estado do Rio de Janeiro (UFRJ, UniRio, UFF e UFRRJ), em parceria com os municípios, para que o Ensino Superior possa ser estendido à população de diferentes cidades fluminenses.

Caberá à União exercer sua “função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais” (LDB, artigo 8º). As unidades escolares deverão ter assegurada, pelos respectivos sistemas de ensino, a sua progressiva autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, respeitadas as normas gerais de direito público (LDB, artigo 15).

Com relação à gestão educacional, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece vinte e seis metas, e assim se expressa sobre o assunto:

Para que a gestão seja eficiente, há que se promover o autêntico federalismo em matéria educacional, a partir da divisão de responsabilidades previstas na Carta Magna. A educação é um todo integrado, de sorte que o que ocorre em um determinado nível repercute nos demais, tanto no que se refere aos aspectos quantitativos como nos qualitativos (BRASIL, 2001, p. 111).

Embora a Constituição Federal de 1988, a LDB de 1996 e o PNE determinem uma legislação específica dos diferentes sistemas de ensino sobre gestão democrática, nem todos os estados e municípios brasileiros já cumpriram esta determinação. Alguns estão em fase de discussão em seus Conselhos Estaduais de Educação e outros nem deram início aos debates.

Dentre os sistemas de ensino que já estão com suas normas e princípios de gestão democrática discutidos e aprovados, verificamos que os princípios mais citados são:

- a autonomia pedagógica e administrativa da unidade escolar;
- a autonomia da escola na aplicação dos recursos financeiros que lhe sejam legalmente destinados;
- a transparência dos atos pedagógicos, administrativos e financeiros;
- a valorização dos profissionais da educação;

- a efetiva participação da comunidade (pais, lideranças comunitárias e estudantes) nos órgãos colegiados e nos processos decisórios da unidade escolar.

A participação da comunidade em órgãos colegiados se constitui, na grande maioria dos documentos analisados, na organização de grêmios estudantis e conselhos escolares. Essas associações escolares, se estiverem sob a liderança de diretores bem preparados para a função administrativa, certamente contribuirão para conduzir a escola a um trabalho de qualidade social e pedagógica.

Na verdade, se analisarmos a evolução do papel social dos diretores de escola, veremos que houve não só mudanças na postura destes profissionais da educação, como também nas atitudes dos demais profissionais, dos alunos e da comunidade escolar. A estrutura das escolas públicas mudou. Hoje, não se espera encontrar um diretor em seu gabinete, dando apenas conta da burocracia escolar, e sim alguém que compartilhe com toda a sua equipe, com alunos e pais as diferentes questões e decisões que a sua função exige.

O campo da gestão escolar comporta diferentes dimensões de atuação do diretor. Os aspectos administrativos são apenas uma destas dimensões – a dimensão administrativa. As demais, e das quais o diretor deverá ser um dos gestores, são: a dimensão pedagógica, na qual está inserido o projeto político-pedagógico da escola, com todas as suas implicações e desdobramentos; a dimensão legislativa, pois toda a comunidade escolar deverá conhecer e ser freqüentemente atualizada quanto a leis, pareceres, resoluções etc. que afetem direta ou indiretamente o cotidiano escolar; a dimensão comunitária, na qual o contexto sociogeográfico e cultural em que a escola se insere não pode ser ignorado por todos os que a freqüentam, sejam como alunos, sejam como profissionais da Educação.

Uma questão polêmica em relação à gestão das escolas públicas, que vem sendo debatida desde os anos 80, é a forma de escolha do diretor da escola. Temos hoje no Brasil, tanto em nível estadual como em nível municipal, diretores que são concursados, diretores indicados pelo Poder Executivo e diretores eleitos pela comunidade escolar.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) realizou uma pesquisa sobre os diretores das escolas públicas e particulares de Educação Básica. Fez um levantamento do grau de formação de todos eles e, com relação aos das escolas públicas, analisou a

forma de escolha. Os resultados indicaram que há, no Brasil, 139.118 diretores de escolas, sendo 105.892 na rede pública. Destes últimos, 63.329 foram indicados pelo poder executivo, 20.663 foram eleitos, 9.774 fizeram concurso e os restantes 12.126 tiveram outras formas de escolha para o cargo.

O processo de escolha de diretores por meio de eleições foi considerado inconstitucional, no final de 2003, após uma consulta feita ao Supremo Tribunal Federal (STF), que teve como relator o ministro Cezar Peluso. Por decisão unânime, os ministros do STF, em resposta a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), impetrada por um partido político, consideraram que o artigo 308 da Constituição do estado do Rio de Janeiro era uma “ofensa aparente” a artigos da Constituição Federal. Em seu voto, o ministro Carlos Velloso assim se expressou:

Pessoalmente, penso que o sistema de eleição de diretores de escolas públicas não é o melhor e de democrático só tem a aparência. O que se exige de um diretor de escola é o saber abrangente de uma série de questões científicas e do conhecimento humano. A eleição, por parte de toda a comunidade – professores, alunos, pais de alunos, servidores – muita vez tem presente menos o conhecimento científico e mais a capacidade de agradar e de fazer promessas vazias (BRASIL. STF, 2003).

Os argumentos apresentados pelo Supremo Tribunal para declarar inconstitucional o processo eleitoral para a direção de escola se basearam, principalmente, no artigo 37 da Constituição Federal de 1988 que, no inciso II, afirma:

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Dessa forma, o cargo de diretor de escola pública, na maioria dos estados e municípios brasileiros, é da natureza de cargo em comissão; portanto, conforme determinação constitucional, de livre nomeação e exoneração pelo poder executivo, o que se choca com a idéia de eleição defendida pelos sindicatos dos professores.

Provavelmente, este é o motivo de encontrarmos na administração das escolas brasileiras, como a pesquisa do INEP demonstrou, cerca de 60% dos diretores escolhidos por indicação do Poder Executivo,

enquanto os eleitos se restringem a menos de 20% do total, sendo que a metade deste contingente está concentrada nas regiões Sul e Sudeste, justamente onde encontramos cidades nas quais as discussões sobre eleições de diretores têm sido mais intensas.

Entretanto, no tocante à gestão democrática do ensino como princípio, tanto a Constituição Federal como a LDB adotam os mesmos dizeres, mas não abordam (nem poderiam, pois isto está adstrito à autonomia dos entes federativos) a questão da escolha de dirigentes educacionais. Tratam apenas de estabelecer diretrizes para assegurar o princípio constitucional da gestão escolar democrática, como já falamos nesta aula.

A Constituição do Estado do Rio de Janeiro define, com muita clareza, a gestão democrática do ensino público, quando estabelece as seguintes diretrizes:

- a) participação da sociedade na formulação da política educacional e no acompanhamento de sua execução;
- b) criação de mecanismos para prestação de contas à sociedade da utilização dos recursos destinados à educação;
- c) participação de estudantes, professores, pais e funcionários, através de funcionamento de conselhos comunitários em todas as unidades escolares, com o objetivo de acompanhar o nível pedagógico da escola, segundo normas do Conselho Estadual e Municipal de Educação (Rio de Janeiro, 1989, artigo 304, inciso VI).

## CONCLUINDO NOSSA AULA...

Como você viu nesta aula, muitas situações polêmicas têm permeado as políticas públicas da educação brasileira. O Plano Nacional de Educação foi uma das questões educacionais que colocaram em conflito dois projetos de lei: um, encaminhado pelo deputado Ivan Valente, representando o pensamento da sociedade civil após longas discussões e diversos seminários, e outro, encaminhado pelo Governo Federal, que se sobrepôs ao primeiro e foi discutido e aprovado pelo Congresso Nacional. Você também estudou como a gestão democrática da educação pode promover a participação da sociedade na organização e na melhoria dos processos educacionais.

## ATIVIDADE FINAL

Acesse o site <http://www.inep.gov.br>. Você deverá pesquisar os estudos realizados pelo Inep. Escolha um desses trabalhos, faça um resumo de seus resultados e apresente-o ao tutor.

### COMENTÁRIO

*O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) é um órgão do Ministério da Educação. O INEP foi criado em janeiro de 1937 e já teve diferentes missões, de acordo com as políticas educacionais vigentes em diferentes momentos políticos. Atualmente, como você viu no site, tem promovido estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro. Você teve oportunidade de escolher, para a realização da atividade final desta aula, dados sobre um destes estudos: Censo Escolar, Avaliação dos Cursos de Graduação, Avaliação Institucional, Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Exame Nacional para Certificação de Competências (Encceja), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).*

### Dicas de estudo

No site do INEP, se você tiver endereço eletrônico, poderá cadastrar o seu e-mail e passar a receber semanalmente, via internet, o Informativo INEP, com todas as notícias da semana relacionadas com as pesquisas realizadas por aquele órgão governamental.

## RESUMO

Nesta aula, você conheceu o processo de construção do Plano Nacional de Educação (PNE), os vetos que o Governo Federal fez à proposta do Congresso Nacional e verificou os obstáculos que têm sido enfrentados pelas políticas da educação brasileira. Você verificou que a gestão democrática da educação é uma determinação legal e um dos mais importantes assuntos em discussão nos meios educacionais e políticos. Finalmente, a pesquisa que você fez no site do INEP permitiu que conhecesse os estudos que estão sendo realizados pelo Ministério da Educação.

## **INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA**

Na próxima aula, você estudará os aspectos relevantes do projeto político-pedagógico das instituições escolares. Você poderá refletir e ler as bases legais e pedagógicas do Ensino Superior, da Educação Básica e do financiamento da educação. Estes dois últimos assuntos já foram abordados nesta aula, mas teremos mais discussões sobre eles em aulas futuras.

# O momento atual das políticas públicas da Educação brasileira

## AULA 6

### Meta da aula

Apresentar os aspectos relevantes das  
políticas de Educação em vigor.

## objetivos

Após a leitura desta aula, você será capaz de:

- Definir a importância da elaboração do projeto pedagógico da escola básica.
- Citar as modificações ocorridas no Ensino Superior desde a promulgação da LDB.
- Compreender questões relativas ao financiamento da Educação no Brasil.

## **INICIANDO NOSSA AULA...**

Nesta aula, você fará leituras sobre um tema que está sendo muito falado nas escolas brasileiras: a construção do projeto político-pedagógico. Vamos também conversar um pouco sobre a educação básica. Você verá como as políticas voltadas para o Ensino Superior vêm se desenvolvendo atualmente, e fará uma leitura sobre os recursos financeiros utilizados na Educação. Vamos começar?

### **PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA**

A LDB define os estabelecimentos de ensino e os profissionais da Educação como responsáveis pela elaboração do projeto pedagógico da escola, cabendo informar à comunidade sobre a execução de sua proposta pedagógica, conforme registram os artigos 12, 13 e 14.

É muito importante reconhecermos que pela primeira vez se busca redimensionar a importância da escola e de seus profissionais, cabendo aos sistemas de ensino o papel de coordenação, apoio e incentivo às escolas, abandonando práticas autoritárias.

Entretanto, ainda se verifica que muitas unidades escolares não deram conta da responsabilidade e importância que representam esses artigos da lei e deixam de cumpri-los, fazendo com que não se consiga assegurar a gestão democrática na escola. Somente mantendo a organização e a participação de todos os envolvidos no processo educacional conseguiremos fazer vencer a vontade coletiva do grupo e assegurar os princípios da gestão democrática em nossas escolas.

Ao analisarmos os artigos citados, veremos a quantidade de vezes que a expressão “proposta ou projeto pedagógico” aparece, dando-lhe uma relevância que se sobrepõe à própria natureza da escola.



### ATIVIDADE

1. Procure no seu pólo o texto da LDB ou acesse na internet o endereço <http://www.portal.mec.gov.br> e clique em Legislação Educacional. Faça uma leitura dos artigos citados antes: 12, 13 e 14. Após a leitura, procure responder:

- A quem compete elaborar e executar o projeto pedagógico?
- Qual o papel dos professores nesse processo?
- Quem deve definir as normas de gestão democrática da escola pública?
- Que importância tem para a escola a elaboração do projeto pedagógico?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### COMENTÁRIO

*Como você conferiu, o projeto pedagógico é responsabilidade de todos os envolvidos no processo educacional: os estabelecimentos escolares, os profissionais da Educação e os sistemas de ensino. Não é, portanto, exagero o destaque e a importância que assume o projeto pedagógico da escola no momento atual. Ele deverá refletir todos os anseios por uma escola democrática e de qualidade social.*

## ASPECTOS DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Você deve estar curioso em relação ao título desta seção. Muito professores utilizam o termo “projeto político-pedagógico” por entenderem que a ação pedagógica é um fato político, considerando que este trabalho visa à formação do cidadão para determinada sociedade. E esta sociedade, com certeza, sempre cobrará da escola uma formação que propicie competência profissional e vivência democrática, crítica, responsável e ética. Contudo, é preciso que a comunidade escolar seja

esclarecida de que o planejamento do projeto pedagógico da escola engloba vários aspectos: o pedagógico –, que é o eixo central das discussões –, o administrativo, o jurídico e o comunitário.

Sob o aspecto pedagógico, deverão ser discutidas as características do alunado a ser atendido, o perfil dos professores da escola, o diagnóstico do desempenho dos alunos nos anos anteriores e as condições pedagógicas que a escola oferece (laboratórios, biblioteca, equipamentos, quadras, auditório, refeitório, oficinas etc.). A partir desses levantamentos, será possível traçar as metas a serem alcançadas em um prazo predeterminado e os objetivos gerais que deverão orientar os planos de trabalho de cada professor.

O aspecto administrativo inclui as normas de funcionamento da escola, seu regimento interno, a divisão de tarefas pelo corpo docente e pelos servidores técnico-administrativos, o planejamento dos horários das atividades da escola, o controle financeiro e a aplicação dos recursos obtidos, a organização de arquivos e documentos de alunos, professores e funcionários. Este aspecto é completado pela dimensão jurídica, que deverá nortear as decisões finais da equipe escolar. A legislação pertinente ao campo educacional (leis, decretos, pareceres, resoluções, deliberações), seja ela federal, estadual ou municipal, não pode ser esquecida ao elaborarmos um projeto pedagógico.

O aspecto comunitário do projeto vai dar a “marca” da escola. É através dele que os pais, os alunos, os ex-alunos, os servidores e a comunidade do entorno da escola serão chamados a participar, opinar e avaliar as atividades desenvolvidas no cotidiano escolar. É preciso lembrar que toda escola deve organizar seu grêmio, sua associação de pais e mestres, seu “clube de mães” e outros grupos similares, para que todos se sintam co-responsáveis pelo seu projeto político-pedagógico.

Um lembrete importante para você memorizar e difundir nos espaços em que estiver atuando: o projeto pedagógico precisa ser sempre avaliado. Como sabermos se as metas que traçamos, os objetivos que escrevemos, os sonhos que tivemos para a nossa escola estão se concretizando, se, de vez em quando, não pararmos para trocar idéias, ouvirmos os outros, reformularmos as ações que não estão trazendo alegria a todo o grupo?

O projeto pedagógico se torna um instrumento de trabalho indispensável, uma vez que define as políticas e os princípios filosóficos, otimiza os recursos pedagógicos e financeiros, mobilizando os diferentes setores para a consecução dos objetivos. Não elaborá-lo significa abrir mão de um documento que legitima nossas ações e proporciona a autonomia da gestão escolar.

### Maninha e seus irmãos



## A EDUCAÇÃO BÁSICA

Esta foi a nomenclatura adotada na atual Lei de Diretrizes Educacionais para identificar o primeiro nível escolar, que não mais privilegia o ensino começando aos sete anos, mas reconhece o direito das crianças de zero a seis anos. Compõe-se de três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O segundo nível da Educação brasileira ficou por conta do Ensino Superior, englobando a graduação e a pós-graduação.

Entendemos essa nova estrutura como um avanço, uma vez que a definição dos níveis de ensino e de suas etapas, bem como o estabelecimento de suas finalidades e objetivos, ajuda na organização de projetos pedagógicos em qualquer localidade deste país.

Uma inovação no sistema educacional brasileiro trazido pela LDB em relação à educação básica é a possibilidade de sua organização “em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar” (Lei 9.394/96, artigo 23).

Um outro aspecto inovador é a possibilidade de adequação do calendário escolar às peculiaridades locais, prevista neste mesmo artigo, no parágrafo 2º. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, com diferentes situações climáticas e com diferenças econômicas, muitas vezes fica difícil para as famílias darem atenção aos seus estudantes. Dessa forma, é possível a escola organizar seus calendários atendendo às características das localidades onde se situa, como, por exemplo, no caso de regiões voltadas para a agricultura e a pecuária, onde, em determinadas épocas do ano, toda a comunidade está concentrada na colheita ou no plantio de um determinado produto, provocando índices altos de faltas e de abandono das aulas.

Com relação à Educação Infantil, embora reconheçamos o significado social de tê-la assegurada nos sistemas de Educação, precisamos alertar para o fato de que a indicação de creches ou entidades equivalentes para as crianças de zero a três anos ainda é oferecida basicamente por entidades privadas, carecendo de maior empenho governamental e de recursos financeiros. No atendimento para a faixa etária de quatro a seis anos, a atuação governamental supera o setor privado, atingindo, inclusive, áreas urbanas de populações de baixa renda.

Esta foi a primeira vez que a Educação Infantil se fez presente em uma lei de ensino, e, por este motivo, acreditamos que deva servir como marco de reflexão para os profissionais que atuam neste setor. As diretrizes curriculares, as políticas de capacitação de profissionais para esta etapa educacional e os materiais didáticos a serem utilizados devem ser alvo de discussão freqüente em busca da melhoria da Educação.

O Ensino Fundamental e o Ensino Médio completam esse nível de ensino. Esta nomenclatura foi criada para substituir os antigos primeiro e segundo graus.

Pela primeira vez, temos uma única lei de ensino que dá conta da Educação Básica e do Ensino Superior. Anteriormente, tínhamos a Lei 4.024/61, que continha os princípios filosóficos da Educação; a Lei 5.692/71, que versava sobre a Educação de 1º e 2º graus; a Lei 5.540/68, que organizava o Ensino Superior; e a Lei 7.044, homologada em 1982, que alterou alguns dispositivos da Lei 5.692, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau.

## O ENSINO SUPERIOR

A partir da nova legislação sobre a Educação brasileira, temos hoje o Ensino Superior, incluído na LDB, cabendo-lhe um capítulo exclusivo dentro do Título V – “Dos níveis e das modalidades de educação e ensino” – obedecendo ao princípio da verticalidade na organização do ensino.

Apesar de mantidas algumas polêmicas sobre a Educação Superior, há de se ressaltar a preocupação com a autonomia universitária, garantida pelo artigo 53, seus incisos e parágrafo único. Vários pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação vêm tentando dirimir dúvidas ou explicitar artigos da LDB.

O Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, substituindo o de nº 2.207, veio organizar o Ensino Superior. É no texto deste decreto que encontramos explicitada a posição dos institutos superiores na organização acadêmica das instituições de Ensino Superior. O artigo 8º classifica-as em universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades isoladas e institutos superiores ou escolas superiores. Já o artigo 9º coloca, como característica das universidades, a indissociabilidade entre as atividades de ensino, desenvolvidas em aulas presenciais ou a distância (como é o caso do curso que você está fazendo), de pesquisa – em busca de novos conhecimentos e inovações científicas – e de extensão, desenvolvendo projetos voltados para a integração com a comunidade externa à instituição. Como esta característica não é imposta às demais instituições de Ensino Superior, pode-se concluir que não se espera que centros universitários, faculdades e institutos superiores desenvolvam programas de pesquisa e de extensão. Os institutos superiores, portanto, terão um compromisso legal apenas com o ensino.

Uma discussão que vem se desenvolvendo nos meios acadêmicos é sobre os cursos seqüenciais, uma das modalidades de curso superior, que têm como objetivo a qualificação profissional ou a ampliação de conhecimentos por campos de saber. Eles podem ser cursados logo após a conclusão do Ensino Médio e representam uma alternativa de formação superior aos tradicionais cursos de graduação.

É preciso deixar claro que os cursos seqüenciais são cursos superiores, mas não são cursos de graduação. Por exemplo: em concursos públicos, cujos editais exijam diploma de curso superior, sem maiores detalhes da modalidade de curso, os concluintes de cursos seqüenciais poderão concorrer. Caso seja explicitada no texto do edital a necessidade de diploma de cursos de graduação, os diplomados em cursos seqüenciais não poderão ter acesso às inscrições para o referido concurso. Quanto ao acesso a cursos de pós-graduação *lato sensu*, que são de especialização, os egressos de cursos presenciais poderão ter acesso, pois a Resolução 01/2001, do Conselho Nacional de Educação, determina:

Art. 6º – Os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos por instituições de ensino superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional independem de autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento e devem atender ao disposto nesta Resolução.

§ 2º – Os cursos de pós-graduação *lato sensu* são oferecidos para matrícula de portadores de diploma de curso superior.

O Parecer nº 968, do Conselho Nacional de Educação, publicado em 17 de dezembro de 1998, trata da implementação dos cursos seqüenciais e estabelece dois modelos de curso: os de complementação de estudos, que darão direito apenas a certificado, e os de formação específica, que concederão diploma. Este parecer, cujo relator foi o professor-conselheiro Jacques Velloso, estabelece, para os cursos seqüenciais de formação específica, a carga horária mínima de 1.600 horas, não podendo ser desenvolvidos em menos de 400 dias letivos. Já o outro tipo – de complementação de estudos – não necessita de regulamentação, porém, deverá estar relacionado a um curso de graduação reconhecido e ministrado na instituição de Ensino Superior que o estiver oferecendo.

Você já tinha lido sobre como os cursos sequenciais se relacionam com as abordagens do Ensino Superior no Brasil? E sobre a relação deles com a formação de professores?

É importante que os professores e os estudantes de cursos de licenciatura (inclusive Pedagogia), bem como o público em geral, sejam esclarecidos a respeito dos cursos sequenciais, que, embora sejam cursos superiores, não substituem as licenciaturas, que são cursos de graduação. Eles nos fazem lembrar das licenciaturas curtas, previstas pela Lei 5.692/71, da qual falaremos na próxima aula.

Uma outra polêmica trazida pela nova legislação é sobre a avaliação institucional, instituída no Brasil desde o início dos anos 90, mas que continua gerando grandes expectativas junto ao professorado universitário, uma vez que os critérios de avaliação nem sempre são bem esclarecidos.

Em 1993, discutia-se o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paib). Dois anos depois, através da Lei 9.131/95, era criado o Exame Nacional de Cursos, o “provão”, para avaliar o desempenho de todos os concluintes de cursos de graduação. Em 1997, o Decreto 2.207 indicava as metas que deveriam ser alcançadas pelas universidades, e que seriam a base para a avaliação.

Atualmente, a partir de 14 de abril de 2004, através da Lei 10.861, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), “com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes”.

Na regulamentação do Sinaes, podemos destacar alguns princípios fundamentais:

- responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- reconhecimento da diversidade do sistema educacional;
- respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica, e não de forma isolada;
- continuidade do processo avaliativo.

A avaliação prevê três momentos distintos. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que substituiu o “provão” e foi iniciado em novembro de 2004, o qual avaliará, a cada três anos, uma amostra de estudantes iniciantes e outra de concluintes de um elenco de

curso determinado pelo Ministério da Educação. Paralelamente ao Enade, todas as instituições de Ensino Superior formaram, em setembro desse mesmo ano, uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), que se encarregaria de fazer, no período de dois anos (até setembro de 2006), a auto-avaliação institucional. O processo avaliativo será completado por uma equipe de avaliação externa, nomeada pelo MEC, para analisar os resultados do desempenho dos estudantes das amostras selecionadas, da auto-avaliação da instituição e, concluindo o processo, definirá os pontos positivos, os pontos negativos e as necessidades de mudanças na instituição.

As discussões sobre uma proposta de reforma universitária, encaminhada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional, têm sido assunto na mídia, nas reuniões acadêmicas das universidades e no movimento estudantil. Uma teleconferência, transmitida em tempo real, foi realizada em 30 de maio de 2005, para socializar o projeto de lei elaborado pelo MEC. Após um longo período de audiências públicas e de espaço eletrônico para sugestões e críticas, o projeto foi considerado concluído pelo ministro da Educação. Como em todo processo democrático, são inúmeras as críticas ao projeto, e também as posições de apoio total e irrestrito às idéias nele contidas.

### ATIVIDADE



2. Em 2005, os estudantes dos cursos de Pedagogia e de mais 12 áreas do Ensino Superior foram incluídos para a realização do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade). Esta é uma das inovações políticas em relação ao Ensino Superior. Escreva em tópicos as modificações ocorrida no Ensino Superior, de 1996 até agora, em decorrência da Lei Darcy Ribeiro.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**COMENTÁRIO**

*O Ensino Superior teve algumas mudanças após a LDB, dentre elas: a divisão das instituições de Ensino Superior em cinco categorias – universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades isoladas e escolas ou institutos superiores; os cursos seqüenciais, que são cursos superiores, mas não são cursos de graduação; a criação do Sinaes, que engloba o Enade, a auto-avaliação institucional e a avaliação externa das instituições de Ensino Superior e o projeto de lei da reforma universitária.*

## O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Quanto custa a Educação no Brasil? De onde vem o dinheiro que mantém a escola pública? O que podemos fazer para ter uma escola pública de qualidade? Estas são questões que sempre geram dúvidas, desconfiças e grandes discussões, principalmente por constituírem um dos indicativos de prioridades dos governantes para os assuntos educacionais, quer em nível federal, quer em estadual ou municipal.

Na Lei 9.394/96, a questão dos recursos financeiros se apresenta mais esclarecedora do que o capítulo correspondente que constava das antigas LDB, sobretudo as Leis 4.024/61 e 5.692/71. Isto ocorre porque temos, pela primeira vez, a definição do que significa manutenção e desenvolvimento de ensino, tratada no artigo 70, bem como o que não pode ser considerado como manutenção e desenvolvimento de ensino, explicitado no artigo 71, a fim de que se evite a utilização das verbas da Educação sob qualquer pretexto que não esteja definido nos artigos mencionados.

A origem dos recursos destinados à Educação é explicitada de forma bastante clara no artigo 68 da LDB. Esse cuidado veio resolver problemas anteriores, de uso indevido da conta da Educação, alegando-se interpretações, mesmo que equivocadas.

A preocupação que os legisladores tiveram ao redigir os artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional referentes aos recursos financeiros deve ser entendida pela importância que assume a questão financeira da Educação na atualidade, pela extensão dos desperdícios de recursos verificados na gestão do ensino público brasileiro.

Acrescente-se ainda nessa questão a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado pela Lei 9.424 de 24/12/96 e as atuais discussões sobre a transformação do Fundef em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), com a intenção de garantir recursos para a Educação Infantil e o Ensino Médio.

Um desafio para os cidadãos brasileiros diz respeito à necessidade da transparência dos financiamentos, no que se refere principalmente ao orçamento participativo. Para isto, a atuação de conselhos, para acompanhamento e fiscalização dos recursos dos fundos e dotações orçamentárias, deveria ser estendida ao controle da aplicação em cada esfera administrativa dos recursos públicos destinados ao ensino público, com o propósito de reduzir repasses para projetos de interesses restritos e desperdícios com atividades não-prioritárias.

Numa das próximas aulas, estudaremos com mais detalhes as questões relativas ao financiamento da Educação. Aguarde!

## **CONCLUINDO NOSSA AULA...**

Nesta aula, você teve a oportunidade de visualizar o leque de políticas que se abre para nossa reflexão e análise. Quantas vezes você já teve oportunidade de participar de discussões políticas sobre Educação? A partir destas aulas, você terá muitos argumentos para defender suas próprias idéias e criticar as políticas públicas desenvolvidas por nossos governantes.

## ATIVIDADE FINAL

Nesta aula, estudamos algumas políticas públicas em Educação que estão em desenvolvimento no Brasil. A partir daí, algumas discussões podem ser realizadas por você:

- a. Levante aspectos da educação básica que você acha relevantes. Constate se esses aspectos estão ou não abordados na Lei 9.394/96 e discuta com seus colegas.
- b. Na discussão da escola pública, que preocupações você guarda? Liste suas preocupações e troque idéias com seus colegas, a fim de buscar alternativas e soluções.
- c. Escreva um pequeno texto comentando os estudos e as discussões realizadas e entregue ao tutor.

### COMENTÁRIO

*A educação básica tem sido assunto de diferentes artigos e publicações, ora enfatizando as deficiências que tem apresentado ao longo dos anos, ora destacando a sua importância na formação humana. Diferentes artigos da LDB focalizam a relevância deste nível da educação escolar. Lembre-se de que esta lei é muito abrangente, englobando todos os aspectos legais da Educação brasileira. Ela poderá propiciar muitas discussões e comentários.*

## RESUMO

O projeto político-pedagógico é muito importante para o desenvolvimento do trabalho escolar. A educação básica e o Ensino Superior apresentam aspectos legais e políticos que influenciam diretamente o cotidiano da população. Além disso, algumas reflexões sobre os recursos financeiros para a Educação são necessárias para a compreensão da situação das políticas públicas da Educação no Brasil.

## **INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA**

Nossa próxima aula terá como foco principal a Lei 9.394/96, da qual já falamos várias vezes. Você irá ler sobre o longo processo de construção desta lei e os aspectos que a diferenciam da Lei 5.692/71, que vigorou por 25 anos em nosso país.

## A Lei Darcy Ribeiro

# AULA 7

### Meta da aula

Apresentar a tramitação política da Lei Darcy Ribeiro.

Após a leitura desta aula, você será capaz de:

- Comparar a Lei 5.692, de 1971, com a Lei 9.394, de 1996.
- Compreender a concepção da Lei 9.394/96 e os seus impasses políticos.

## INICIANDO NOSSA AULA...

Você viu nas Aulas 5 e 6 o panorama das políticas públicas de Educação do momento atual. A partir delas, você pôde vislumbrar algumas políticas que estão sendo implantadas no Brasil, tais como: a Educação Básica, a Gestão Democrática, o Financiamento da Educação, o Projeto Político-pedagógico, o Ensino Superior e o Plano Nacional de Educação.

Agora, nesta aula, vamos mergulhar um pouco na história política do Brasil, através das leis de Educação, da década de 1970 aos nossos dias. Vamos ver as modificações que a Lei 5.692 trouxe para a Educação brasileira e como, durante oito anos, a sociedade brasileira lutou para ter uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação que atendesse aos anseios dos educadores.

### A LEI 5.692, DE 1971

O início dos anos 70 marca o período mais intenso da ditadura militar no país e registra, na história da Educação no Brasil, a promulgação da Lei 5.692, em 11 de agosto de 1971, que fixava as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Você sabe as mudanças que foram provocadas por esta lei?

Ela tornou obrigatória a escolaridade de 1º grau para todas as crianças de 7 a 14 anos, o que gerou a necessidade de muitas escolas e muitos professores para a crescente demanda. Até essa data, o ensino obrigatório e gratuito se restringia ao curso primário, da 1ª à 4ª série. As escolas públicas de ensino primário ofereciam mais uma série, a 5ª, que era chamada de “curso de admissão”. O acesso ao curso ginásial, que tinha quatro séries, dava-se por meio de concurso, e não era para “qualquer um do povo”. Os alunos que faziam um bom curso primário e uma 5ª série de qualidade pedagógica conseguiam passar nos concursos para os ginásios públicos, que eram concorridíssimos. Havia também, na rede particular, os cursos de admissão ao ginásio, que preparavam para esses concursos.

Até 1971, o acesso aos ginásios públicos era para os alunos do primário que tivessem logrado frequentar uma boa escola pública ou para a classe média, que podia pagar a preparação de seus filhos em cursos particulares.

A Lei 5.692, ao transformar os antigos cursos primário e ginásial em 1º grau obrigatório e gratuito, provocou o crescimento abrupto do número de alunos nas escolas. Nos anos que se seguiram, houve uma “febre” de construção de escolas em todo o Brasil. Por causa disso, os prédios escolares brasileiros, em um percentual bastante alto, são construções da década de 1970 para cá. São prédios relativamente novos, com vinte, trinta anos de construção.

A formação de professores sofreu um impacto político-pedagógico muito grande. Você sabe o que aconteceu com a formação de professores a partir daí? Aquele antigo curso normal, que era estritamente profissionalizante, voltado para a formação de professores de 1ª a 4ª série, tornou-se simplesmente mais uma das habilitações profissionais do ensino de 2º grau. Era preciso formar em curto prazo professores para o 1º grau. Multiplicaram-se no Brasil os cursos de 2º grau, com habilitação para magistério das primeiras séries do 1º grau. As licenciaturas curtas, com duração de dois anos, foram criadas para formar professores para lecionar apenas de 5ª a 8ª série, além dos cursos de licenciatura plena (quatro anos), que formavam professores também para o 2º grau. Os cursos de Pedagogia formavam professores para as matérias pedagógicas dos cursos de formação de professores e os especialistas em Educação: administradores, supervisores e orientadores educacionais.

A Lei 5.692 determinava que a formação de professores e especialistas em Educação seria feita em níveis que se elevassem progressivamente, atendendo às diferentes realidades de cada região do país. Você percebeu que, a partir dela, a formação docente passou a ter vários níveis? Habilitação específica de 2º grau, licenciatura curta, licenciatura plena e ainda os estudos adicionais – que permitiam acréscimos na formação profissional em nível de 2º grau – e a complementação pedagógica, esta última destinada aos portadores de diploma de licenciatura que desejassem ser especialistas em Educação.

Dobra-se o tempo da escolaridade obrigatória e gratuita, cresce o número de escolas. Necessita-se, cada vez mais, de um número maior de professores, mas não se ampliam os recursos financeiros destinados à Educação. É na década de 1970 que a questão salarial do professor entra em crise, porque os concursos públicos para ingresso no magistério se multiplicam, e, conseqüentemente, os salários decrescem. Em decorrência disso, o número de professores que passam a ter duas matrículas no ensino

público aumenta. Os anos 70 são marcados, então, pela decadência da qualidade da escola pública, pela desvalorização salarial do magistério e pela formação aligeirada de professores, em cursos criados sem condições mínimas de atendimento.

A formação de supervisores, administradores e orientadores educacionais também cresce para atender à legislação que determinava que esses profissionais deveriam ter curso de Pedagogia, com habilitação específica para o exercício da função, em licenciaturas curtas, no mínimo, para o 1º grau, e em licenciatura plena para todos os graus de ensino.

Diante desse quadro político, imposto durante o regime da ditadura militar, só restava aos educadores brasileiros aguardar a volta do regime democrático, para lutar por uma LDB que representasse as reivindicações de professores, estudantes e da sociedade em geral.

### ATIVIDADE



1. Entreviste um professor (ou uma professora) que tenha se formado há mais de trinta anos. Este profissional vivenciou as mudanças ocorridas nas escolas a partir de 1971. Peça-lhe que lhe relate o que memorizou daqueles tempos em relação à implantação da Lei 5.692. Faça-lhe as seguintes perguntas:

- a. Você se lembra de como era o ensino antes da Lei 5.692?
- b. Houve muitas mudanças nas escolas depois dessa lei?
- c. Você acha que essas mudanças foram adequadas à realidade brasileira da época?
- d. Que conseqüências dessa lei ainda podemos sentir em nossas escolas?

Você poderá realizar esta atividade individualmente ou em grupo, com dois ou três colegas. Anote as lembranças que esta pessoa ainda tem e escreva um pequeno texto para entregar ao tutor.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**COMENTÁRIO**

*A Lei 5.692 provocou uma intensa mudança no cenário da Educação brasileira. Embora tivesse sido dado um prazo aos governos estaduais e municipais para atendimento às suas determinações, nossos governantes se apressaram a implantá-la, gerando com isso um período de muita confusão. Os aspectos positivos que esta lei trouxe para o povo brasileiro foram a conscientização da necessidade de aumentar a rede escolar e o número de anos de escolarização do povo, além da obrigatoriedade escolar para todas as crianças e jovens até os 14 anos. Como aspectos negativos, como já citamos, tivemos uma queda na qualidade do ensino público, gerada principalmente pela insuficiência de recursos financeiros para manter uma escola de qualidade social, que atendesse à população que nela passou a ter direito legal.*

**A CONCEPÇÃO DA LDB 9.394, DE 1996**

Nos anos 80, nosso país vivia seu início de efetiva democratização. Tivemos as eleições diretas dos representantes do povo para comporem a Assembléia Nacional Constituinte. Era o momento de elaboração de uma nova Constituição Federal. As entidades organizadas da sociedade civil e do movimento sindical chamavam seus afiliados para elaborar as propostas para esse momento tão esperado! Era a hora de ouvir e, principalmente, de falar! Os anos da ditadura estavam terminando, e a democracia voltaria a dominar o cenário nacional.

Nesse clima, realizava-se, em 1986, a IV Conferência Brasileira de Educação (CBE), na cidade de Goiânia, com a participação de professores de todos os estados brasileiros e de todos os níveis de ensino. O tema do encontro era organizar as diferentes propostas sobre as questões educacionais, com vistas a encaminhá-las aos constituintes, para sua inclusão no capítulo da Educação. Assim, o documento contendo as propostas aprovadas a serem encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte ficou conhecido como a “Carta de Goiânia”, e teve suas propostas incluídas na Constituição Federal, sob a forma de princípios.

Promulgada a nova Constituição em 5 de outubro de 1988, era preciso preparar a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Era necessário delimitar e detalhar os princípios já definidos para defender os interesses dos setores menos favorecidos da sociedade.

### ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (ANPED)

Em 1976, em uma reunião realizada na PUC-Rio, coordenadores de cursos de pós-graduação em Educação da época decidiram pela organização de uma entidade que congregasse a área de Educação e que tivesse reuniões anuais para discutir e avaliar as pesquisas educacionais e a produção de conhecimento na área. Desde o início, os professores fundadores da Anped firmaram sua autonomia com relação ao Estado, e definiram que haveria reuniões anuais, congregando professores e alunos da pós-graduação em Educação de todo o Brasil, para, juntos, discutirem e redefinirem os rumos de sua atuação.

Atualmente, a Anped é a maior entidade acadêmica de Educação do Brasil, reunindo anualmente mais de três mil professores e estudantes de todo o país e da América Latina. A sede da associação está instalada na cidade do Rio de Janeiro.



Cada categoria de profissionais de educação em todos os estados brasileiros enviava propostas para suas entidades nacionais, fruto de debates, assembléias, seminários, conferências, congressos acadêmicos e sindicais, abrangendo os seguintes princípios básicos já definidos:

- garantia de verbas públicas somente para as escolas públicas;
- gratuidade do ensino;
- gestão democrática da Educação;
- valorização dos profissionais da Educação por meio de um piso salarial profissional.

Em abril de 1988, em Porto Alegre, aconteceu a XI Reunião Anual da **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (ANPED)**. Neste encontro, o professor Dermeval Saviani apresentou um texto contendo o esboço de um projeto de Lei de Diretrizes e Bases, com base nos princípios da “Carta de Goiânia”. A partir deste documento, o deputado Octávio Elísio apresentou à Comissão de Educação, Cultura e Desporto o Projeto de Lei nº 1.258, que fixava as diretrizes e as bases para a Educação nacional. Nos meses seguintes, outros projetos de lei ou emendas foram apresentados e anexados ao texto inicial do projeto.

#### Dicas de estudo

O portal da ANPED é uma excelente fonte de leitura e pesquisa, pois inclui os textos completos dos trabalhos apresentados desde 1999 nas Reuniões Anuais e outras informações de interesse de estudantes e professores. O endereço é <http://www.anped.org.br>.

No ano seguinte, 1989, o deputado Ubiratan Aguiar, então presidente da Comissão de Educação, designou o deputado Jorge Hage como relator do projeto, e foi criado um grupo de trabalho, sob a coordenação do falecido deputado **FLORESTAN FERNANDES**, que tinha como incumbência

#### FLORESTAN FERNANDES (1920-1995)

Fez bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais, mestrado em Antropologia e doutorado em Sociologia, cursado na Universidade de São Paulo (USP). Foi livre-docente e professor titular de Sociologia na USP até 1965, quando foi afastado por aposentadoria compulsória, durante o período da ditadura militar. Durante o período seguinte, esteve fora do Brasil e lecionou como professor visitante em várias universidades estrangeiras. Regressando ao Brasil, tornou-se professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a partir de 1978. Foi deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores de 1986 a 1990, participando da elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Teve novo mandato de 1990 a 1994. Sua obra abrange estudos sobre os índios tupinambás e sobre os negros, a Educação, a questão da universidade e a política nacional e internacional (In: <http://www.iff.org.br>, acessado em 14 / 1 / 05).

a análise e o debate de todo material chegado à Comissão de Educação. Durante o período de abril a junho, em audiências públicas, todos os representantes de entidades e dirigentes de órgãos ligados à Educação foram ouvidos e apresentaram suas propostas, também com a contribuição de pesquisadores da Educação. Em agosto, ficou pronta a primeira versão do projeto substitutivo, que foi apresentada à Comissão de Educação por seu relator, dando início às discussões internas entre os deputados, em sessões abertas ao público, que não deixou de comparecer. Nesse mesmo ano, foi realizado um simpósio sobre os temas polêmicos, e foram convidados palestrantes de renome de áreas específicas: Educação de Jovens e Adultos, Recursos Financeiros, Educação e Trabalho, Ensino Superior, dentre outros.

O resultado desses encontros e debates deu origem à segunda versão do projeto, sendo apresentada para discussão ao final de 1989.

## **O FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA**

Como você viu, as entidades sociais, acadêmicas, estudantis e sindicais ligadas à Educação não deixaram de ter representantes em nenhum momento de discussão e apresentação de propostas tanto para a Constituição Federal como para o projeto de diretrizes e bases da Educação nacional. Assim, optaram por reunir esforços para uma luta mais organizada e consciente sobre os anseios que gostariam de ver abordados no projeto de lei.

Durante a tramitação do projeto da Constituição, havia sido criado o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, cujo objetivo era reunir esforços para o que havia de consenso, buscar novas propostas em que havia divergências e ter uma constituição que contemplasse o pensamento educacional brasileiro. A luta, então, era por uma lei de Educação que consolidasse as conquistas sociais incluídas na Constituição Cidadã. Assim, o movimento passou a se denominar Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB. Foram inúmeras as reuniões de trabalho em busca da unidade necessária para acompanhar, junto com os parlamentares, todas as discussões sobre o projeto. Seu papel foi de fundamental importância no processo de encaminhamentos e decisões sobre o texto da lei.

Após essa etapa de discussões e articulações, o relator, deputado Jorge Hage, apresentou a terceira versão do projeto de lei à Comissão de Educação. Embora pronto e aprovado nas diferentes comissões da Câmara, não houve tempo hábil de colocá-lo em votação no plenário, pois chegava ao fim o mandato dos que se elegeram para a Assembléia Nacional Constituinte. Por meio de novas discussões e articulações, porém, garantiu-se que o mesmo não seria arquivado e que se salvaguardaria todo o processo de discussão.

Em 1990, houve modificações na composição da Comissão de Educação, devido às eleições ocorridas no final de 1989, que elegeram Fernando Collor de Mello e Itamar Franco para presidente e vice-presidente da República e novos deputados e senadores.

Infelizmente, não houve o retorno de muitos parlamentares que se identificavam com o projeto de LDB, ou porque não foram reeleitos em seus estados, ou porque optaram por outras atividades, trazendo novos atores para a discussão. Novos embates, novas discussões e mais peregrinações pelos corredores do Congresso, para convencer os novos parlamentares a conhecer o projeto e votar a favor dele. Dos deputados que participaram do processo de elaboração do projeto de lei e que se encontravam identificados com as idéias do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, somente retornou à Câmara o deputado Florestan Fernandes.

Dentro da nova composição política, oriunda do resultado das urnas eleitorais, assumiu como relatora do projeto a deputada Ângela Amin, que tentou arquivá-lo. Alegava desconhecimento do conteúdo, por não ter participado das discussões iniciais, pedia tempo para que pudesse organizar-se e chegou a propor o início de uma nova discussão, alegando que a maioria dos deputados eleitos desconhecia o projeto. Por fim, após muitas negociações, ele foi encaminhado ao plenário e recebeu mais de mil emendas, que precisavam ser analisadas, sem falar dos destaques acrescidos durante sua tramitação.

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública não esmoreceu no trabalho de acompanhar todo o processo de tramitação do projeto de LBD. Manteve-se reunido permanentemente, acompanhando essas negociações, numa contínua inserção no processo legislativo.

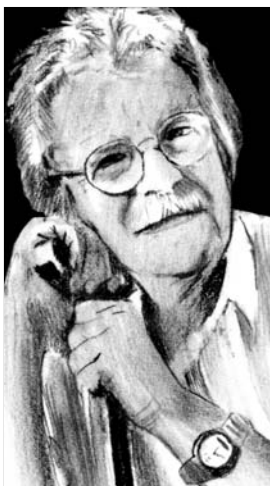
As dificuldades em viabilizar a maioria das propostas apresentadas provocaram o retardamento do processo de aprovação da LDB, que se encontrava na ordem do dia desde novembro de 1992.

Era visível o descontentamento dos setores mais tradicionais a aceitarem a proposta de educação contida no projeto de lei e, a partir daí, começaram a surgir críticas, de que era um projeto muito detalhista. Cresciam os **LOBBIES**, as pressões e os interesses financeiros tendo o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública como mediador dessas conciliações.

Em 1993, o senador **DARCY RIBEIRO** apresentou um projeto de sua autoria à Comissão de Educação do Senado, com alguns aspectos que se antagonizavam com o projeto que se encontrava na Câmara dos Deputados. A aprovação desse projeto no Senado daria fim a todos os esforços de construção coletiva, considerando que o regimento do Congresso prevê que, caso aprovado no Senado, ele se sobreporia ao texto há tanto tempo em discussão.

#### LOBBY

“Atividade de pressão de um grupo organizado (de interesse, de propaganda etc.) sobre políticos e poderes públicos, que visa exercer sobre estes qualquer influência ao seu alcance, mas sem buscar o controle formal do governo” (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*).



#### DARCY RIBEIRO (1922-1997)

Nasceu em Montes Claros, Minas Gerais. Após abandonar a Faculdade de Medicina, graduou-se em 1946, em Sociologia, com especialização em Etnologia. Organizou o Museu do Índio, inaugurado oficialmente em abril de 1953, no Rio de Janeiro. Planejou a Universidade de Brasília cuja Reitoria assumiu em 1961. Em 1962, tornou-se ministro da Educação e colocou em execução o primeiro Plano Nacional de Educação. Após o golpe militar, esteve exilado em diversos países. Em 1974, Darcy descobriu um câncer pulmonar e conseguiu voltar ao Brasil, depois de muitas conversações com o governo militar. Anistiado em 1979, retomou seu cargo de professor titular na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1982, tomou posse como vice-governador do estado do Rio de Janeiro, com o governador Leonel Brizola. Como secretário de Estado de Cultura do Rio de Janeiro e coordenador do Programa Especial de Educação, foi o responsável pela construção do Sambódromo, com 200 salas de aula debaixo de suas arquibancadas, e pela implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). No segundo governo de Brizola (1991-1994), retomou a implantação do Programa Especial de Educação. Em 1992, assumiu a responsabilidade de criar a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Como pesquisador, educador e escritor, deixou vastíssima obra publicada, em várias línguas. (In: <http://www.funai.gov.br/indios/personagens/darcy.htm>, acessado em 14 / 1 / 05.)

Mais uma vez, a pressão do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública fez com que a Câmara dos Deputados aprovasse, em 13 de maio de 1993, o Projeto 1.258/88, após quatro anos e meio de articulações, negociações e debates para que fosse encaminhado ao Senado Federal.

Ao chegar ao Senado, o Projeto da Câmara recebeu o número 101/93 e começou a ser revisado pelo senador Cid Sabóia. Na ocasião, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública apresentou-se ao senador levando um documento, no qual informava todas as ações feitas pelas entidades que integravam o Fórum, com o objetivo de não só acelerar a votação, como garantir a participação democrática na elaboração da lei.

No entanto, configurou-se um cenário de disputa entre dois projetos distintos: o substitutivo do senador Cid Sabóia, expressando as propostas do Fórum, elaboradas com a participação de toda a comunidade acadêmica, social, estudantil e sindical, reflexo de esforços democráticos, e o projeto Darcy Ribeiro, articulado com a base governista, presente no Senado e na Câmara dos Deputados.

Tão logo terminou a eleição presidencial de 1994 e o novo presidente – Fernando Henrique Cardoso – foi empossado, a matéria passou a ser apreciada, e o senador Darcy Ribeiro, que elaborou o projeto, foi nomeado o seu relator. Esse processo, que reforçou e legitimou as manobras regimentais, fez com que o projeto Darcy Ribeiro substituísse o projeto originário da Câmara dos Deputados, fechando as portas à participação da sociedade, fazendo com que o espaço do Fórum se limitasse à apresentação de emendas ao texto em discussão no Senado Federal, exigindo *lobbies* sistemáticos junto aos senadores, até que a matéria fosse aprovada naquela casa.

Diante das diferentes manobras regimentais já anunciadas, o projeto, que saiu do Senado aprovado, apresentava profundas diferenças em relação ao enviado pela Câmara dos Deputados, e ao retornar a esta Casa, foi votado sem a menor discussão, e sem que a maioria dos parlamentares tivesse conhecimento de seu conteúdo.

A tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ocorreu numa conjuntura muito desfavorável para o movimento social e sindical, expressa na correlação de forças no Congresso Nacional, onde os setores populares e democráticos eram minoria.

## CONCLUINDO NOSSA AULA...

Você percebeu que o projeto de LDB tramitou em três legislaturas diferentes? Observe quantos anos de discussão, de idas e vindas no Congresso Nacional, de momentos de luta democrática e outros de aglutinação em torno de projetos neoliberais: começou no governo Sarney, continuou com Collor-Itamar e prosseguiu com Fernando Henrique.

Uma análise mais geral nos permite afirmar que a nova Lei de Diretrizes e Bases, denominada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso Lei Darcy Ribeiro, sancionada a 20 de dezembro de 1996, seguia a mesma concepção que norteava as demais políticas governamentais,

implementadas pelos governos estaduais. Houve, portanto, sintonia entre a lei aprovada e as reformas em pauta na agenda nacional, na perspectiva da redução de direitos, da minimização do papel do Estado nas questões sociais.

O texto da Lei nº 9.394/96 difere do projeto aprovado inicialmente pela Câmara dos Deputados, e com isso não é a lei que desejava cada entidade presente nas negociações e que compunha o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB. Isto significa dizer que o Fórum, com sua representatividade, deixou clara a sua discordância com relação ao processo final e ao conteúdo da nova Lei de Diretrizes e Bases, denunciando as manobras políticas que levaram a sua aprovação.

## ATIVIDADE FINAL

Leia no artigo 1º da Lei 9.394/96 a definição de Educação:

Artigo 1º – A Educação abrange os aspectos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Parágrafo 1º – Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

Parágrafo 2º – A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Escreva um comentário para apresentar ao tutor, no qual você deverá fazer uma análise crítica deste artigo da lei, comparando-o com as escolas que você conhece.

### COMENTÁRIO

*Como você viu, este artigo da LDB nos mostra a dimensão ampla da Educação. É preciso que os professores e as escolas, em seus projetos pedagógicos, lembrem-se da determinação do segundo parágrafo que vincula a Educação escolar à prática social e ao mundo do trabalho.*

## RESUMO

Muitas têm sido as dificuldades que a sociedade organizada tem tido para que suas reivindicações sejam atendidas pelos poderes da República. Embora a Lei 5.692, de 1971 (em plena ditadura militar), e a Lei 9.394, de 1996 (já no regime democrático com presidente eleito pelo povo), tenham sido promulgadas em momentos políticos muito diferentes, os professores não lograram fazer valer as discussões intensas ocorridas em todo o Brasil.

## INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, você estudará mais um pouco sobre a LDB que temos hoje e os impasses políticos que ela trouxe para a escola brasileira.

## As diretrizes e as bases educacionais do Brasil

# AULA 8

### Meta da aula

Apontar os aspectos relevantes da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Conhecer as diretrizes educacionais contidas na Lei 9.394/96.
- Descrever a estrutura atual da educação escolar no Brasil.
- Analisar os impasses políticos surgidos com a atual LDB.

## **INICIANDO NOSSA AULA...**

Na aula anterior, você conheceu os caminhos políticos da tramitação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pôde comparar algumas mudanças entre ela e a LDB anterior, a 5.692, de 1971. Nesta aula, você vai ler as principais determinações legais em relação ao papel da União, dos estados e municípios no campo da educação escolar. Também verá a estrutura atual do ensino no Brasil e como as questões curriculares são abordadas no texto da lei. Finalmente, ao final da aula, você poderá refletir sobre alguns impasses políticos que se originaram a partir dessa LDB.

## **A LDB QUE TEMOS HOJE**

O projeto original previa um Conselho Nacional de Educação, de caráter deliberativo e com atribuições capazes de permitir a articulação entre os diferentes níveis do poder, inclusive do setor privado, no que se refere a diretrizes e bases pedagógicas. Previa, também, um Fórum Nacional de Educação (integrado majoritariamente por representantes indicados pelos vários segmentos sociais), coordenado pelo Conselho Nacional de Educação, com a colaboração das Comissões de Educação da Câmara, do Senado e do Ministério da Educação. Numa articulação com a sociedade civil, o Fórum teria como tarefa reunir-se quinquenalmente para avaliação do processo educativo e propor uma política nacional de educação na perspectiva de valorizar permanentemente a educação pública no país.

O que temos hoje no texto da Lei 9.394/96 em relação às atribuições do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação?

Sob o título “Da Organização da Educação Nacional”, vamos encontrar, no parágrafo primeiro do artigo 8º o papel da União, representada pelo respectivo órgão ministerial, na seguinte determinação:

Caberá à União a coordenação da política nacional, articulando níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

Com relação ao Conselho Nacional de Educação, o texto legal diz que este terá atividade permanente e funções normativas e de supervisão (Lei 9.394 / 96, artigo 9º, inciso IX, § 1º).

Ainda no artigo 8º, a LDB estabelece que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, seus respectivos sistemas de ensino”, deixando de aproveitar neste artigo e nos subseqüentes a redação do Projeto da Câmara Federal, que previa uma organização sistêmica mais articulada.

A LDB levou ao crescimento do Ministério da Educação na definição dos rumos da Educação, excluindo a participação ativa da sociedade. Isso permite que a cada governo a Educação tome rumos diferentes, impedindo o processo permanente de uma política educacional que valorize a Educação e que possibilite a correção de rumos.

O Sistema Nacional de Educação, previsto no Projeto da Câmara dos Deputados, foi excluído, mantendo a desarticulação e a acentuada desagregação entre os diferentes sistemas estaduais e municipais da Educação, agravando, com isso, a fragilização dos mesmos.

A proposta da criação de um Fórum Nacional de Educação também foi retirada, assim como o Conselho Nacional de Educação perdeu o seu caráter deliberativo, passando a ser um órgão de assessoria do ministro da Educação, de acordo com o projeto de lei de conversão, anteriormente aprovado em função de medida provisória editada.

Um país, para ser democrático, exige a participação da sociedade. Você viu que as forças políticas definem as situações que se encontram em fase de decisão. Somente através do grupo coeso, com projetos definidos claramente, com a participação de todos os envolvidos na escola, estaremos em condições de voltar a pressionar o Congresso Nacional para as etapas que ainda se fazem necessárias na definição de pontos importantes que constam da Lei 9.394/96.

A verdade é que o Congresso Nacional, no momento da aprovação da LDB, compunha-se mais de correntes tradicionais, de setores reconhecidos como conservadores, do que de setores progressistas. Isto se constituiu em grande entrave para avançarmos em aspectos fundamentais para a organização do sistema nacional de Educação. O tempo decorrido entre o início do projeto e sua votação – foram oito anos, nos quais atravessamos três eleições presidenciais e três composições diferenciadas do Congresso Nacional, sem nos esquecermos do *impeachment* de Fernando Collor de Mello – dificultou a votação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que atendesse, de fato, aos anseios da comunidade educacional.

## A LDB E OS CURRÍCULOS

Você teve a oportunidade de conhecer um relato breve dos oito anos que se passaram entre o início das discussões para a elaboração do projeto de lei que daria origem à nova lei de Educação para o nosso país e sua votação. Viu também que a correlação de forças políticas no momento em que a votação ocorreu não era favorável às mudanças introduzidas e, portanto, o corpo da lei não agradou às entidades organizadas que compuseram o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB.

A retirada de alguns pontos considerados fundamentais foi a causa do descontentamento, considerando que muitos assuntos ficaram sem definição, permitindo interpretações equivocadas e até mesmo servindo de justificativa para ações governamentais que nem sempre encontram eco no texto da lei, e nestes casos, na intenção da lei.

Queremos chamar a sua atenção para o fato de que não podemos reduzir a nossa análise a uma posição de busca de perdas e ganhos, e daí a necessidade de que façamos nosso balanço, levando em conta o contexto de sua elaboração.

Quando analisamos o texto da lei, podemos constatar que as modificações acabaram produzindo dubiedades e omissões, a fim de escamotear a intervenção centralizadora do Governo Federal. Sob a justificativa de que era preciso ter uma lei “enxuta”, como defendiam os seus criadores, acabamos com um texto que necessita de várias regulamentações, promovendo diversas resoluções por parte do Conselho Nacional de Educação, sem que democraticamente as mesmas sejam discutidas com o professorado.

Vejamos o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais. A LDB, ao definir “regime de colaboração”, no parágrafo 1º do artigo 8º, deixa claro que

por exercer a coordenação da política nacional de educação, sendo responsável pela articulação dos diferentes níveis e sistemas, e tendo função normativa, entre outras, pode procurar estabelecer com estados municípios uma relação de subordinação real (OLIVEIRA; GONDRA, 1997, pp. 69-70).

Em contrapartida, no artigo 9º são definidas as incumbências da União, e nos subseqüentes (artigos 9º e 10) as relativas aos estados e municípios. O texto legal deixa claro que estes últimos devem “organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais de seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados” (artigo 11, I), cabendo à União a elaboração do Plano Nacional de Educação e o estabelecimento das “competências e diretrizes” para a Educação Básica, “que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum”.

Diante do exposto, percebe-se a preocupação em garantir o controle da União sobre a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborados sob a coordenação da Secretaria de Educação Básica, aprovado por meio de pareceres do Conselho Nacional de Educação, com total ausência de participação e pouquíssima consulta ao professorado – seu público-alvo.

O anunciado “regime de cooperação” com os estados, Distrito Federal e municípios, explicitado em diversos artigos, apresenta-se como acessório da lei, e o papel do professorado, que deveria ser de participação, vira de espectador passivo. Embora nos diferentes pareceres sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais tenha sido enfatizado que eles não se constituem em uma proposição pedagógica obrigatória, cabe ainda indagar: Por que os PCN foram elaborados antes de o Conselho Nacional de Educação emitir parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais?

Não temos clareza dos motivos que levaram à apresentação dos PCN, sem que as Diretrizes Curriculares Nacionais estivessem discutidas e explicitadas. Parece que foi por excessiva centralização da União sobre os estados e municípios, aliada à pressa de cumprir a determinação do artigo 26, no qual está escrito que “os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum”.

Outra questão relacionada ao desenvolvimento dos currículos escolares se refere à avaliação dos alunos: O processo de avaliação do rendimento escolar referido no artigo 9º, inciso VI da LDB considera o estabelecido nos PCN?

Para esta questão, vemos que caso seja afirmativa a resposta, temos institucionalizados os PCN como modelo curricular único para o país. Caso contrário, entendemos que será efetivamente contribuição aos sistemas e às escolas.

A propósito da avaliação dos alunos, é bom lembrar a você que a Lei Darcy Ribeiro, no artigo 24, que trata das regras comuns para a organização da Educação Básica nos níveis fundamental e médio, estabelece critérios para a verificação do rendimento escolar. Dentre eles, não podemos ignorar a “obrigatoriedade de estudos de recuperação” paralelos ao período letivo e a “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Convém recordar que essa discussão sobre avaliação do rendimento escolar não é recente. A Lei 5.692/71, de que falamos há pouco, já explicitava a mesma determinação, com essas mesmas palavras, em seu artigo 14, parágrafo 1º.

Esperamos que as equipes pedagógicas dos estados e municípios possam propor a ampliação desse debate para chegarmos ao “pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas” explicitado no artigo 3º, inciso III da Lei 9.394/96.

## ATIVIDADE



1. Leia os artigos 10 e 11 da Lei Darcy Ribeiro, que definem as incumbências dos estados e dos municípios. Registre por escrito os pontos em comum dos dois artigos e os divergentes. Verifique suas anotações com as de seus colegas de pólo e troque idéias com o tutor.

[illegible]

**COMENTÁRIO**

*Você verificou que tanto os estados e o Distrito Federal como os municípios têm incumbências determinadas em lei, das quais não poderão se eximir. Uma delas é a obrigatoriedade de oferecimento gratuito do Ensino Fundamental, sendo que, para os municípios, esta oferta é prioritária, enquanto para os estados a prioridade é o Ensino Médio, desde que atendida toda a população, independentemente da idade, no Ensino Fundamental. Outro ponto importante a ser destacado é a possibilidade de os municípios se integrarem com o estado ao qual pertencem, compondo com ele um sistema único de educação básica.*

## **A ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA LDB**

A estrutura e o funcionamento da educação básica, tratados na Lei 9.394/96, resgatam algumas idéias do Projeto de LDB, oriundo da Câmara Federal, em detrimento das propostas do Projeto Darcy Ribeiro.

O artigo 21 divide a educação escolar em dois níveis: a educação básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e a educação superior. O artigo 22 define as finalidades da Educação Básica com redação equivalente à da Câmara. Por obedecer a um critério diferente quanto aos níveis de educação, o Projeto Darcy Ribeiro previa:

- I – educação infantil;
- II – ensino fundamental, com cinco anos;
- III – ensino médio, dividido em ginásio e curso preparatório para o ensino superior;
- IV – ensino superior.

O Projeto Darcy Ribeiro apresentava uma concepção diferente de educação e, portanto, constata-se a ausência do termo “educação básica”. O objetivo do Ensino Médio se apresentava como preparação para o Ensino Superior, contrário ao texto legal aprovado: etapa final da educação básica.

O projeto aprovado e transformado na Lei nº 9.394/96 propôs inovações quanto às possibilidades de organização da educação básica: séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudo, grupos não-seriados e outras (artigo 23), como você viu na aula anterior. Isso contrariava o projeto do senador Darcy Ribeiro, que previa a manutenção das séries anuais, períodos semestrais ou outros, a critério do respectivo sistema de ensino.

Vale ressaltar que o projeto do senador Darcy Ribeiro excluía a concepção atual de Educação Infantil, predominando o caráter assistencialista, que era contraditório com outros artigos de seu próprio projeto. A Educação Infantil seria, então, educação escolar, mas não no sistema de ensino.

É importante registrar que a LDB 9.394/96, diferentemente da Lei 5.692/71, estabeleceu a duração das etapas de ensino e a carga horária dos períodos letivos em padrões mínimos, podendo os sistemas de ensino ampliá-las de acordo com suas características e possibilidades. Assim, a duração para o Ensino Fundamental ficou estabelecida para oito anos, no mínimo (artigo 32), ao passo que na 5.692 esta duração fora fixada em oito anos. Vários sistemas de ensino já ampliaram esta duração para nove ou dez anos. Atualmente, está em discussão no Congresso Nacional a possibilidade de ampliação do Ensino Fundamental de oito, no mínimo, para nove anos de duração.

Com relação à carga horária anual, a Lei Darcy Ribeiro aumentou para 800 horas anuais no mínimo, pois até a época de sua promulgação eram apenas 720 horas. O número de dias letivos também foi ampliado de 180 para 200, no mínimo, “excluído o tempo reservado para os exames finais, quando houver” (artigo 24, inciso I). Também para o Ensino Superior, a LDB estabelece o “mínimo de 200 dias de trabalho acadêmico efetivo” (artigo 47).

## Maninha conversa com seus irmãos, em casa



Outro ponto importante também a ser lembrado é que atualmente, por determinação legal, o acesso ao Ensino Fundamental é **DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO**, devendo ser oferecido pelo poder público para pessoas de qualquer idade.

Muitas outras questões podem ser apontadas entre perdas e ganhos apresentados pelo texto aprovado. As questões que estamos focalizando nesta aula são as que fazem parte direta de nosso cotidiano escolar.

**DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO**

É um direito social, ou seja, todos têm direito a ele, podendo o Estado ser obrigado judicialmente a cumpri-lo. “Não existe estado de direito sem o reconhecimento de direitos públicos subjetivos. Eles constituem também uma grande garantia para as liberdades públicas, porque implicam o reconhecimento pelo Estado da eminente dignidade da pessoa humana do cidadão” (SOIBELMAN, 1979, p. 130).



## ATIVIDADE

2. Visite uma escola de Ensino Fundamental e/ou de Ensino Médio. Entreviste um dos professores da equipe técnico-pedagógica da escola sobre as mudanças que a LDB 9.394/96 causou na escola. Faça-lhe as seguintes perguntas e outras que lhe ocorram como importantes de serem respondidas:

a. A partir da Lei 9.394 de 1996, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação, houve mudanças na rotina desta escola? Em relação ao calendário escolar? Em relação à matrícula?

b. Como vocês organizaram os planos curriculares a partir das diretrizes curriculares nacionais?

Esta atividade poderá ser feita em grupos de três ou quatro colegas de pólo. Registre por escrito as observações feitas durante a visita e comente-as com seu tutor.

[illegible]

## COMENTÁRIO

*Uma das modificações notadas de imediato em relação à LDB de 1996 foi o aumento dos dias letivos. A escola brasileira começava suas aulas, tradicionalmente, em março. Os últimos dias do mês de fevereiro marcavam o retorno dos professores às atividades escolares, dedicando-se nesse tempo à organização das turmas e à elaboração dos planos de curso. Hoje, o ano letivo precisa começar em fevereiro e, em muitos municípios, devido aos feriados prolongados, ou aos dias em que são suspensas as aulas por diferentes motivos, foi instituído o “sábado letivo”, que tem como objetivo completar os 200 dias letivos determinados na LDB. Por outro lado, os PCN, embora divulgados amplamente pelo MEC, ainda não se constituem em um documento de consulta freqüente para a maioria dos professores. As atividades curriculares das escolas se baseiam, principalmente, nos livros didáticos adotados por elas e enviados para todos os alunos.*

## IMPASSES POLÍTICOS A PARTIR DA LDB

Além das considerações sobre nossa atual lei de educação, que você já leu nesta aula, outros impasses foram criados pelo texto da Lei 9.394/96, tais como:

- A omissão em relação ao número máximo de alunos por turma, deixando a decisão para os sistemas de ensino, a partir das características regionais e locais, é no mínimo “fechar os olhos”, pois “inúmeros estudos e a prática comprovam os prejuízos que turmas muito numerosas acarretam para os resultados finais” (VALLE, 1994, p. 17). No artigo 25, este assunto aparece sob a forma de uma “meta a ser alcançada”, portanto, sem expectativa de solução em curto prazo.
- Sobre isso, vale a pena nos lembrarmos de que vivemos hoje a discussão do processo de inclusão dos alunos portadores de necessidades educativas especiais, que precisam de atendimento de qualidade. Não é possível fazê-lo com quantitativo elevado de crianças em uma sala de aula e sem um mínimo de apoio pedagógico ao professor.
- Na busca de uma educação básica mais democrática, o artigo 11, em seu parágrafo único, possibilita aos municípios o estabelecimento de um sistema único de educação básica, o que exigirá não só a articulação com os poderes estadual e federal, mas também a ampliação para outros setores da sociedade civil organizada. Isso, embora desejável, não é politicamente fácil. Em atendimento a essa determinação da LDB, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, após várias audiências públicas nas quais foram ouvidos diferentes segmentos da sociedade, através das entidades representativas das universidades, das associações científicas, dos sindicatos e dos movimentos sociais, aprovou o Projeto de Lei nº 2.127/2004, que estabelece as diretrizes para a organização do sistema de ensino do estado do Rio de Janeiro.
- Embora a LDB incorpore a concepção de educação básica como a “base da educação”, no momento de determinar recursos financeiros não se verificou a ampliação destes, e o Ensino Fundamental passa a ter prioridade sobre a Educação Infantil e o Ensino Médio. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) provoca uma contradição no espírito da LDB, pois torna os seus recursos exclusivos apenas para o Ensino Fundamental.

- O artigo 67 da nova LDB destina aos sistemas de ensino a valorização dos profissionais da educação, assegurada em estatutos e planos de carreira do magistério. Este artigo contempla ainda uma antiga reivindicação da categoria: o aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim. Como fazê-lo sem recursos disponíveis?
- O piso salarial profissional, ainda que lembrado, é genericamente tratado no texto da lei, o que significa continuar distante a sua regulamentação (artigo 67, inciso III).
- Artigos da lei convocam, em muitas passagens, a participação efetiva dos profissionais da escola na elaboração de seu projeto pedagógico (como foi visto por você na Aula 6). Também está definido que os professores deverão estar presentes nos “períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional” (artigo 13, inciso V). No entanto, sabemos que a questão da carga horária do professor se constitui em grave empecilho, e a lei não faz referência “às obrigações paralelas de remuneração e planejamento por parte dos estabelecimentos e sistemas de ensino, de modo a manter respeitados os horários, carga horária e direitos trabalhistas dos docentes” (OLIVEIRA; GONDRA, 1997, p. 79).
- Mesmo com os recursos escassos, anunciados sistematicamente, não se conseguiu garantir no texto da LDB a proposta de verbas públicas apenas para as escolas públicas.

O projeto do senador Darcy Ribeiro, origem da Lei 9.394/96, segundo a professora Ivany Pino, “cumpre o papel de ancorar as políticas apresentadas pelo Executivo, segundo a urgência da matéria, mediante medidas provisórias ou projetos de lei” (PINO, 1997, p. 6). Esta declaração reforça o que você leu nesta aula: o projeto de lei, que deu origem à atual LDB, refletiu mais as intenções do Governo Federal, presidido por Fernando Henrique Cardoso, do que as expectativas da sociedade civil organizada, representada pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

Esses fatos apresentados nos permitem compreender por que o substitutivo da Câmara Federal sofria críticas e era tido como detalhista. Quanto mais genérica fosse a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mais necessitaria de medidas provisórias, emendas constitucionais, projetos de leis e resoluções do próprio Ministério da Educação,

permitindo, com isso, sua reordenação, através de tais mecanismos. Nesse sentido, justificam-se a quantidade de resoluções baixadas pelo Conselho Nacional de Educação, os projetos de lei já aprovados e os que se encontram em tramitação na Câmara dos Deputados.

Sob esse prisma, a LDB assume um papel legitimador das reformas que estão sendo apresentadas e aprovadas, não só por iniciativa do Ministério da Educação como de alguns estados e municípios.

### **CONCLUINDO NOSSA AULA...**

É verdade que esta Lei de Diretrizes e Bases não representa o sonho dos educadores, no entanto, ela avançou no que foi possível, como na questão da estrutura e funcionamento da Educação, ao englobar em uma única lei toda a legislação de ensino, reconhecer a Educação Infantil como etapa integrante do sistema de Educação, permitir a organização do ensino de acordo com as necessidades de cada localidade, dentre outros.

É importante registrarmos a necessidade de a sociedade civil ocupar seu assento na condução das políticas públicas em nosso país. Se quisermos a democratização das relações sociais, não podemos permitir a acomodação que leva à descrença e mantém as linhas conservadoras nas questões educacionais. É um trabalho lento que precisa de todos nós!

### **ATIVIDADES FINAIS**

Em nossa aula de hoje, você pôde conhecer um pouco mais das estratégias que acontecem no Congresso Nacional desde a tramitação de um projeto de lei até a sua sanção pelo presidente da República e como as omissões e as dubiedades nos textos legais podem dificultar o avanço da educação brasileira.

- a. Escolha um dos títulos da LDB e faça uma leitura atenta.
- b. Escreva uma análise crítica dos artigos estudados, fazendo um estudo comparativo com sua experiência de vida escolar.
- c. Apresente o texto ao tutor.

#### COMENTÁRIO

*O texto da LDB está organizado em nove títulos, variando de um para outro, o número de artigos que os compõem. O Título V – “Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino” – é o mais detalhado. Divide-se em cinco capítulos, sendo que o Capítulo II, dedicado à Educação Básica, está subdividido em cinco seções.*

#### RESUMO

A Lei Darcy Ribeiro provocou alterações nos sistemas de ensino. Houve mudanças na estrutura escolar, nas propostas curriculares, além de terem sido criados alguns impasses políticos que os sistemas de ensino ainda estão com dificuldade de resolver.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula você vai estudar com mais detalhes a educação básica implantada no Brasil, a partir da Lei 9.394/96, sua organização e as políticas públicas dela decorrentes.

## Educação básica: aspectos históricos e políticos

# AULA 9

### Meta da aula

Conhecer os aspectos históricos e políticos da educação básica no Brasil.

Ao final da leitura desta aula, você deverá ser capaz de:

- Refletir sobre as dificuldades de universalização do oferecimento gratuito das etapas da educação básica para todos os brasileiros.
- Nomear as mudanças ocorridas na educação básica, após a promulgação da LDB 9.394/96.

## **INICIANDO NOSSA AULA...**

Na última aula, você viu as diretrizes e as bases educacionais em vigor no Brasil, a partir da promulgação da Lei Darcy Ribeiro (LDB 9.394/96). Na aula de hoje, esperamos que você consiga compreender melhor e discutir a organização e o funcionamento da educação básica no Brasil, comparando as modificações impostas pela Lei 9.394/96 com a lei anterior de Educação – a Lei 5.692/71. Para isto, é sempre bom lembrar um pouco de nossa história, incluindo nela as diversas políticas e ações cotidianas dos diferentes sujeitos educativos. Trabalhar com a História é importante, pois, ao visitarmos nosso passado, podemos compreender o nosso presente, criando condições para podermos intervir e construir melhor o nosso futuro.

Não é demais pontuar que tivemos e teremos sempre na história da organização social e política de nosso país, e especificamente, para as questões do campo da educação escolar, projetos em disputa de grupos com interesses variados. É no embate que o campo da Educação se organiza. Vamos iniciar nossa aula!

## **UM POUCO DE HISTÓRIA**

A defesa e a luta por uma educação pública, laica, popular, democrática e de qualidade socialmente referenciada não é recente na história da humanidade, tanto no plano internacional como no nacional. Entendida como direito de todos e dever do Estado, vem mobilizando muitos setores da sociedade para que a sua realização se concretize.

Como nos lembra o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, “a história do Brasil tem sido uma história de perdas, de exclusões e de manutenção de [determinados] privilégios de minorias” (FORUM, 2002, p. 71).

Como consequência da mobilização, os diagnósticos apresentados por diferentes setores da sociedade, entre eles o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, registram grandes deficiências no processo de ensino-aprendizagem e expressam a condição subalterna da educação pública na sociedade brasileira, sob diferentes aspectos: recursos financeiros incipientes, pouca valorização da profissão docente, carência de recursos didáticos, má distribuição da rede escolar etc.

Esses problemas se verificam a partir da década de 1970 e se ampliam devido às reformas propostas na década de 1990, muitas delas incentivadas pelas agências internacionais e organismos multilaterais, tais como:

- o Banco Mundial (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD);
- o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- o Fundo Monetário Internacional (FMI);
- a Organização Mundial do Comércio (OMC);
- a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

Esta representação de interesses do capital internacional e do nacional tem sido vista por inúmeros educadores como uma avaliação da Educação como mercadoria que tem uma função meramente econômica, ou seja, a formação de cidadãos produtivos.

O estágio de desenvolvimento das forças produtivas gera um projeto pedagógico que precisa comportar as demandas de formação intelectual, tanto de dirigentes quanto de trabalhadores, no qual ambos passem por um processo de escolarização adequado. Exige-se um novo trabalhador para responder às necessidades do capital. As novas bases materiais de produção trazem profundas implicações para o campo educativo.

As reformas em todo o continente americano foram implementadas tendo como eixos norteadores a privatização, o individualismo e a produtividade. Nessa concepção mercadológica, o Estado é desresponsabilizado de sua função provedora, ao mesmo tempo que suas funções centralizadora e normatizadora são fortalecidas, deixando de fora a participação e o controle sociais. Os caminhos da Educação, hoje, ainda estão pautados pelo modelo neoliberal (GROSSI, 1999).

A Constituição Federal de 1988, no artigo 205, diz que

a educação, *direito de todos e dever do Estado e da família*, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício de cidadania e sua qualificação para o trabalho [grifos nossos].

Já na Lei 9.394/96 há uma inversão, pois, no artigo 2º, podemos ler:

a educação, *dever da família e do Estado*, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho [idem].

#### **TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO**

Referencial teórico-político marxista. Parte da idéia de que o trabalho é a base da existência humana. “O trabalho só poderia ser concebido como princípio balizador de uma proposta de educação, que tenha uma perspectiva de emancipação humana, numa sociedade baseada na propriedade social (...), uma sociedade que (...) teria como objetivo a produção de riquezas para a satisfação de todas as necessidades humanas, do estômago à fantasia”(TUMOLO, 2005).

#### **FORMAÇÃO POLITÉCNICA**

A qualificação politécnica rompe com a formação fragmentada e utilitarista do trabalhador. Politécnica é o domínio da técnica em nível intelectual e criativo, que pode conduzir a pensamentos mais abstratos, à articulação da teoria e da prática.

Percebe-se, assim, a posição neoliberal do governo da época da aprovação da LDB (1996 – primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso), ainda que não claramente assumida, em comparação com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, quando todo o país discutia e ansiava pela democratização nacional, após o período da ditadura militar.

Embora sutis, essas mudanças de texto conduzem à superação do ideário da escola como direito do cidadão, com ênfase na educação básica, que, no seu processo de construção, leva à compreensão e à interpretação da realidade em que estão imersos os diferentes indivíduos para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, fraterna e democrática.

### **A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

O conceito de educação básica começou a ser formulado com o início da construção do projeto de LDB na Câmara Federal (Projeto Jorge Hage) e com o debate desencadeado pelo processo constituinte nos anos 80, como você já viu na aula anterior.

A LDB 9.394/96 absorveu parcialmente o conceito de educação básica, que estava contido na concepção do projeto político-educativo, construído e discutido por inúmeros intelectuais e pelos movimentos sociais organizados. Ele deveria conduzir à concretização da formação de cidadãos críticos, emancipados, transformadores de sua realidade.

O projeto de LDB da sociedade civil, que, como você já sabe, tramitou por oito anos no Congresso Nacional, face às injunções políticas realizadas pelo senador Darcy Ribeiro e pelo MEC, trazia inicialmente como pressupostos a discussão do **TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO**, a **CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO POLITÉCNICA** e de **ESCOLA UNITÁRIA**, e diferia da LDB aprovada em 1996.

#### **ESCOLA UNITÁRIA**

Conceito defendido por Gramsci e seus seguidores. Ele afirmava que na escola unitária seriam criadas condições para que os indivíduos tivessem acesso a todas as informações que facilitassem o processo de ensino-aprendizagem, incluindo aí bibliotecas, laboratórios, espaços de livre circulação e um número limitado de alunos por professor. Para ele, a crise dos sistemas de ensino seria controlada a partir da implantação da escola única, de cultura geral, formativa, que equilibrasse tanto o desenvolvimento intelectual como o manual. A escola unitária fornece orientação profissional e prepara seus alunos para o trabalho e para o aprofundamento de estudos em nível superior. Gramsci criticava o sistema italiano por apresentar dois tipos de ensino: um destinado a desenvolver a cultura geral dos jovens oriundos da elite dominante e outro destinado à classe dominada para o exercício de profissões manuais.

Assim, se você analisar o significado do adjetivo “básico” no dicionário, verificará que se refere ao que serve de base, ao que é essencial. Ainda que encampada no artigo 21 da LDB 9.394/96, que afirma ser a educação básica formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, você verá que, no texto da lei, o acesso às diferentes etapas da educação básica não está garantido a todos os cidadãos.



Refleta sobre esta questão e procure as possíveis dificuldades políticas e financeiras que podem estar impedindo esse atendimento e registre por escrito as hipóteses que você levantou. Discuta suas idéias com seus colegas de pólo e, juntamente com eles, redija estratégias que podem ser efetivadas para a população conquistar esse direito. Apresente o trabalho ao tutor.

[illegible]

#### RESPOSTA COMENTADA

*Para que os sistemas de ensino possam atender a toda a população, desde a creche até o Ensino Médio, será preciso um planejamento de construção de escolas ou de ampliação das salas de aula em comunidades que apresentem crescimento demográfico e constante levantamento censitário da população, para definição das faixas etárias escolarizáveis dominantes na região. Isso se torna necessário para o planejamento estratégico das prioridades de ensino a serem atendidas nos anos seguintes. Além disso, a construção de mais escolas significa, necessidade de maior número de professores qualificados para a etapa escolar a ser atendida. Todas estas ações implicam em recursos financeiros e planejamento constante entre as diferentes esferas políticas, tanto municipais quanto estaduais e uma interlocução com as instituições formadoras de professores.*

### INCOERÊNCIAS DA LDB

O que podemos comprovar, a partir da análise do texto da LDB, é que há algumas incoerências no texto legal. Como confirmação da reflexão que estamos fazendo, leia o que está expresso no artigo 22 da Lei Darcy Ribeiro:

A Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Pela leitura do artigo citado, vemos que o texto legal aponta a importância desse nível para a formação do cidadão, mas no decorrer de outros artigos vamos encontrar algumas contradições.

Em relação à Educação Infantil (creche, de zero a três anos, e pré-escola, de quatro a seis anos), a finalidade é “o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (artigo 32).

Em relação ao Ensino Médio, a lei detalha as finalidades em quatro incisos:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos, dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (artigo 35).

Na medida em que, para o final da educação básica, ficam demarcadas finalidades tão importantes e essenciais, devemos concluir que o oferecimento de todas as etapas da educação básica, com atendimento gratuito e de qualidade pedagógica para todos, é um compromisso político de nossos governantes, e a população deve ter consciência de seus direitos para lutar por eles.

Uma outra contradição diz respeito às modalidades de ensino que aparecem, ora no corpo da lei, ora como disposições gerais ou transitórias. Referimo-nos, inicialmente, às modalidades:

- Educação de Jovens e Adultos (artigos 37 e 38) - incluída na última seção do Capítulo II, referente à educação básica.
- Educação Profissional (artigos 39 a 42) e Educação Especial (artigos 58 a 60) - capítulos independentes da educação básica, incluídos sob o mesmo título “Dos Níveis e Modalidades da Educação e Ensino”.
- Educação Indígena (artigos 78 e 79) e Educação a Distância (artigo 80 e inciso III do artigo 87) - incluídas somente no Título VIII “Das Disposições Gerais” e no Título IX “Das Disposições Transitórias”.

Mais recentemente, coloca-se no mesmo caso a Educação de Afro-descendentes ou Afro-brasileiros (Lei 10.639/03, de 09/1/03), que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira” (artigos 26A e 79B).

Na LDB, em seu artigo 4º, somente o Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito, incluindo aqueles que não tiveram acesso na idade própria, o que contradiz os artigos que determinam as finalidades da educação básica e sua própria denominação, como já vimos.

A terceira problemática que encontramos na educação básica está em seu caráter de integralidade, dado que suas etapas não vêm sendo tratadas pelas iniciativas governamentais, no que tange ao financiamento e à inclusão dentro dos respectivos sistemas de ensino (federal, estaduais ou municipais).

O que se percebe é a ausência do Estado, ainda que tenhamos alguns programas construídos através de parcerias e por diferentes órgãos do Poder Executivo. Entretanto, verificamos o enorme controle do Estado, por meio de medidas centralizadas e centralizadoras.

Com a preocupação de melhorar o atendimento das escolas públicas de todo o país, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realizou uma pesquisa nacional com a intenção de ouvir os pais dos alunos do Ensino Fundamental, levantando suas opiniões a respeito das escolas em que seus filhos estudam. De 15 a 17 de dezembro de 2004, o INEP realizou a primeira etapa da pesquisa, na qual ouviu dez grupos de pais de alunos do Ensino Fundamental de classes entre B e E, nas cidades de Belém, Recife, Brasília, Rio de Janeiro e Curitiba, sobre o que pensam a respeito do sistema de educação dos governos federal, estadual e municipal.

Essa primeira etapa da pesquisa deu base para o questionário aplicado a 10 mil pais no início de 2005. A partir da análise desse primeiro debate traçou-se uma percepção inicial sobre o que os pais e mães pensam da educação oferecida a seus filhos.

A análise da primeira etapa da pesquisa foi divulgada em janeiro pelo professor Carlos Henrique Araújo, diretor de Avaliação da Educação Básica, que informou os dados preliminares obtidos. Apesar de o ensino público “ser visto com bons olhos pela população, quando se pergunta sobre a qualidade, há pouco registro de satisfação” (Folha de S. Paulo, 20/1/05, caderno C, p. 3).

A percepção dos pais é de incapacidade e desestímulo dos professores, falta de segurança nas escolas, indisciplina dos alunos e grande distanciamento das Secretarias de Educação. Segundo as informações do INEP, a preocupação dos pais em relação à segurança se evidencia em todo o estudo realizado.

Outro ponto que chamou atenção nessa etapa da pesquisa foi o destaque dado à merendeira, enquanto há desconhecimento das funções dos coordenadores pedagógicos. Por outro lado, na visão dos pais, a relação de ensino e administração escolar limita-se ao diretor da escola e ao professor.

### ATIVIDADE



2. Acesse o endereço <http://www.inep.gov.br/pesquisa/publicacoes/default.asp>, que contém a íntegra da pesquisa, inclusive numerosos gráficos por região ou o endereço [http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/saeb/news05\\_07.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/saeb/news05_07.htm) e leia o texto do INEP “Pais dão nota oito para as instalações das escolas públicas brasileiras” –, que sintetiza os resultados finais dessa pesquisa.

Escreva a sua opinião sobre esses resultados. Justifique sua concordância ou não com as opiniões emitidas pelos pais pesquisados. Apresente essas considerações ao tutor.

---

---

---

---

---

---

---

---

### COMENTÁRIO

*Nesta pesquisa do INEP, foi verificada a visão de pais e mães de estudantes das redes públicas de Ensino Fundamental, localizadas em áreas urbanas, sobre a qualidade das escolas, as condições institucionais, de infra-estrutura e de ensino e a atuação dos professores e diretores das escolas de Ensino Fundamental. Em sua maioria, os pais depositam uma grande esperança na escola, por associarem o estudo a uma forma de ascensão social. Eles valorizam o papel do diretor e do professor, acham que deve haver mais autoridade na escola, tanto no que se refere a atividades escolares quanto aos conteúdos ensinados aos alunos. A pesquisa comprovou estatisticamente que a grande maioria dos pais ou responsáveis pelos estudantes das escolas públicas de Ensino Fundamental raramente lê livros ou jornais, mas assiste diariamente a programas de televisão. Uma das constatações importantes do estudo é de que o nível de escolaridade dos pais dos estudantes brasileiros é baixo, o que certamente contribui para o baixo desempenho apresentado nas pesquisas nacionais de avaliação dos alunos do Ensino Fundamental.*

## **ASPECTOS COMPARATIVOS ENTRE AS LEIS 5.692/71 E 9.394/96**

Na Aula 8, já estudamos um pouco sobre a LDB anterior – a Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Você viu que, a partir dela, a obrigatoriedade escolar passou de quatro para oito anos letivos, mas sua obrigatoriedade de atendimento se restringia à faixa etária de 7 a 14 anos. Vamos agora comparar alguns aspectos da Educação Básica entre as duas leis – a 5.692/71 e a 9.394/96.

Vinte e cinco anos separam as duas leis. Neste período, quanta coisa mudou no Brasil e no mundo! Nós já fizemos um ligeiro retrospecto histórico nas Aulas 1 e 2. Você se lembra?

Na Lei 5.692/71, tínhamos apenas um artigo que se referia à Educação Infantil e que definia: “Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam convenientemente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes” (artigo 19, § 2º). Não havia, portanto, a explicitação do dever do Estado para com estas crianças.

Hoje, a partir da Constituição de 1988, que assim o determina, a LDB inclui esta faixa de idade, garantindo-lhes o direito à educação. Entretanto, na Educação Infantil, o atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade não fica claro no texto da lei. A Lei 9.394/96 contém artigos que devem nortear a organização da Educação Infantil em todo o território nacional. Sua realização, porém, demanda, além de recursos financeiros que não estão disponíveis em muitas cidades brasileiras, profissionais preparados para esta primeira etapa da educação básica.

O Ensino Fundamental, como você já sabe, corresponde ao 1º grau na Lei 5.692/71. Nesta lei, o Capítulo II era destinado a essa etapa do ensino e determinava seu atendimento à “formação da criança e do pré-adolescente”, “para ingresso no ensino de 1º grau, idade mínima de sete anos”, “duração de oito anos letivos”, e “compreendendo, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades”.

Refleta sobre o que já falamos sobre a atual LDB. Em que pontos o Ensino Fundamental previsto hoje na lei difere desses aspectos citados?

A LDB 9.394/96 não estabelecia faixa etária de escolarização obrigatória para o Ensino Fundamental. Ele é um direito público sub-

jetivo para qualquer cidadão em qualquer idade (artigo 5º), como já falamos na aula anterior. No texto original, era facultativo o ingresso no Ensino Fundamental a partir dos seis anos (artigo 87, § 3º), mas a partir de 2006, o ingresso aos seis anos passou a ser obrigatório e a duração estabelecida pela lei atual, de oito anos, no mínimo (artigo 32), está em discussão no Congresso para passar a ser de nove anos, mantendo-se, porém, com jornada escolar de “pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula” (artigo 34).

Quanto à carga horária mínima anual ficou estabelecido que, tanto no Ensino Fundamental quanto no Médio, deverá ser de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, “excluído o tempo destinado aos exames finais, quando houver” (artigo 24, I).

A LDB 9.394/96, ao aumentar para 200 dias letivos o ano escolar da educação básica, retirou nosso país da condição de um dos menores calendários escolares do mundo. Em contrapartida, é preciso enfatizar que a carga horária mínima de 800 horas está referenciada na convenção internacional de que a hora é medida em minutos. Uma hora corresponde, em qualquer país de nosso planeta, a 60 minutos. A hora-aula é uma criação do sistema educacional brasileiro, utilizada como um módulo de medida de tempo de duração das atividades pedagógicas desenvolvidas pelas escolas. Dentro desse raciocínio, temos de verificar em cada escola ou sistema escolar qual o tempo de duração de sua hora-aula. Encontramos variedade nessa duração. Há escolas em que a hora-aula é de 50 minutos, em outras é de 45 minutos, e há situações em que a medida é de 40 minutos.

O que a lei determina não é que os sistemas de ensino tenham de acabar com sua organização de horários diversificados, criados para atender a realidades locais, mas que, ao desenvolver as atividades escolares em módulos de 50 minutos, por exemplo, é necessário que se calcule o número de módulos de 50 minutos que completarão as 800 horas determinadas por lei, o que dará cerca de 960 horas-aula anuais, a serem distribuídas por, no mínimo, 200 dias letivos. Da mesma forma deve ser o cálculo, se a hora-aula tiver outros valores. Devemos lembrar, ainda, que esta carga horária não inclui os períodos de provas finais, como está bem claro no artigo 24.

A propósito deste assunto, convém lembrar o que está escrito no Parecer CNE/CEB nº 5, de 1997:

Ora, como ensinam os doutos sobre a interpretação das leis, nenhuma palavra ou expressão existe na forma legal sem uma razão específica. Desse modo, pode ser entendido que, quando o texto se refere à hora, pura e simplesmente, trata do período de 60 minutos. Portanto, quando obriga ao mínimo de oitocentas horas distribuídas por um mínimo de duzentos dias letivos de efetivo trabalho escolar, a lei está se referindo a 800 horas de 60 minutos, ou seja, um total de 48.000 minutos. Quando, observado o mesmo raciocínio, dispõe que a jornada escolar do ensino fundamental é de quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, está explicando que se trata de 240 minutos diários, no mínimo, ressalvada a situação dos cursos noturnos e outras formas mencionadas no artigo 344, § 2º, quando é admitida carga horária menor, desde que cumpridas as 800 horas anuais.

**Dicas de estudo**

Vale a pena você ler na íntegra este Parecer do Conselho Nacional de Educação. Você irá encontrá-lo no *site* do CNE, acessando <http://www.mec.gov.br/cne/parecer2.shtm>.

Um aspecto que mudou bastante entre as duas leis refere-se à Educação de Jovens e Adultos, que anteriormente era tratada somente como Ensino Supletivo. Hoje, temos a possibilidade de assegurar a esta clientela oportunidades educacionais apropriadas às características, interesses e condições de vida e de trabalho.

Outro aspecto a ser comparado entre as duas leis (5.692/71 e 9.394/96) relaciona-se com o Ensino Médio. A lei de 1971 determinava, em seu artigo 5º, que, observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno dos estabelecimentos de ensino teria uma parte de educação geral e outra de formação especial, acrescentando que, no ensino de 2º grau, predominaria a parte de formação especial, com o objetivo de dar ao aluno uma habilitação profissional. Na Lei 9.394/96, o Ensino Médio se encontra separado da Educação Profissional, sendo um pré-requisito “para o exercício de profissões técnicas” (artigo 36, § 2º). Esta última situação foi alterada no final de 2004, conforme você verá em uma das próximas aulas.

## CONCLUINDO NOSSA AULA...

A leitura atenta e interpretativa dos textos legais é importante para o desenvolvimento da cidadania. Somente conhecendo e interpretando os diferentes artigos de uma lei, de um decreto, de um parecer ou de uma portaria podemos ter base para reivindicar nossos direitos e conhecer melhor nossos deveres. A LDB, como você leu nesta aula, apresenta algumas incoerências, o que só se percebe após uma leitura atenta. Os pareceres e portarias emanados do Conselho Nacional de Educação são, com frequência, desconhecidos dos próprios profissionais da Educação, que dirá da população em geral. Assim, é necessário que você, como um professor atuante em sua missão de ensinar e desenvolver o campo de conhecimento de seus alunos, busque sempre se atualizar em relação aos aspectos políticos da Educação.

## ATIVIDADE FINAL

Faça um quadro comparativo entre as duas leis de Educação estudadas nesta aula – Leis 5.692/71 e 9.394/96 –, sob os seguintes aspectos abrangidos em cada uma:

- etapas de ensino;
- níveis e modalidades de ensino;
- duração do ano letivo;
- horas diárias de atendimento aos alunos;
- avaliação dos alunos;
- estudos de recuperação;
- obrigatoriedade escolar.

Apresente o seu trabalho ao tutor.

### COMENTÁRIO

*Quando fazemos uma análise comparativa entre a Lei 5.692/71 e a 9.394/96, verificamos que, apesar das críticas feitas a ambas, temos de reconhecer uma grande evolução entre as duas. A atual LDB incorpora em seu texto todas as etapas da Educação, dividindo-a em níveis e modalidades. A LDB anterior tratava apenas do 1º e 2º graus. Outros aspectos de evolução política da Educação brasileira são o aumento*

*dos dias letivos e a preocupação com a duração da jornada escolar diária. Outrossim, não podemos deixar de lembrar que a Educação de Jovens e Adultos, consolidando a determinação constitucional, deixou de ser tratada apenas como suplência de estudos, e, sendo hoje um direito público subjetivo, deverá receber tratamento apropriado a sua faixa etária.*

## RESUMO

A influência das agências de financiamento nacionais e internacionais sobre as políticas educacionais é verificada em diferentes ações governamentais e na elaboração dos textos legais. A concepção da educação básica na atual LDB não incorporou os conceitos de trabalho como princípio educativo e de escola unitária propostos pela sociedade civil, em seu projeto de LDB. A comparação entre as duas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, embora 25 anos de história as separem, nos mostra que ainda teremos muito a conquistar para que a população brasileira possa ter, de fato, uma escola pública de qualidade social e pedagógica para todas as crianças, jovens e adultos.

## INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, continuaremos a leitura e as reflexões sobre a organização da Educação Básica, dando ênfase aos aspectos curriculares das diferentes etapas de ensino.

## Políticas Públicas em Educação

---

# Referências

## Aula 1

---

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. 5.ed. Brasília: UnB, 1988.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GINER, Salvador. Ciência política. In: DICIONÁRIO de ciências sociais. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

GORBACHEV, Mikhail. *Perestroika: novas idéias para o meu país e o mundo*. 2.ed. São Paulo: Best Seller, 1987.

PÁGINAS da História: uma coletânea das primeiras páginas do jornal O Estado de São Paulo nos seus 125 anos de história. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 03 jan. 1959.

RIUS, Eduardo Del Rio. *Conheça Marx*. São Paulo: Proposta Editorial, [19--].

## Aula 2

---

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. 5.ed. Brasília: UnB, 1988.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.

GINER, Salvador. Ciência política. In: DICIONÁRIO de ciências sociais. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

GORBACHEV, Mikhail. *Perestroika: novas idéias para o meu país e o mundo*. 2.ed. São Paulo: Best Seller, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Novas cartas de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RIUS, Eduardo Del Rio. *Conheça Marx*. São Paulo: Proposta Editorial, [19--].

## Aula 3

---

BOFF, Leonardo. A função da universidade na construção da soberania nacional e da cidadania. *Cadernos de Extensão Universitária*, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, ano 1, n. 1, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A construção da democracia*. São Paulo: Siciliano, 1994.

BETTO, Frei. O fim do que foi o princípio. *Teoria e debate*, São Paulo, n. 10, abr./maio 1990.

DU BOFF, Richard B. *Hegemonia americana*: declínio contínuo, perigo duradouro. Disponível em: <[http://resistir.info/mreview/hegemonia\\_eua.html](http://resistir.info/mreview/hegemonia_eua.html)>. Acesso em: 27 abr. 2005.

FREITAS, Luiz Carlos. *Seis teses sobre a educação e a contemporaneidade*. Porto Alegre: ENDIPE, 1991. Mimeo.

LACLAU, Ernesto. Hacia una radicalización de la democracia. *Revista de Cultura Socialista*, Buenos Aires, nov. 88/jan. 89.

---

#### Aula 4

COBRA, Rubem Queiroz. *Filosofia contemporânea*: resumos biográficos. Disponível em: <<http://www.cobra.pages.nom.br/fc-habermas.html>>. Acesso em: 28 abr. 2005.

FIORI, José Luiz. A governabilidade democrática na nova ordem econômica. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 43, p. 159–175, nov. 1995.

HABERMAS, Jürgen. O estado-nação europeu frente aos desafios da globalização. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 43, p. 87-101, nov. 1995.

MERCHIOR, José Guilherme. *O argumento liberal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

OLIVEIRA, Francisco de. Quem tem medo da governabilidade. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 41, p. 61-72, mar. 1995.

REZK, Antonio. *A nação*. Disponível em: <[http://www.mhd.org/artigos/rezk\\_nacao.html](http://www.mhd.org/artigos/rezk_nacao.html)>. Acesso em: 28 abr. 2005.

---

#### Aula 5

BASTOS, João Baptista. *Gestão democrática*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 05 out. 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. Ministério de Educação. Câmara de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. Brasília. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne>>. Acesso em: 28 mar. 2005.

BRASIL. Ministério de Educação. *Plano Nacional de Educação*. Brasília,DF: MEC, 2001.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade* (ADIn 2997). Relator: Ministro Cezar Peluso. Decisão unânime de 29/10/2003. Acórdão publicado no Diário da Justiça, de 06 fev. 2004. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br>>. Acesso em: 28 abr. 2005.

FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira. *Caderno de Subsídios do I Congresso Estadual de Educação* (I COED-RJ). Rio de Janeiro: Navegantes, 2002.

RIO DE JANEIRO (Estado). Constituição (promulgada a 5 de outubro de 1989). *Constituição do Estado do Rio de Janeiro - Unidade Federativa do Brasil*. Niterói: Imprensa Oficial, 1989.

SAVIANI, Demerval. *Da nova LDB ao novo plano nacional de educação*: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

VALENTE, Ivan. *Plano Nacional de Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

---

## Aula 6

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 outubro 1988. Brasília,DF, Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). *Diário Oficial da União*, Brasília,DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Brasília. < <http://portal.mec.gov.br/cne/>>. Acesso em: 28 jun. 2005.

BRASIL. Decreto n. 2. 207 de 15 de abril 1997. Regulamenta para o Sistema Federal de Ensino as disposições contidas no Lei 9.394/96. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 abr. 1997.

OLIVEIRA, Inês Barbosa; GONDRA, José Gonçalves. Centralização, omissões e dubiedades na organização nacional. In: ALVES, Nilda; VILLARDI, Raquel (Org.). *Múltiplas leituras da Nova LDB: lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

SAVIANI, Demerval. *Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SILVA, Eurides Brito da Silva (Org.). *A educação básica pós-LDB*. São Paulo: Pioneira, 1998.

VALENTE, Ivan. *Plano Nacional de Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VALLE, Bertha de Borja Reis; COSTA, Marly de Abreu. Recursos financeiros na nova LDB: avanços e limitações. In: ALVES, Nilda; VILLARDI, Raquel (Orgs.). *Múltiplas leituras da nova LDB: lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

---

## Aula 7

BRASIL. Lei n. 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, Congresso Nacional, n. 248 de 23dez. 1996.

FORUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA NA LDB. *Substitutivo do Deputado Jorge Hage*. Brasília, 1990, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Substitutivo do Senador Cid Sabóia*, Brasília, 1995. Mimeo.

PINO, Ivany. Educação, estado e sociedade: questões sobre o reordenamento da educação brasileira na nova LDB. *Jornal da Associação dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 6-7, mar. 1997. Suplemento de educação.

VALLE, Bertha de Borja Reis do. A educação básica no projeto LDB. *Revista ADVIR*, Rio de Janeiro, ASSDUERJ, n. 3, p. 15-20, mar. 1994.

---

## Aula 8

BRASIL. Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Congresso Nacional, n. 248, 23 dez. 1996.

FORUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA NA LDB. *Substitutivo do Deputado Jorge Hage*. Brasília, DF, 1990. Mimeo.

\_\_\_\_\_. *Substitutivo do Senador Cid Sabóia*, Brasília, DF, 1995. Mimeo.

OLIVEIRA, Inês Barbosa; GONDRA, José Gonçalves. Centralização, omissões e dubiedades na organização da educação nacional. In: ALVES, Nilda; VILLARDI, Raquel. (Org.). *Múltiplas leitura da nova LDB*. Rio de Janeiro: Dunya, 1997.

PINO, Ivany. Educação, estado e sociedade: questões sobre o reordenamento da educação brasileira na nova LDB. *Jornal da Associação dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 6-7, mar. 1997. Suplemento de educação.

SOIBELMAN, Leib. *Enciclopédia do advogado*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1979.

VALLE, Bertha de Borja Reis do. A educação básica no projeto LDB. *Revista ADVIR*, Rio de Janeiro, ASDUERJ, n. 3, p. 15-20, mar. 1994.

## Aula 9

---

FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. Plano Nacional de Educação. Proposta da Sociedade Brasileira. In: CONGRESSO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 1., Rio de Janeiro, 2002. *Caderno de subsídios...* Rio de Janeiro: Navegantes, 2002.

GROSSI, Ester Pilar. LDB: lei de diretrizes e bases da educação nacional. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SAVIANI, Dermeval. *A nova LDB da educação: trajetória, limites e perspectivas*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SHIROMA, Eneida Oto et al. *Política educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TUMOLO, Paulo Sérgio. *O significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo: ensaio de análise crítica*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/24/ts8.doc>>. Acessado em: 21 jan. 2005.

## SITES RECOMENDADOS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Publicações do INEP*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/publicacoes/default.asp>>. Acesso em: 10 jun. 2005.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Pais dão nota oito para as instalações das escolas públicas brasileiras*. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/saeb/news05\\_07.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/saeb/news05_07.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2005.

BRASIL. MEC. Pareceres do Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/parecer2.shtm>>. Acesso em: 10 jun. 2005.





**UENF**  
Universidade Estadual  
do Norte Fluminense



SECRETARIA DE  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ministério  
da Educação

